



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

**SERVIÇO SOCIAL PARA ALÉM DA SALA DE AULA:
Extensão universitária como espaço de formação profissional na Universidade Federal
do Amazonas**

MAYZA LORENA BARBOSA DA SILVA NORONHA

MANAUS

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

MAYZA LORENA BARBOSA DA SILVA NORONHA

SERVIÇO SOCIAL PARA ALÉM DA SALA DE AULA:
Extensão universitária como espaço de formação profissional na Universidade Federal
do Amazonas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Linha de Pesquisa: Questão Social, Políticas Sociais, Lutas Sociais e Formação Profissional

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Roberta Ferreira Coelho de Andrade

MANAUS

2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

N852s Noronha, Mayza Lorena Barbosa da Silva
Serviço Social para além da sala de aula: extensão universitária como espaço de formação profissional na Universidade Federal do Amazonas / Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha. 2019
151 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Formação Profissional. 2. Extensão Universitária. 3. Serviço Social. 4. Ufam. I. Andrade, Roberta Ferreira Coelho de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

MAYZA LORENA BARBOSA DA SILVA NORONHA

SERVIÇO SOCIAL PARA ALÉM DA SALA DE AULA:

Extensão universitária como espaço de formação profissional na Universidade Federal do Amazonas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Aprovada em 28 de junho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) Roberta Ferreira Coelho de Andrade (Presidente)

Universidade Federal do Amazonas

Prof.(a) Dr.(a) Marinez Gil Nogueira Cunha (Membro)

Universidade Federal do Amazonas

Prof.(a) Dr.(a) Larissa Dahmer Pereira (Membro)

Universidade Federal Fluminense

Dedico este trabalho a DEUS, meu *Abba*, sendo este o autor de cada palavra e inspiração para todos os momentos desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Primeiro sempre a DEUS, minha maior motivação para chegar até aqui.

Ao apoio e amor de minha família. Em especial à minha mãe, Profa. Megara, que fez todo o possível para que eu pudesse me dedicar aos estudos, meu pai, Dorivaldo, por todo o carinho a mim dispensado e irmãs pela paciência e humildade em reconhecer quando eu precisava de silêncio (incluindo minha prima-irmã).

Aos poucos amigos que mantive durante a jornada e me consolaram nos momentos mais difíceis. À amiga Paula Fontinelle, por todo carinho e motivação que me deu durante essa caminhada, foi e continua sendo o melhor significado de amizade verdadeira que já vivi.

À minha orientadora Profa. Dra. Roberta Andrade que sempre me trazia de volta quando eu me perdia e esteve presente durante meu amadurecimento como pesquisadora, sendo a principal incentivadora desse sonho.

Às professoras Dra. Marinez Gil Nogueira e Dra. Larissa Dahmer Pereira, pela participação na banca de qualificação e por suas contribuições valiosas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia que colaboraram sobremaneira para minha formação.

Ao grupo de pesquisa ESTRADAS, em especial à Rayanne Gama e Ana Paula Dias pelo auxílio na coleta de dados em Manaus. Assim como a Sabine Rosas que também ajudou na coleta.

À Universidade Federal do Amazonas, em especial à Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização pelo acesso aos dados e documentos referentes à extensão universitária.

Aos professores e alunos que aceitaram participar da pesquisa e foram responsáveis por trazer informações indispensáveis ao trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

*A Inteligência só conduz à inação.
É a fé que dá ao homem o ímpeto necessário para agir e o entendimento para perseverar.
Roger Martin Du Gard*

RESUMO

A discussão sobre formação profissional deve ser contínua, na medida em que sua operacionalização se faz na realidade da sociedade que é dinâmica, exigindo que o processo formativo acompanhe esse movimento. Nesse sentido, ao refletir sobre as determinações atuais que influenciam a sociedade, percebemos a necessidade de um olhar mais atento a esta temática. Portanto, nos propusemos nesse trabalho a investigar a formação e, além disso, ao pensar no contexto da universidade pública, levamos em consideração o tripé universitário que rege seu processo formativo para, a partir dele, compreender a extensão universitária. Dessa forma, o objetivo do trabalho foi analisar a extensão universitária como espaço de formação profissional nos cursos de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas de Manaus e Parintins. Assim, caracterizamos as políticas e as demandas sociais contempladas nos programas e projetos de extensão dos cursos de Serviço Social; investigamos se os projetos/programas de extensão permitem aos estudantes um aprofundamento sobre as expressões da questão social e averiguar como alunos e professores concebem a extensão universitária no processo de formação profissional. Para tanto, trabalhamos numa perspectiva crítico-dialética que possibilitou uma investigação mais apurada da realidade tendo em vista seu aspecto histórico-social. Seus *loci* foram os cursos de Serviço Social da UFAM, nos *campi* de Manaus e Parintins. A pesquisa teve vários momentos, primeiramente a pesquisa bibliográfica, seguida da documental e de campo, momento em que examinamos os relatórios finais de extensão de 2012 a 2017 e entrevistamos docentes e discentes envolvidos com projetos/programas de extensão a partir de 2015. Partindo das reflexões e debates realizados em virtude da análise dos dados, concluímos que a extensão universitária compõe um espaço em potencial para a formação em Serviço Social, possibilitando sua relação com as políticas e demandas sociais e o conhecimento das expressões da questão social, contudo, ainda são inúmeros os impasses que retardam o crescimento da atividade, porém, mesmo em passos lentos, a extensão tem feito diferença na vida de professores e alunos. Por fim, é necessário que haja maior divulgação das ações desenvolvidas e eventos que contemplem essa discussão.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Profissional; Extensão Universitária; Serviço Social; UFAM.

ABSTRACT

The discussion about professional training must be continuous, insofar as its operationalization takes place in the reality of the society that is dynamic, requiring that the formative process follow this movement. In this sense, when reflecting on the current determinations that influence society, we perceive the need for a closer look at this theme. Therefore, we set out in this work to investigate the formation and, furthermore, when thinking about the context of the public university, we take into account the university tripod that governs its formative process in order to understand university extension. Thus, the objective of the study was to analyze the university extension as a space of professional training in the courses of Social Work of the Federal University of Amazonas of Manaus and Parintins. Thus, we characterize the policies and social demands contemplated in the programs and projects of extension of the Social Work courses; we investigate if the extension projects / programs allow the students a deepening on the expressions of the social question and to investigate how students and teachers conceive the university extension in the process of professional formation. For this, we work in a critical-dialectic perspective that enabled a more accurate investigation of reality in view of its historical-social aspect. Their loci were the courses of Social Work of UFAM, in the campuses of Manaus and Parintins. The research had several moments, first the bibliographic research, followed by the documentary and field, at which time we examined the final extension reports from 2012 to 2017 and interviewed teachers and students involved with projects / extension programs from 2015. Starting from the reflections and debates carried out as a result of the analysis of the data, we conclude that the university extension composes a potential space for training in Social Work, making possible its relation with the social policies and demands and the knowledge of the expressions of the social question; There are innumerable deadlocks that slow the growth of activity, but even in slow steps, extension has made a difference in the lives of teachers and students. Finally, it is necessary that there be greater dissemination of the actions developed and events that contemplate this discussion.

KEY-WORDS: Professional qualification; University Extension; Social Work; UFAM.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Organização acadêmica das IES.....	31
Figura 2	Mapa do Amazonas.....	63
Figura 3	Quantitativo e tempo de carreira dos professores entrevistados.....	71
Figura 4	Índice de desenvolvimento de Manaus e Parintins em relação ao Estado do Amazonas.....	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Atividades realizadas pelos professores entrevistados nos cursos de Serviço Social da UFAM além do ensino e extensão.	72
Gráfico 2 – Período do curso de Serviço Social dos alunos sujeitos da pesquisa em UFAM/PIN.....	74
Gráfico 3 – Período do curso de Serviço Social dos alunos sujeitos da pesquisa em UFAM/MAO.....	75
Gráfico 4 – Atividades realizadas pelos alunos entrevistados na UFAM além do ensino e extensão.	76
Gráfico 5 – A extensão na UFAM/PIN em relação ao tripé universitário segundo os docentes.	87
Gráfico 6 – A extensão na UFAM/MAO em relação ao tripé universitário segundo os docentes.	88
Gráfico 7 – Dificuldades enfrentadas pelos docentes dos cursos de Serviço Social da UFAM para fazer extensão.	89
Gráfico 8 – Dificuldades enfrentadas pelos alunos entrevistados em UFAM/PIN para participar de extensão.....	89
Gráfico 9 – Dificuldades enfrentadas pelos alunos entrevistados em UFAM/MAO para participar de extensão.	91
Gráfico 10 – Temáticas das ações de extensão nos cursos de Serviço Social da UFAM.	94
Gráfico 11 – Subtemas das ações de extensão no Serviço Social em UFAM/MAO.	96
Gráfico 12 – Subtemas das ações de extensão no Serviço Social em UFAM/PIN.	97
Gráfico 13 – Estratégias utilizadas para selecionar alunos nos projetos de extensão do curso de Serviço Social na UFAM/PIN.	99
Gráfico 14 – Estratégias utilizadas para selecionar alunos nos projetos de extensão do curso de Serviço Social na UFAM/MAO.	100
Gráfico 15 – Atividades desenvolvidas pelos alunos nas ações extensionistas dos cursos de Serviço Social da UFAM.....	101
Gráfico 16 – Atividades/atribuições do Assistente Social identificadas pelos alunos nas ações extensionistas na UFAM.	103
Gráfico 17 – Modo que a extensão aproxima o discente das expressões da questão social segundo os docentes dos cursos de Serviço Social da UFAM.	109

Gráfico 18 – Políticas sociais identificadas pelos alunos entrevistados na extensão universitária em UFAM.....	119
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo de Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.	46
Quadro 2 – Orçamento disponibilizado para extensão universitária na UFAM de 2009 – 2016	48
Quadro 3 – Número de PACE’s por unidades acadêmicas da UFAM/MAO.	49
Quadro 4 – PIBEX desenvolvidos nas unidades acadêmicas da UFAM/MAO.....	50
Quadro 5 – N° de projetos e/ou programas de extensão aprovados e executados na UFAM incluindo a quantidade de participantes (docentes e discentes bolsistas) e público alvo.	51
Quadro 6 – N° de projetos de iniciação científica executados na UFAM	52
Quadro 7 – Demonstrativo de disciplinas sobre pesquisa no currículo de 1985 da UFAM.....	65
Quadro 8 – Quantitativo de PACE’s desenvolvidos nos cursos de Serviço social da UFAM.	69
Quadro 9 – Quantitativo de PIBEX desenvolvidos nos cursos de Serviço Social na UFAM..	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Definição de Extensão Universitária segundo os docentes dos cursos de Serviço Social da UFAM.....	81
Tabela 2 – Definição de Extensão Universitária segundo os discentes dos cursos de Serviço Social na UFAM.....	82
Tabela 3 – Importância da extensão para a formação profissional em Serviço Social segundo os docentes da UFAM.....	83
Tabela 4 – A contribuição para a formação do aluno segundo os discentes entrevistados em UFAM.....	84
Tabela 5 – Como a extensão contribui para o trabalho docente na UFAM.....	84
Tabela 6 – Estratégias utilizadas para trabalhar com os alunos durante as ações segundo os professores dos cursos de Serviço Social da UFAM.....	102
Tabela 7 – Expressões da questão social nos projetos de extensão segundo os docentes dos cursos de Serviço Social da UFAM.....	106
Tabela 8 – Identificação das expressões da questão social na extensão universitária segundo os discentes da UFAM.....	107
Tabela 9 – Áreas de interesse de atuação dos discentes da UFAM a partir do contato com as expressões da questão social mediante a extensão.....	111
Tabela 10 – Políticas sociais identificadas nos relatórios de extensão do curso de serviço social em UFAM/MAO.....	114
Tabela 11 – Políticas sociais identificadas nos relatórios de extensão do curso de Serviço Social em UFAM/PIN.....	115
Tabela 12 – Meios para o incentivo da discussão sobre Políticas sociais com os alunos no curso de Serviço Social em UFAM/MAO segundo os docentes.....	115
Tabela 13 – Meios para o incentivo da discussão sobre Políticas sociais com os alunos no curso de Serviço Social em UFAM/PIN segundo os docentes.....	116
Tabela 14 – Relação da extensão com as políticas e demandas sociais segundo os docentes do curso de Serviço Social na UFAM/PIN.....	117
Tabela 15 – Relação da extensão com as políticas e demandas sociais segundo os docentes do curso de Serviço Social na UFAM/MAO.....	118
Tabela 16 – Demandas sociais apresentadas nos relatórios finais de extensão do curso de Serviço Social em UFAM/MAO.....	121

Tabela 17 – Demandas sociais apresentadas nos relatórios finais de extensão do curso de Serviço Social em UFAM/PIN.....	121
---	-----

LISTA DE SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ACE	Atividades Curriculares de Extensão
ANDES	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CEI	Câmara de Extensão e interiorização da UFAM
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
EEM	Escola de Enfermagem de Manaus
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ESTRADAS	Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia
FAARTES	Faculdade de Artes
FACED	Faculdade de Educação
FAO	Faculdade de Odontologia
FAPSI	Faculdade de Psicologia
FCA	Faculdade de Ciências Agrárias
FCF	Faculdade de Ciências Farmacêuticas
FD	Faculdade de Direito
FEFF	Faculdade de Educação Física e Fisioterapia
FES	Faculdade de Estudos Sociais
FIC	Faculdade de Informação e Comunicação
FLET	Faculdade de Letras
FM	Faculdade de Medicina
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
FT	Faculdade de Tecnologia
ICB	Instituto de Ciências Biológicas

IES	Instituições de Ensino Superior
ICOMP	Instituto de Computação
ICE	Instituto de Ciências Exatas
ICSEZ	Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia
IFCHS	Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
INTER-AÇÃO	PROGRAMA INTER-AÇÃO: práticas de sustentabilidade visando o desenvolvimento regional.
LACAD	Ligas Acadêmicas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAO	Manaus
MEC/SESU	Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior
OVGAM	Observatório da Violência de Gênero no Amazonas
PACE	Programa de Atividade Curricular de Extensão
PAREC	Programa de Apoio à realização de Cursos e Eventos
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PIN	Parintins
PNEX	Política Nacional de Extensão
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PRODECA	Programa de Observatório dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PROEXTI	Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
RENEX	Rede Nacional de Extensão Universitária
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
USAID	United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento Internacional)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I	
A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM MEIO AO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO	25
1.1 Desafios para a Universidade Pública em defesa do tripé ensino, pesquisa e extensão...	25
1.2 Extensão como compromisso social, científico e político da universidade.....	35
1.3 As particularidades da extensão na Universidade Federal do Amazonas.....	42
CAPÍTULO II	
EXTENSÃO E SERVIÇO SOCIAL: lugar para a formação profissional na UFAM?....	54
2.1 A formação em Serviço Social na defesa do tripé universitário	54
2.2 Os Cursos de Serviço Social da UFAM em Manaus e Parintins	63
2.3 A Extensão no horizonte dos cursos de Serviço Social da UFAM.....	77
CAPÍTULO III:	
PAPEL DA EXTENSÃO PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFAM... ..	93
3.1 Temáticas e estratégias recorrentes das ações de extensão nos cursos de Serviço Social da UFAM	93
3.2 As expressões da questão social nas ações extensionistas.....	104
3.3 Políticas e demandas sociais nos projetos extensionistas	112
CONCLUSÃO.....	124
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICES.....	136
ANEXOS.....	143

INTRODUÇÃO

O Serviço Social, como área que integra as humanidades, estuda as relações sociais de classes e seus rebatimentos na sociedade a fim de intervir na garantia dos direitos sociais sem qualquer discriminação. Nesse sentido, é indispensável que o processo de formação profissional permita a leitura da realidade social, o conhecimento sobre relação teórico-prática, questão social, demandas e políticas sociais e outros elementos que, a partir de um referencial teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, se desdobram durante a atuação do assistente social.

Para garantir uma formação qualificada e que responda às orientações estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Serviço Social, direcionada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), é importante que se tenha um olhar minucioso sobre a conjuntura que perpassa o ensino superior, espaço em que são formados os Assistentes Sociais.

Na era atual de cortes dos gastos públicos e privatizações das políticas sociais, a universidade passa a sofrer os rebatimentos desse processo e a extensão, assim como o ensino e a pesquisa, se vê ameaçada a se tornar cada vez mais um meio de venda de serviços da universidade ou assistencialismo barato.

A verdade é que, segundo a Política Nacional de Extensão, ela tem sua definição como um espaço científico e cultural que, associada ao tripé, relaciona universidade e sociedade possibilitando o acúmulo de conhecimento e a troca de saberes. Nesse sentido, a extensão passa por um processo de descaracterização de seus princípios iniciais, sendo fortemente influenciada pelos males do processo de reprodução capitalista.

Pensando nisso, buscamos entender até que ponto a extensão universitária tem se mantido como espaço de formação profissional para o Serviço Social, tendo em vista sua possibilidade de relacionar teoria e realidade, apreensão indispensável para o futuro assistente social. Estas deveriam ser possibilidades geradas no processo de formação fora da sala de aula por meio das atividades de extensão e é justamente além dos muros da universidade que nos propusemos a analisar a formação em Serviço Social.

Depois da experiência com a pesquisa sobre formação profissional em Serviço Social na graduação, a partir da participação em grupo de pesquisa e a realização de dois projetos de iniciação científica que versavam sobre a formação em Serviço Social, a pesquisa

bibliográfica nos revelou que sobre extensão universitária relacionada ao Serviço Social havia poucas produções que dissertassem sobre o tema.

Outro aspecto que chamou atenção foi no momento de entrevista com professores e alunos de Serviço Social em que o ensino e a pesquisa tiveram destaque na fala dos sujeitos, o que despertou ainda mais a curiosidade em investigar sobre esse espaço na universidade, principalmente no que diz respeito a sua inclusão nos debates e reflexões sobre formação profissional. Contudo, as pesquisas feitas anteriormente não foram suficientes para abarcar os conteúdos relacionados à temática, sendo necessário avançar na discussão sobre Serviço Social na pesquisa de mestrado.

Para a realização dessa pesquisa, contamos como *loci* os *campi* da Universidade Federal do Amazonas situados em Manaus e Parintins. Portanto, a pesquisa se propôs a analisar a extensão universitária como espaço de formação profissional nos cursos de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas de Manaus e Parintins. Tal proposta se desdobrou em objetivos específicos que são: caracterizar as políticas e as demandas sociais contempladas nos programas e projetos de extensão dos cursos de Serviço Social, investigar se os projetos/programas de extensão permitem aos estudantes um aprofundamento sobre as expressões da questão social e averiguar como alunos e professores concebem a extensão universitária no processo de formação profissional.

Para o alcance de tais objetivos, analisar a formação profissional requer um esforço qualificado que disponha de elementos científicos para a leitura do objeto de pesquisa, no caso a extensão universitária desenvolvida pelos cursos de Serviço Social. Com isso, o materialismo histórico foi utilizado com o intuito de orientar o desenvolvimento da pesquisa, posto que este, segundo Santos (2006), se sustenta na perspectiva de totalidade e trabalha com diferentes olhares sobre o fenômeno social, já que considera que existem múltiplas determinações para um dado fenômeno.

A pesquisa está classificada como explicativa, sendo que “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2002, p. 42). Ou seja, trata-se de uma investigação sobre extensão a fim de explicar sua atuação no processo de formação em Serviço Social. Sua abordagem será quali-quantitativa, dada a importância de articulação de dados estatísticos, sensações, opiniões, leituras dos diferentes sujeitos acerca do objeto de estudo.

O projeto se desenvolveu em fases articuladas, sendo a primeira dedicada à pesquisa bibliográfica, por ser essencial conhecer o que já foi produzido acerca da Extensão Universitária, seu contexto histórico, cultural, econômico e político, formação profissional,

currículo de Serviço Social, políticas e direitos sociais. Esta fase se estendeu até o fim da pesquisa.

Em seguida, recorreremos à pesquisa documental, momento em que acessamos as propostas dos projetos e programas de extensão, bem como seus respectivos relatórios, tanto de Manaus quanto de Parintins, de modo a proceder à análise pretendida. Foi a fase mais extensa e trabalhosa de toda a pesquisa, o acesso a tais dados foi dificultoso pela burocracia para conseguir os relatórios. Mesmo com a obtenção das autorizações, – considerando que, de acordo com a Pró-reitoria de Extensão e Interiorização (PROEXTI) era necessário que cada professor autorizasse por escrito o acesso ao relatório – ainda assim, houve demora na cessão dos materiais.

Além disso, a desatualização e falta de informações e documentos importantes que deviam ser públicos em seu sítio eletrônico, contribui para o não acesso a todas as informações que gostaríamos. Por fim, precisamos ler, categorizar, tabular e analisar todos os dados disponíveis no material consultado.

Analisamos os projetos de extensão desenvolvidos no período de 2012 a 2017, de modo a tomar dados mais recentes de seu desenvolvimento na universidade. Além disso, consideramos que os relatórios durante esses anos seriam de melhor acesso pela reitoria, pois se buscássemos anos muito anteriores correríamos o risco de maior dificuldade em encontrá-los, o que contribui para o melhor andamento da pesquisa.

Delimitamos para a pesquisa os projetos que tiveram como coordenadores professores dos cursos de Serviço Social. Assim, trabalharemos somente com o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX e o Programa de Atividade Curricular de Extensão – PACE, devido a sua ampla realização na UFAM. Independente da área de formação acadêmica, tratam-se de espaços mais trabalhados pela universidade para fazer extensão. Os programas institucionalizados que, inclusive, tem como condição para sua permanência a realização de PIBEX e PACE, não puderam ser aprofundados da maneira que esperávamos dada a inexistência dos relatórios na PROEXTI.

No período estabelecido, em Parintins tinham ao todo vinte e nove projetos desenvolvidos, dos quais tivemos acesso a dezessete por meio do relatório final de extensão. Já em Manaus, contamos com trinta e oito projetos de extensão, dos quais acessamos a trinta e um relatórios, totalizando quarenta e oito relatórios analisados, o que representa mais de 70% do universo.

Outro dado de suma importância que buscamos analisar foram os Projetos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social da UFAM, por meio dos quais tivemos acesso aos

objetivos, perfis dos alunos a serem formados, relação da pesquisa e extensão nos projetos, o que nos trouxe informações importantes para compreender a estrutura e percepção dos cursos.

Vale ressaltar que a característica da pesquisa documental, segundo Marconi e Lakatos (2003), está na medida em que ela se apresenta como uma fonte de coleta de dados que está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denominam de fontes primárias.

Por fim, a pesquisa de campo contou com a aplicação de formulários e questionários a professores e alunos de Serviço Social, respectivamente, que houvessem coordenado/participado de PACE ou PIBEX, a partir de 2015 posto que anterior a esse ano não seria possível contatar os alunos já que o curso tem duração de quatro anos.

É importante ressaltar que tais sujeitos não correspondem necessariamente aos sujeitos dos relatórios analisados, entretanto, consideramos não haver prejuízo, pois o objetivo não é medir as pessoas, mas avaliar a experiência de extensão, como um campo que pode ou não favorecer a formação profissional.

Assim, em relação aos docentes, após ter acesso à lista geral de projetos de extensão, reunimos aqueles que se encontravam dentro dos critérios estabelecidos e entramos em contato via e-mail ou telefônico e pessoalmente. O colegiado dos cursos de Serviço Social em Parintins conta com oito professores efetivos bacharéis em Serviço Social e outros seis com formações diversas. No momento de realização da pesquisa, Totalizamos dez professores que corresponderam aos critérios da pesquisa em Parintins a partir de 2015, levando em consideração que dentro desse número três foram substitutos, sendo dois professores que não atuam mais na universidade. Desse total foi possível entrevistar oito docentes. Assim, em relação aos professores efetivos, 87,5% dos professores desenvolveram extensão de 2012 a 2017.

Já em Manaus o curso está vinculado ao departamento de Serviço Social que conta com vinte professores específicos do curso, dentre estes oito estavam dentro dos critérios da pesquisa, um deles era o orientador dessa pesquisa e por esse motivo não achamos conveniente entrevistá-lo, assim foi possível a aplicação de formulários a seis docentes. Ao todo, o universo da pesquisa contou com 18 sujeitos, dos quais foram entrevistados catorze, o que nos deu uma amostra de 78% do total.

Pensando na exequibilidade da pesquisa (acesso aos sujeitos e recursos financeiros disponíveis para a pesquisa), optamos por realizar a aplicação dos questionários aos alunos por meio de censo que, segundo Gil (2002), é quando o levantamento recolhe informações de

todos os integrantes do universo pesquisado, ou seja, se referiu ao número de alunos presentes na ocasião e que aceitaram responder a pesquisa no momento de sua aplicação.

Assim, no momento de aplicação dos questionários haviam cerca de 126 alunos que participaram de extensão, destes foram aplicados 26 questionários aos discentes em Parintins e 23 em Manaus, perfazendo um total de 49 questionários. Ou seja, do universo da pesquisa alcançamos uma amostra de 39%.

Vale ressaltar que a pesquisa faz parte de uma pesquisa maior, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, denominada “Formação profissional do Assistente Social no Amazonas” e tal pesquisa despunha de aprovação do comitê de ética que permitiu a realização das entrevistas com os sujeitos já identificados. Faz parte do grupo de pesquisa “Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS)”, coordenado pela orientadora desta pesquisa.

Por fim, realizamos a tabulação e análise desses dados, momento em que transcrevemos as entrevistas aos professores reunimos os dados dos instrumentais aplicados a todos os sujeitos, categorizamos e analisamos, bem como categorizamos todos os relatórios consultados na PROEXTI, o que nos deu elementos para gráficos, quadros e tabelas que nos auxiliaram na exposição dos resultados.

A análise de conteúdo de Bardin foi adotada para lidar com os dados, haja vista a necessidade de interpretação dos dados reais e estatísticos somando-se às falas dos sujeitos e suas experiências, visto que os objetos de estudo das ciências humanas e sociais são as pessoas e suas atividades.

Desse modo, é importante salientar que as perguntas abertas também foram categorizadas tendo em vista que, segundo Bardin (2006), o viés qualitativo se refere a um procedimento mais intuitivo que pode ser maleável e adaptável, o que favoreceu a categorização das respostas obtidas por essas perguntas nos instrumentais. Enquanto que o quantitativo obtém dados descritivos através de um método estatístico. Não podemos deixar de mencionar que o arcabouço teórico foi essencial para subsidiar essa análise.

Esta fase foi indispensável à última, que é a de redação da dissertação final e, por fim, a sua defesa, que é o requisito final para a obtenção do título de mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Este trabalho se encontra dividido em três capítulos. No primeiro capítulo abordaremos acerca da extensão universitária relacionada ao ensino e à pesquisa, ressaltando suas características, historicidade e o contexto atual em que está inserida, além disso, também

falamos acerca do papel da extensão na universidade e como ela se apresenta mais especificamente na Universidade Federal do Amazonas.

No segundo capítulo, temos uma discussão mais aprofundada sobre formação profissional em Serviço Social e sua relação com a extensão universitária. Também iremos nos remeter à análise dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social e caracterizar os projetos de extensão e os sujeitos da pesquisa a partir dos dados tabulados.

Por fim, no último capítulo, abordaremos a percepção de docentes e discentes sobre extensão e identificaremos se as manifestações da questão social bem como as políticas e demandas sociais têm na extensão um espaço em potencial para seu conhecimento.

Desse modo, é importante perceber como a extensão se dá em contextos diferentes, quais são seus limites e potencialidades, como é a aproximação da UFAM com as particularidades das expressões da questão social em cada campus. Tudo isso é de suma importância para permitir apreender como a extensão é desenvolvida nos cursos de Serviço Social da UFAM.

Tais reflexões precisam ser suscitadas e se apresentam como discussões fundamentais também para a defesa da própria universidade e com o intuito de conhecer as fragilidades a fim de superá-las. Portanto, desenvolver um estudo acerca da relação entre formação em Serviço Social e extensão universitária possui grande relevância, ainda mais por se tratar de uma região tão rica como a Amazônia que dispõe de inúmeras possibilidades para o desenvolvimento de projetos/programas de extensão. Podendo este trabalho agregar grande valor à formação em Serviço Social, tendo em vista a escassa produção sobre a temática.

CAPÍTULO I

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM MEIO AO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

1.1 Desafios para a Universidade Pública em defesa do tripé ensino, pesquisa e extensão

A universidade sempre esteve presente como espaço de formação e instrumento socializador da educação. Diante disso, entendemos que a educação superior tem como um de seus princípios formar cidadãos conscientes, capazes de contribuir ativamente para melhoria de nossa sociedade. Para que isso ocorra, as Universidades, segundo a legislação, devem estar apoiadas sobre o tripé – ensino, pesquisa e extensão – que constitui o eixo fundamental da Universidade Brasileira e de forma alguma pode ser compartimentado (MOITA & ANDRADE, 2009).

Conforme Mazzilli (2011), este novo modelo universitário ganhou destaque durante a Reforma Universitária em 1968, promulgada pelo governo militar, contudo, a autora ainda salienta que este contribuiu para alguns pleitos do movimento estudantil.

Anteriormente, segundo Cunha (2007), a modernização no ensino superior já vinha ganhando espaço na direção do modelo norte-americano, ao adotar certos aspectos desse modelo, devidamente selecionados pelos dirigentes do aparelho educacional. Consistia na mudança de organização dos recursos materiais e humanos na fragmentação das disciplinas, departamentos, dentre outros.

O período da ditadura militar (1964 – 1985) trouxe inúmeras consequências para o Estado brasileiro, inclusive no que se refere à educação superior. Para melhor entendermos o que significou esse contexto para as universidades públicas, vale salientar o que explica Germano (2011).

Segundo o autor, a partir de 1964, momento em que se consolidou a ditadura com o Ato Institucional nº 1 pelo denominado Supremo Comando Revolucionário que evocou para si poderes constituintes enfraquecendo o Legislativo, controlando o Judiciário e fortalecendo o Executivo, o Estado passou a ser caracterizado pelo grau de autoritarismo e violência e buscava demonstrar uma aparência democrático-representativa, tendo em vista que o Congresso não foi definitivamente fechado, porém o Executivo obteve poder majoritário a

partir da intervenção com o AI nº 1. Sendo apenas a primeira de muitas das intervenções militares que limitaram o país.

Germano (2011) traduz esse autoritarismo na tentativa do Estado de controlar amplos setores da sociedade civil, intervindo em sindicatos e fechando instituições que representavam os trabalhadores e estudantes, além de excluir segmentos políticos e o setor popular da arena política.

Argumenta ainda que, durante esse período, mobilizações populares em busca de reformas na estrutura da sociedade se iniciaram desde o início dos anos 1960, momento em que o país enfrentava uma crise econômica e política de grandes proporções, onde o Estado não consegue garantir nem a “seletividade” específica de classe, muito menos a reprodução da dominação burguesa.

Assim, a partir do decreto 62.937 em 02 de julho de 1968, foi instituído um grupo de trabalho para estudar a reforma da universidade brasileira visando elementos-chave, como eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de nível elevado ao país, com trinta dias de prazo para alcançar seu objetivo.

Germano (2011), ao analisar o relatório do grupo de trabalho, ressalta a formação heterogênea do GT, com pessoas em diversas formações e, por isso, duas principais concepções de universidade. Primeiro, a universidade como uma expressão da racionalidade criadora e crítica, uma “obra do espírito” em construção, trazendo pensadores como Karl Jaspers e José Ortega y Gasset.

Por outro lado, a universidade seria um dos fatores essenciais para o processo de desenvolvimento, como um investimento na construção racional da nova sociedade, mediante a criação do *Know-how*¹ e oferecimento de um produto universitário diversificado e capaz de responder às solicitações do mercado de trabalho.

A reforma universitária do Regime Militar representa, sobretudo, uma incorporação desfigurada de experiências e demandas anteriores, acrescida das recomendações privatistas de Atcon, dos assessores da Usaid e de outras comissões – com a comissão Meira Mattos – criadas para analisar e propor modificações do ensino superior brasileiro. Conceptualmente ela tomou por base a “teoria do capital humano” – que estabelece um vínculo direto entre educação e mercado de trabalho, educação e produção – e a Ideologia da Segurança Nacional. Tratava-se de reformar para desmobilizar os estudantes (GERMANO, 2011, p. 123).

¹ Conhecimento ou habilidade técnica para realizar algo, experiência prática na sua realização; saber-fazer (Dicionário Aurélio)

As medidas tomadas serviram muito mais para descaracterizar a universidade crítica, ao reprimir e despolitizar o espaço acadêmico. Sobre isso, Cunha (2007) retoma vários episódios que limitaram a atuação dos diretórios de estudantes das universidades. Claro, combinando com o período de cunho ditatorial daquela época.

O que orientava a visão sobre a educação naquela época se baseava na teoria do capital humano, uma compreensão criticada por Frigotto (2010), onde a educação é pensada como responsável pela produção da capacidade de trabalho, sendo assim potencializadora do fator trabalho, portanto, visto como uma forma de investimento. Para o autor, o conceito de capital humano pretende se afirmar com um dos elementos que explicam o desenvolvimento e equidade social. “Busca traduzir o montante de investimentos que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros” (p. 51).

Foi com esse pensamento que se estabeleceu a reforma universitária de 1968. Com ela, os incentivos para a criação de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas aumentaram consideravelmente. Cunha (2007) afirma que a privatização das universidades acabou culminando na separação das classes sociais: de um lado, aqueles que terminariam seus estudos no 2º grau e ocupariam cargos necessários à manutenção do capital e, do outro, aqueles que poderiam pagar para continuar os estudos e se manter em uma classe social mais alta.

A reforma universitária representa, sobretudo, uma incorporação desfigurada de experiências e demandas anteriores, acrescida das recomendações privatistas em relatórios de estudos feitos por estrangeiros e assessores da USAID, haja vista que desde a década de 1940 já se tinha um movimento interno pela modernização da educação que também influenciou a reforma.

Em seguida, durante a década de 1970, devido às circunstâncias da época, as formas de produção acadêmico-científicas críticas eram muito limitadas, dado o enfoque tecnicista que foi adotado pedagogicamente naquele momento. Assim como todos os outros espaços, a universidade passou por restrições nesse sentido.

É interessante citar que, de acordo com Saviani (2008), as universidades sofreram intervenções relacionadas aos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, da mesma forma como ocorreu no trabalho fabril. Ou seja, a influência do capitalismo não se limitou somente aos trabalhadores fabris, na verdade influiu sobre outras áreas importantes como a educação.

Mazzilli (2011) revela que, ao final da década de 1970, ao ocorrer a retomada da liberdade civil com a promulgação da Lei da Anistia² e a reorganização dos movimentos sociais, foi possível tornar públicas as ideias desenvolvidas durante esse período de censura pelos movimentos sociais, professores e escritores da época.

Assim, os movimentos sociais e outras formas de representação da sociedade contribuíram para a concretização da cidadania. Em meio a debates científicos, congressos, seminários e publicações, chegou-se à conclusão de que era necessário haver o estabelecimento da democracia na prática social e ir além da denúncia e da crítica aos resultados do período da ditadura sobre a sociedade.

Todo esse período foi marcado pela intensa participação popular que se fez presente, inclusive, por meio da construção de emendas populares, organizadas por movimentos sociais e encaminhadas às Comissões formadas no âmbito da Assembleia Constituinte. Ainda conforme a autora, no campo da educação, foi elaborado o Fórum da Educação na Constituinte que apresentou, em 1987, uma proposta acerca da educação a fim de que essa fosse um componente para uma nova legislação, escrita pelas entidades científicas e sindicais que compunham o fórum.

Um dos capítulos, sobre a educação superior, incluiu os princípios de um projeto para a universidade brasileira, construído no início da década de 1980 pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), formada em sua maioria por integrantes do movimento estudantil da década de 1960. Após a promulgação da atual Constituição Federal, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) em 26 de novembro de 1988.

Tais princípios desse projeto envolviam a defesa do ensino público e gratuito, autonomia e democratização das universidades, carreira docente, concursos públicos, eleições diretas para dirigentes universitários, participação da comunidade na vida acadêmica, financiamento, avaliação e projeto pedagógico, tidos como meios que concretizariam uma universidade autônoma e democrática.

Também foi apontado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como padrão de qualidade acadêmica para as instituições de ensino superior do país que buscavam combater as desigualdades sociais, demonstrando o papel social da universidade na construção de uma sociedade democrática e igualitária.

² Denominação popular para a lei nº 6.683/1979 para reverter punições aos cidadãos brasileiros que, entre os anos de 1961 e 1979, foram considerados criminosos políticos pelo regime militar.

Com isto, foi formulada uma proposta que, de fato, buscou viabilizar a indissociabilidade dos elementos do tripé universitário, colocando a extensão como ação imprescindível para um dos mais importantes papéis da universidade que diz respeito à socialização do conhecimento, a busca de alternativas para a comunidade, o envolvimento dos futuros profissionais com experiências singulares a partir dos trabalhos extensionistas. Sobre a extensão, o ANDES descreveu o seguinte:

A extensão deve ser uma política institucional, indissociável do ensino e da pesquisa, que tenha como objetivo a identificação e o acompanhamento de problemas sociais relevantes e propiciar a troca de experiências e saberes entre a universidade e a sociedade. As ações advindas desses projetos devem ser gratuitas e seus resultados, mesmo quando fruto de convênios, devem ser publicizados sem restrições, permitindo a sua apropriação pela sociedade (ANDES, 1982, p. 20).

Outro ponto importante foi a apresentação desta emenda pelo Fórum Nacional de Educação na Constituinte à Assembleia Nacional Constituinte, sendo incorporada posteriormente à Constituição de 1988 em seu artigo 207, que estabelece além da autonomia das universidades, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A partir de então, esse princípio de indissociabilidade foi tomando espaço no âmbito acadêmico. Foram sendo desenvolvidas estratégias que viabilizassem a participação dos alunos cada vez mais com vistas à interlocução desse tripé, a fim de consolidar uma formação profissional mais qualificada que contemple todos os aspectos de determinada profissão e possibilite alcançar conhecimentos sempre além do proposto.

Atualmente, sabemos que ensino-pesquisa-extensão, muitas vezes, não possuem a devida importância no que diz respeito à sua relação, contudo, é importante ressaltar que não se pode considerar sua relação como dual, ou seja, pesquisa e ensino ou ensino e extensão, esquecendo-se do princípio que aponta o tripé da universidade, como argumentam os autores a seguir:

[...] se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade (MOITA e ANDRADE, 2009, p. 269).

Portanto, ainda conforme os autores, a universidade, ao realizar esta relação, contribui para que tanto o corpo docente como o discente tenham a possibilidade de integrar o ensino, pesquisa e extensão, de forma que estejam atualizados e conectados com “as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social” (MOITA e ANDRADE, 2009, p. 272). Portanto, o tripé é certamente indissociável para a universidade.

Antes de qualquer coisa, é necessário entender o significado de indissociabilidade desse tripé que, por muitas vezes, quando falho, dificulta a sua atuação comprometida com as pessoas, com a qualidade dos serviços e principalmente, com a própria formação profissional.

Nessa lógica, compete às universidades desenvolver ensino, pesquisa e extensão, entretanto, não está claro na legislação a necessidade de indissociabilidade dessas atividades, o que pode conferir uma fragmentação a partir da oferta regular dessas atividades, mas que não levam em consideração o princípio de indissociabilidade entre elas, o que acaba limitando o potencial integral do tripé no processo de formação.

Ao analisar o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, ensino, pesquisa e extensão são citados de maneira isolada, não se leva em consideração o princípio de indissociabilidade, visto que para que a instituição seja denominada como universidade devem

IV - possuem programa de extensão institucionalizado nas áreas do conhecimento abrangidas por seus cursos de graduação; V - possuem programa de iniciação científica com projeto orientado por docentes doutores ou mestres, que pode incluir programas de iniciação profissional ou tecnológica e de iniciação à docência (BRASIL, 2017).

Não podemos deixar de mencionar que as Instituições de Ensino Superior (IES), segundo Mondini e Domingues (2005), receberam classificações diferenciadas a partir da Lei nº 9.394/96, nos artigos 16 e 20 e, posteriormente, além de outros decretos que a complementam, principalmente o Decreto Nº 9.235, de 15 de Dezembro de 2017 que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação.

Figura 1- Organização acadêmica das IES.



Fonte: Adaptado de MONDINI E DOMINGUES, 2005.

Podemos dizer que a expansão do acesso ao ensino superior ocorreu em maior número pelo crescimento das instituições privadas, isso fica claro na medida em que comparamos o número de cursos oferecidos pelas universidades públicas em 2016 que representam um total de 10.542 cursos em relação a 23.824 cursos nas instituições privadas no mesmo ano, o que demonstra que os cursos de universidades públicas representam apenas 30% do total no Brasil (INEP, 2016). Assim, a luta em favor da educação pública e a valorização do tripé ensino, pesquisa e extensão se tornam cada vez mais distantes e os desafios aumentam constantemente, posto que a efetivação do tripé é exigida somente para universidades.

Contudo, ao mesmo tempo, esse crescimento ameaça o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na medida em que a obrigatoriedade para o cumprimento do tripé não se dá para todos os tipos de IES. É a Universidade a principal instituição que mantém esse papel.

Dessa forma, é difícil reconhecer a potencialidade do tripé quando existem os diferentes tipos de IES em que algumas são voltadas apenas ao ensino, por exemplo, o que não dá a chance de uma formação mais abrangente, na verdade, a lógica capitalista dita que quanto mais rápida e com maior praticidade a formação profissional, melhor.

O ensino acaba sendo ministrado, muitas vezes, com metodologias ultrapassadas ou rotineiras que limitam o processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa, por sua vez, ganha destaque na pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, e, por fim, a extensão se torna conhecida a partir de serviços assistencialistas que mostram o interesse da IES pela comunidade.

Maciel (2010) critica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei nº 9394/96, nesse sentido, afirmando que ela não chegou a reafirmar o princípio de indissociabilidade atendendo muito mais aos interesses do governo e dos setores que representam as instituições privadas do que aqueles que defendem a educação pública de qualidade.

O que também pode ser questão central para a mudança, segundo a autora, são as condições em que disputam os projetos sociais, inclusive sobre a sua superação ou não. Podemos concordar com a autora na medida em que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não foi completamente consolidada apenas com o artigo 207 da Carta Magna, pois a dificuldade de sua implementação também depende das políticas públicas para a educação superior.

Essas atividades, enquanto elementos que se interligam e que compõem a formação acadêmica, devem ter maior valorização por parte da instituição de maneira a não minimizar nem restringir a potencialidade que cada atividade pode trazer à academia, inclusive, quando falamos do tripé indissociável.

Portanto, é indispensável pensar uma formação acadêmica que experimente no processo de ensino aprendizagem a possibilidade de encontrar o suporte necessário através da pesquisa na busca pela investigação de um objeto que traga resposta a uma determinada demanda. Sendo apresentada pela e na própria atividade e intervém a partir daquilo que foi pesquisado, ou o ensino que dispõe de aspectos igualmente importantes para a formação.

Esse processo não beneficia somente o professor ou a universidade, que se torna campo e principal incentivadora da relação de saberes popular e científico, mas principalmente ao aluno que vai poder passar pela formação e estender um olhar acadêmico, científico e cultural sobre as mais diversas manifestações do próprio conhecimento.

Essa universidade, sobre a qual discorremos anteriormente, encontra-se, na verdade, sob alguns desafios que acabaram se tornando ameaças para os princípios e direitos estabelecidos para a educação, o que nos leva à importância de analisar esses desafios para o tripé universitário no contexto do que os autores intitulam de contrarreforma do Estado.

Behring (2008) destaca algumas das principais características desse contexto. A chamada Contrarreforma está relacionada à perda da soberania do Estado, ou seja, ele acaba se tornando vulnerável internacionalmente e sem autonomia; com um esforço limitado do Estado em buscar uma política econômica que tenha como perspectiva a retomada do emprego e do crescimento, o que, na verdade, encontra-se sob a lógica capitalista. Assim, sob os ditames do mercado, a presença do Estado cria e fortalece condições favoráveis para a

mercantilização de diferentes serviços a fim de aumentar a lucratividade das empresas capitalistas.

A autora denomina como desmonte do Brasil, posto que os direitos previstos e o fundo público se tornam maleáveis de acordo com a vontade do capital. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico – que contraditoriamente não beneficia a todos – se torna o ponto principal para o país. Por isso, nos anos 1990, o processo de competitividade no mercado influenciou uma intensificação das privatizações no Brasil.

Alguns exemplos desse desmonte, conforme ilustra Behring (2008), se apresentam principalmente na flexibilização das relações de trabalho, nas privatizações, na relação com o capital estrangeiro e, além desses, no desmonte dos direitos sociais também.

Para entender melhor esse processo, vale destacar a aprovação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) em 1995, dirigido por Bresser Pereira no governo de Fernando Henrique Cardoso. Segundo Behring (2008), a chamada *Reforma Gerencial* teve a justificativa de que o Estado havia se afastado das suas funções de atuar na esfera produtiva. Em outras palavras, o Brasil estava “atrasado” e precisava de medidas para avançar e fazer parte da competitividade no mercado.

Essa reforma no gerenciamento do Estado é o que os autores nomeiam de contrarreforma, como argumenta Pereira (2008), um processo de desmonte que já existia nas políticas sociais públicas e que transferiu para a sociedade civil e o âmbito privado a responsabilidade pela execução de tarefas de ordem estatal.

Tal Plano teve como justificativa uma “crise do Estado” que limitava o desenvolvimento do país, com isso empenhou-se a encontrar soluções em reformulações administrativas, dando continuidade à reorganização do aparelho estatal, processo que já estava em curso desde a década de 1980, em prol das necessidades de acumulação capitalista.

Várias medidas foram tomadas a fim de favorecer o desenvolvimento do comércio internacionalmente. O país se tornou estrangeiro para os brasileiros, ao vermos que seus produtos nacionais foram vendidos internacionalmente e, aos poucos, o país foi se transformando numa espécie de zona franca, com custos mais baixos e mão de obra barata.

Nesse contexto, as políticas sociais acabaram sendo privatizadas, tornando-se assim alvo de lucros para os grandes empresários. A universidade também sentiu as consequências desse processo sendo que o investimento do Estado na educação superior privada acabou contribuindo para a desvalorização das universidades públicas.

Vale a pena compartilhar a reflexão feita por Pereira (2018), que, além daquelas citadas anteriormente, traz outras características da contrarreforma, como o discurso do

governo em prol de um forte crescimento econômico e o incentivo estatal constante ao setor privado no ensino superior.

Investimento no setor privado é fruto de uma lógica que diz que é preciso ampliar o acesso ao ensino superior e que o ensino público não daria conta. Movido pela ideologia que guiava os pactos internacionais, o governo começa a fortalecer mecanismos de transferência de dinheiro público.

Nesse sentido, temos o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), que segundo Cislaghi (2012), criado em 2005 pela lei nº 11.096, distribui bolsas integrais e parciais para as instituições privadas. Em troca, o governo garante mais isenções fiscais somando com aquelas que já existiam.

A autora cita que, segundo a própria Receita Federal, as dívidas que as instituições tinham chegavam a quase 12 bilhões em 2007. A partir das diversas vantagens e incentivos oferecidos, ou seja, ao invés de investir no crescimento da universidade pública, empenha-se para a ampliação da privatização no ensino superior.

Mesmo com a iniciativa do governo em investir no ensino público federal, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, por exemplo, seu investimento mostra-se insuficiente, na medida em que não houve o aumento das estruturas, nem do corpo administrativo e docente, o que sobrecarregou a estrutura já existente e os professores, criou cálculos de relação professor-aluno que geram um volume maior de trabalho o que limita a carga horária disponível para o desenvolvimento de extensão, já que é obrigado a cumprir uma série de demandas de ensino, pesquisa e atividades administrativas.

Concordamos com Pereira (2018) ao enfatizar que, apesar de por muitos anos a luta pelo acesso ao ensino superior ter sido intensa, o tipo de resposta que está sendo oferecido corresponde muito mais aos interesses da burguesia, além disso, os investimentos realizados no âmbito privado acabam limitando os recursos que poderiam ser investidos nas universidades públicas.

Isso se torna claro ao observamos os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que demonstram o número de matrículas em IES. No ano de 2010, as instituições públicas de ensino superior contavam com 1.643.298 e as privadas com 4.736.001 de matrículas. Já em 2016, o número era de 1.990.078 e 6.058.623, respectivamente. Ou seja, em 2010 as matrículas nas IES públicas correspondiam a 26% do total enquanto que em 2016 esse número era de 24%.

Mediante o exposto, é óbvio que as novas características do ensino superior influenciam diretamente a qualidade do tripé, quando limitam o acesso à pesquisa e à extensão principalmente. Tais características se expressam em recursos escassos, diminuição do número de bolsas, etc.

O ensino superior como parte desse processo de desmonte dos direitos também é atingido por essas transformações, o que afeta a vida de docentes que estão tão ocupados tentando cumprir metas e concluir planos de aula e trabalho, muitas vezes em tempo menor do que seria necessário.

Por fim, é importante de trazer à tona debates como estes a fim de reafirmar a importância e os desafios para a indissociabilidade do tripé, a qualidade do ensino, da pesquisa e extensão. A preocupação que fica é que a extensão vem sendo tomada como campo de atividades assistenciais que fogem do seu objetivo principal, fazendo com que sejam vendidas as ações oferecidas, “reinventando” o que a extensão deve ser. Mediante isso, é indispensável tratar acerca da extensão com um compromisso social, científico e político da universidade, com o intuito de desmistificar uma imagem já estabelecida.

1.2 Extensão como compromisso social, científico e político da universidade

A extensão universitária, no início de sua existência, foi idealizada para que a universidade cumprisse seu papel mediante os problemas sociais que se mostravam cada vez mais recorrentes. Foi uma forma de interferir de maneira positiva na vida dos camponeses, num primeiro momento.

Paulo Freire (2015) já dizia em sua obra *Extensão ou comunicação?*, de origem chilena, que o termo extensão pode significar estender algo, entrega, transmissão, messianismo. Por isso; critica-o. E vai além, não é bom transformar o homem em coisa e impor suas ideias – por meio de atividades, palestras, cursos etc. O que também nega um ser de transformação do mundo no momento que limita esse processo pela imposição dessas ideias. “*Extensão não é isso. Extensão é educativa*” (p. 20).

Por isso mesmo nos perguntamos se o compromisso social é a única motivação que deveria impulsionar a extensão universitária. Mesmo assim, o chamado papel social das universidades, infelizmente, ainda é confundido com ações que possuem um ponto de vista meramente assistencialista e que a universidade precisa realizar. Primeiramente, podemos achar a resposta ao refletirmos sobre o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que prevê o entrelaçamento entre esses elementos de maneira que a extensão

também envolve outras características, como o viés político e social, posto que, ao entrar em contato com as demandas sociais, é impossível não se envolver cientificamente por meio da pesquisa.

Isso nos leva a crer que a extensão, como parte de um tripé que também é científico e crítico, não deixa de possuir tais características. É você ir além dos muros da universidade e perceber que existem conhecimentos diversos que são tão significativos quanto os seus. “É sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais” (FREIRE, 2015, p. 57).

Na verdade, a extensão é um grande achado, se realizado de maneira coerente. Não como um único lado que fala, não com a descrença no conhecimento do homem simples, não pensando que é perda de tempo o diálogo quando se tem prazos a cumprir, não tomando todas as decisões.

Em seguida, ao trazer a reflexão de sua definição, que está em vigor desde o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, um novo conceito foi pactuado naquele momento:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *práxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (FORPROEX, 1987, s/p).

Aqui a extensão se mostra muito além do que ouvimos dizer, é apontada como um processo educativo, cultural e científico, uma relação transformadora, porém, ao analisarmos mais detalhadamente este conceito de extensão no Brasil, a partir do que argumenta Mesquita (2002), percebemos que essa concepção dá à extensão a tarefa de articular o ensino e a pesquisa, quando, na verdade, desde seu surgimento já nasceram isolados.

Ou seja, superdimensiona o dever-ser da extensão, sendo essa uma responsabilidade que a universidade, em anos de existência, não conseguiu corresponder em seu sentido completo, contudo, demarca um avanço significativo ao considerar a extensão como um processo educativo.

Apesar da elaboração de documentos importantes frutos de eventos que discutiram um novo patamar para a extensão universitária, como a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) e Rede Nacional de Extensão Universitária (RENEX), e tiveram como resultado a definição de extensão, por

exemplo, persistimos na busca em eliminar uma concepção assistencialista que, por vezes, se tem sobre extensão.

Desde sua criação, as atividades extensionistas foram desenvolvidas com esse viés, entretanto, atualmente, se tem uma construção de uma nova concepção sobre as ações de extensão, se analisado a partir da Política e do Plano Nacional de Extensão, como dito anteriormente, são ações que envolvem um processo educativo, cultural e científico.

Para o desenvolvimento de tais ações, a metodologia é outro aspecto indispensável para extensão, porém é necessário para que não se corra o risco de fazer com que a metodologia se torne acrítica e sem rigor de ciência, sem levar em consideração a indissociabilidade do tripé.

Isso contribui para uma rotina de como fazer a extensão, com metodologias e regras pré-definidas que podem não ser adequadas para todas as ocasiões, sendo passado de “geração em geração”, no fim, os discentes não conseguem apreender o que fizeram, qual a importância e qual a relação com o ensino e a pesquisa.

O que nos remete ao equívoco de tratar a extensão como assistencialista e nos traz de volta ao que Paulo Freire (2015, p. 52) critica:

No momento em que os “trabalhadores sociais” definam o seu quefazer como assistencialista e, não obstante, digam que este é um quefazer educativo, estarão cometendo um equívoco de consequências funestas, a não ser que tenham optado pela “domesticação” dos homens, no que estarão sendo coerentes e não equivocados.

A extensão como processo educativo não pode, ao mesmo tempo, possuir um viés assistencialista, posto que o assistencialismo vem para “domesticar” os homens, é uma mera forma de compensar a comunidade através de atividades que aparentemente podem suprir o rol de direitos que foi, muitas vezes, ignorado pelo Estado.

Na verdade, a extensão está intimamente ligada às políticas sociais. Conforme a Política Nacional de Extensão – PNEX (FORPROEX, 2012) – a articulação da Universidade pública e, inclusive, da extensão com as políticas públicas vai além da produção de conhecimento e qualificação de profissionais, é uma iniciativa importante para fortalecer a própria extensão.

Segundo o documento da PNEX (FORPROEX, 2012), o primeiro argumento que justifica a importância dessa articulação com as políticas sociais está na contribuição da universidade, por meio da extensão, na formulação, implementação e avaliação das políticas,

principalmente as sociais. Isso fortalece as ações extensionistas em termos de financiamento, cobertura, eficiência e efetividade.

Nesse sentido, vale ressaltar que a extensão deve favorecer as políticas sociais não só por causa da sua competência acadêmica, mas a partir de um senso crítico no desempenho de suas funções. Ela nunca deve se configurar como uma substituição às responsabilidades do Estado, na verdade, somar-se aos seus esforços e subsidiá-lo.

O segundo argumento acerca da importância da articulação da extensão e as políticas públicas é que a contribuição da extensão para formular, implementar e avaliar políticas dá lugar à possibilidade de favorecer a superação da fragmentação, setorialização, desarticulação e superposição de programas e projetos sociais, além do caráter residual e temporário de algumas vezes. E mais uma vez, ao garantir a coerência e sustentabilidade financeira a esses programas e projetos, estará sendo garantida a continuidade e pertinência das ações de extensão vinculados a eles.

Por fim, a Política argumenta que essa articulação da Extensão Universitária com as Políticas Públicas está orientada pelo compromisso de enfrentamento da exclusão e vulnerabilidade social, e o combate a todas as formas de desigualdade e discriminação social.

É a partir dessa articulação que a Extensão, conforme pautado pela FORPROEX (2012), está estruturada mediante três eixos integradores e tem como prioridades oito áreas de atuação. São estes os eixos integradores: Áreas temáticas, Território e Grupos Populacionais. O eixo Áreas Temáticas busca nortear a sistematização das ações de Extensão Universitária através de oito áreas correspondentes a grandes focos de política social que são a Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho. Claro que não esgota todos os focos de política social, contudo, discussões sobre sua ampliação já estão na agenda do FORPROEX.

Em seguida, o eixo Território destina-se à busca pela integração, em termos espaciais, das ações extensionistas, assim como das políticas públicas com as quais elas se articulam. O território pode se constituir tanto em matriz de reprodução de desigualdades sociais e de exclusão, vinculadas às condições precárias de vida, quanto em espaço de construção de representações sociais negativas.

Por fim, o eixo Grupos Populacionais busca promover a integração das ações extensionistas, assim como a das políticas públicas com as quais elas se articulam, em grupos populacionais específicos, especialmente os excluídos e aqueles em situação de vulnerabilidade social.

As áreas de atuação prioritárias, na articulação da extensão universitária com as políticas públicas, são a preservação e sustentabilidade do meio ambiente; ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica, da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, do atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso e do programa nacional de educação nas áreas da reforma agrária; promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino das artes; ampliação e fortalecimento das ações de democratização da ciência; formação de mão de obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e capacitação de gestores públicos.

Tais áreas de prioridade podem fortalecer a participação e controle social nos fóruns sobre programas e projetos, potencializando, inclusive, a atuação e a busca de seus direitos pelos movimentos sociais. Dessa forma, a extensão está intimamente relacionada às políticas sociais podendo trazer grandes resultados na socialização de saberes, desenvolvimento científico e político.

Apesar de tantos avanços e conquistas aparentes no que se refere à extensão universitária, atualmente ainda encontramos dificuldades quanto à sua real posição e importância no âmbito acadêmico, tendo em vista que sua atividade está muito limitada somente à operacionalização de projetos ou programas, sem ressaltar o caráter científico e crítico que ela possui.

A extensão, nesse contexto de crise, circunscreve-se também em motivo de luta, posto que, infelizmente, sua atuação é proposta, por vezes, com o intuito de fazer render algo em troca do oferecimento de cursos, palestras etc. Ou seja, em meio a um complexo jogo de poder e vantagens, perdem-se os programas e projetos de extensão que, ao invés de dar a oportunidade de troca de saberes e estabelecer novas propostas e ideias à comunidade e vice-versa, limita-se ao oferecimento de estudos, a fim de receber algo de volta.

É importante dizer que isso não se dá de forma geral, mas é uma temática que se encontra em discussão acerca do seu papel e atuação na universidade, quando acaba sendo vista apenas como complementar no tripé ensino, pesquisa e extensão, mas, na verdade, sua operacionalização é imprescindível, a partir de um caráter científico. A extensão está mais relacionada com ensino e pesquisa do que podemos imaginar.

Conforme ilustra Fávero (2006), a universidade é convocada a ser o palco de discussões sobre a sociedade, mas não em termos puramente teóricos, abstratos. Deve ser o espaço em que se desenvolve um pensamento teórico-crítico de ideias, opiniões, posicionamentos, bem como o encaminhamento de propostas e alternativas para a solução dos

problemas. Não resta dúvida de que essas tarefas constituem um aprendizado difícil e, por vezes, exaustivo, mas necessário.

Existe, assim, uma troca de conhecimento com a comunidade, momento em que a universidade, por meio de docentes e discentes, oportuniza a construção de aprendizado, ao mesmo tempo em que encontra a possibilidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico.

É tarefa da universidade para a sociedade, dialogar com ela, tentar responder às suas demandas e expectativas, reconhecer a sociedade, em sua diversidade, tanto como sujeito de direitos e deveres, quanto como portadora de valores e culturas tão legítimos quanto aqueles derivados do saber erudito. É tarefa da extensão construir a relação de compartilhamento entre o conhecimento científico e tecnológico produzido na universidade e os conhecimentos de que são titulares as comunidades tradicionais. É tarefa da extensão a promoção da interação dialógica, da abertura para alteridade, para a diversidade como condição para a autodeterminação, para a liberdade, para a emancipação (PAULA, 2013, p. 20).

Deve-se, portanto, reconhecer a importância da extensão nas universidades brasileiras, visto que ela é essencial para a maturação de ideias e compartilhamento de saberes, tanto quanto o ensino e a pesquisa que, articulados, devem favorecer o estímulo a novas ideias e, além disso, a sua aplicabilidade, tendo como fim a transformação social.

Temos ainda outros desafios que estão ligados à redefinição do financiamento para a extensão, como afirma a Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012), isso também fortaleceria a potencialidade e reconhecimento da extensão.

A inserção da Extensão Universitária no Decreto nº 7.233, de 2010, que regulamenta a matriz de alocação de recursos para as universidades federais, no âmbito do MEC, foi uma iniciativa importante para a garantia de financiamento público para as ações extensionistas [...]. Mas sua materialização depende do atendimento de exigência prevista no próprio decreto, qual seja, “a existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento” (Artigo 4º, § 2º, inciso VIII). Assim sendo, deve ser providenciada, com urgência e qualidade, a construção desses indicadores (FORPROEX, 2012, p. 28).

Dito isto, é imprescindível a criação de programas para a alocação de recursos para a extensão nas universidades. O plano ressalta ainda que a solidez e a clareza desse financiamento dependem tanto de recursos públicos da união, estado ou município quanto da própria universidade, desde que seja publicitado e claro. Outro aspecto importante é a integração dessa alocação de recursos de maneira a superar a fragmentação e o caráter eventual desse financiamento, problema que acaba limitando muitas ações extensionistas.

Temos visto frequentemente os acordos e parcerias entre universidades e instituições financeiras. Diante do quadro de redução de verbas, limite de bolsas de estudo, a extensão se sustenta, em certas ocasiões, por meio dessas parcerias, tudo isso contradiz um dos princípios fundamentais que é a autonomia universitária pelo fato da necessidade de cumprir as obrigações previstas pelos editais dessas instituições.

Muitas vezes o querer de profissionais, docentes e discentes não é suficiente frente ao poder político que tem sido imposto contra as universidades públicas no contexto atual de contrarreforma. A extensão, nesse sentido, tem um compromisso político mediante a possibilidade de interlocução com os movimentos sociais e a sociedade civil a fim de promover um conhecimento maior sobre a real situação do país e como podemos conhecer nossos direitos.

Portanto, é necessário que a extensão exercite de fato o papel transformador dela enquanto produtora de conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação e, sobretudo, para o aperfeiçoamento técnico-científico dos discentes, docentes e até mesmo dos administrativos conforme orienta o Plano, e a troca de saberes com a comunidade. A verdade é que a extensão tem muito potencial dentro da universidade, aliada ao ensino e à pesquisa, contudo é essencial que se reconheça o seu compromisso social, científico e político também como atuante e participante na sociedade.

Ou seja, a extensão é importante para a formação profissional, não somente pelo contato com as demandas sociais, além disso, é um espaço que possibilita o desenvolvimento de um olhar crítico frente às expressões da questão social, relacionando teoria e prática; promove o conhecimento aprofundado sobre determinada temática e sobre a rede de apoio socioassistencial, dado que os próprios projetos revelam a necessidade desse conhecimento para fins de socialização com o público-alvo e as legislações; revela objetos de pesquisa que precisam de um estudo aprofundado, o que pode gerar projetos de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso, tudo isso depende de uma série de fatores que envolvem corpo docente, discente e até administrativo. São todos ganhos substanciais para a formação profissional, inclusive em Serviço Social.

Não podemos menosprezar que a concretização desse modelo de extensão está constantemente ameaçada pela lógica atual, que é a de contrarreforma do Estado, na medida em que a extensão como compromisso social, político e científico acaba sendo limitada a responder às exigências que muitas vezes supõe a venda de serviços, como cursos e palestras, fazendo parte de um processo que privatiza a universidade pública de dentro para fora.

Dessa forma, a universidade exerce, por vezes, um papel da extensão diferente daquilo que está estabelecido nos documentos oficiais sobre extensão, ou seja, sua operacionalidade se apresenta com aspectos para os quais a universidade não foi pensada, posto que a ideia de universidade seria o campo amplo do saber que proporciona pesquisa, ensino e extensão, uma formação qualificada que preza pela autonomia e possui princípios totalmente contrários à lógica em vigor no país.

Justamente pensando em uma análise mais específica sobre a extensão universitária, resolvemos trazer algumas de suas características na Universidade Federal do Amazonas, *locus* dessa pesquisa, a fim de elucidar esse processo um pouco mais de perto no tópico seguinte.

1.3 As particularidades da extensão na Universidade Federal do Amazonas

A extensão universitária desempenha papel imprescindível para a universidade exercer sua ação de transformação da sociedade por meio do conhecimento, a partir do desenvolvimento de ações que viabilizem políticas voltadas à garantia de direitos, seja por meio de oficinas, palestras, cursos, dentre outros.

Com o intuito de demonstrar sua trajetória na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), vale ressaltar que desde a criação do FORPROEX, em 1987, a UFAM esteve integrada juntamente com outras universidades para a construção e aprovação do Plano Nacional de Extensão.

Dessa forma, teve participação importante para o avanço da extensão e suas diretrizes, posto que houve a incorporação das contribuições dos representantes das Universidades Públicas signatárias para que tal Política fosse aprovada no XXXI Encontro Nacional, realizado em Manaus (AM), em maio de 2012, o que gerou a Política Nacional de Extensão.

Percebemos desde o início o envolvimento da universidade com a extensão. Antes desse momento, já temos a política de extensão da UFAM, regulamentada pela resolução nº 008/2010 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), que propõe doze diretrizes centrais que articulam questões institucionais e políticas acerca da organização, das características e de outras perspectivas significativas para o desenvolvimento e monitoramento das atividades na universidade. É importante destacar algumas delas.

Temos como primeira diretriz a institucionalização da extensão que está fundada a partir de duas dimensões: a interna, tendo como órgão competente a Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização – PROEXTI, que fica responsável por todo o trâmite relativo ao seu

desenvolvimento na instituição, bem como os recursos financeiros. A esfera externa perpassa os órgãos vinculados ao Ministério da Educação que atuam como interlocutores junto às universidades no que concerne à extensão.

A segunda diretriz apresentada traz a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e define sua articulação contínua, a fim de que acadêmicos e professores se tornem sujeitos do ato de aprender e ensinar, com o intuito de que a extensão possa se transformar em um espaço de relação teórico-prática. Da mesma forma, concorda com a diretriz do plano nacional de extensão que orienta acerca dessa indissociabilidade.

Vale ressaltar que, conforme Bacha (2006), atualmente, as atividades de ensino, pesquisa e extensão são as três atividades fins da universidade que, conforme o Artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988, são indissociáveis. Seguindo esse raciocínio, para a autora, a sala de aula seria então qualquer local onde se dá o aprendizado quando estiverem presentes universidade e comunidade numa relação de interação.

Como terceira diretriz tem-se o caráter interdisciplinar das ações extensionistas que diz respeito à extensão como espaço que permite a interlocução entre as diversas áreas do saber. E, como quarta diretriz, temos o compromisso social da universidade na busca de soluções dos problemas mais urgentes da maioria da população, ou seja, torna-se um meio para que a universidade cumpra sua “missão social”, tendo em vista sua contribuição para a formação e o exercício da cidadania (UFAM, 2010).

Nisto, é importante destacar que as instituições de ensino devem estar cientes do seu papel enquanto socializadoras do conhecimento, contudo, não devem tomar o lugar do Estado quanto ao provimento de serviços básicos.

Sabemos que muitos dos ditames do capital perpassam a educação. Conforme nos traz Mészáros (2008), para que haja de fato a educação significativamente diferenciada, é necessário romper com a lógica do capital, posto que os processos educacionais, bem como os sociais, que mais abrangem essa reprodução, estão interligados e subordinados a essa lógica.

As outras diretrizes, da quinta até a décima primeira, esclarecem sobre o reconhecimento dos saberes de maior relevância, inclusive no que diz respeito à região amazônica, de maneira a estabelecer a troca de conhecimento com o povo local.

A política de extensão da UFAM também define acerca de questões financeiras, programa de extensão, avaliação das ações, o apoio para a flexibilização curricular e para aplicação e ampliação da extensão no processo de formação profissional. Dessa forma, a extensão busca a união da universidade com a sociedade segundo os resultados das atividades de ensino e pesquisa, destacando o compromisso social das instituições de ensino superior

mediante a promoção e garantia do desenvolvimento social, bem como os anseios de determinada comunidade. Para tanto, existem inúmeros impasses que impedem a extensão de cumprir seu papel integralmente na academia, como veremos a partir da exposição deste trabalho.

A UFAM assim determina, em sua política de extensão, que o saber científico possa estar articulado com o saber popular no sentido de construírem juntos novos saberes, posto que, a partir do momento em que conhecimento científico é socializado, ele se torna popular, nisto a universidade possui papel primordial ao atender as demandas postas, que é estimular o saber.

Tem-se hoje como princípio que, para a formação do cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente ou para referenciar sua formação com os problemas que um dia terá de enfrentar.

A extensão entendida como prática acadêmica que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, promove a formação do cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. É importante consolidar a prática da extensão, incentivando a constante busca do equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico (BRASIL, 2001, s/p).

Portanto, a extensão universitária possui diversas possibilidades que, em conjunto com o ensino e pesquisa, têm o poder de transformar conhecimentos e perspectivas. A UFAM, a partir de sua política de extensão e, além desta, também a partir de resoluções como a de nº 001/2012 da Câmara de Extensão e Interiorização da UFAM, que dispõe sobre os programas institucionais da universidade, promove a discussão de interação entre sociedade e universidade na medida em que oportuniza esse diálogo entre ambas.

É importante trazer à discussão a Pró-reitoria de extensão e interiorização – PROEXTI que é responsável por desenvolver ações de extensão, tendo em vista os projetos e programas que oferece por meio de editais.

Os programas institucionais de extensão são, conforme a resolução de nº 001/2012 da Câmara de Extensão e interiorização da UFAM (CEI) em seu artigo primeiro, um conjunto de ações extensionistas que se desdobram para uma ou mais áreas temáticas, que estejam de preferência integradas a atividades de ensino e pesquisa e tenham uma característica orgânico-institucional, ou seja, possuam diretrizes e orientação para objetivos convergentes.

Dentre esses programas estão o Programa de Apoio à realização de Cursos e Eventos (PAREC), Ligas Acadêmicas – LAcad, Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX, Programa de Atividade Curricular de Extensão – PACE. O Programa de Apoio à realização de Cursos e Eventos (PAREC) objetiva a institucionalização de ações de extensão envolvendo cursos, eventos, e prestações de serviço e outras ações de extensão sem fins lucrativos e sem dotações orçamentárias. Outra modalidade também são as Ligas Acadêmicas – LAcad que são programas que devem desenvolver projetos ligados à área da saúde, geralmente estão mais relacionados à Medicina e Odontologia. Além disso, a UFAM conta com 42 programas de extensão institucionalizados.

As principais modalidades para o desenvolvimento de extensão na UFAM são o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX e, o Programa de Atividade Curricular de Extensão – PACE, posto sua prevalência nos projetos desenvolvidos pela universidade e, conseqüentemente, nos Cursos de Serviço Social.

As Atividades Curriculares de Extensão – ACEs que integram o PACE são ações extensionistas curriculares, com orçamento específico e regulamentações a serem cumpridas de acordo com a Resolução da Câmara de Extensão (CEI) nº 001/2006. Quanto ao PIBEX, este é um conjunto articulado de ações de extensão convergentes para uma ou mais áreas temáticas, preferencialmente integradas a atividades de pesquisa e ensino.

O Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) já argumenta acerca da indispensável atuação administrativa e organizacional com o objetivo de ordenamento das políticas institucionais, alocação de financiamentos, normas para submissão de projetos, enfim, uma instância que se comprometa em possibilitar as ações de extensão.

A extensão universitária, por meio desse mesmo plano e, inclusive, na política de Extensão da UFAM, preconiza sobre a importância das atividades que, através da promoção de serviços e ações direcionadas a determinados públicos, visam contribuir para o fortalecimento das políticas sociais, tendo em vista a garantia dos direitos dos sujeitos.

A universidade traz como compromisso a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, inclusive, quanto ao desenvolvimento de ações extensionistas que respondam às problemáticas mais latentes e que articulem conhecimentos entre a academia e a sociedade a fim de que seja cumprido o papel social da universidade.

É importante destacar que, tudo que foi analisado até aqui diz respeito aos documentos dirigidos à extensão na UFAM, contudo, conforme o que temos debatido ao longo do texto, a conjuntura atual brasileira não é favorável para o cumprimento ímpar desse papel extensionista na universidade. Para esclarecer melhor esse pensamento nos deparamos com

alguns dados significativos que reafirmam nossa colocação anterior. Primeiramente, ao compararmos a execução orçamentária da Lei Orçamentária Anual (LOA) para a UFAM em 2012 e 2017 temos:

Quadro 1 – Comparativo de Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

2012	LOA	TOTAL LOA
Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	4.952.984	377.120.774
2017	LOA	TOTAL LOA
Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	5.663.279	645.212.300

Fonte: Lei Orçamentária Anual, UFAM, 2012 e 2017.

Em 2012 esse fomento representava 1,3%, do valor total da Lei Orçamentária Anual para a UFAM, sendo que, em 2017, passou a representar apenas 0,87% do total. Não obstante, é importante levar em consideração que o ano de 2012 se dá após grande investimento no REUNI, ao que parece o número é significativo para manter os ajustes realizados, mas, após a euforia dessa expansão, a execução orçamentária de 2017 reflete a precarização em que vivem as universidades, apesar do valor total ter aumentado, devemos levar em consideração a expansão estrutural da universidade, de contratação etc, contudo, o fomento a ensino, pesquisa e extensão continua tendo menor investimento.

Vale ressaltar que a UFAM não possui uma política específica de captação dos recursos para o desenvolvimento de suas atividades, sendo o seu orçamento composto por duas fontes principais de financiamento, que são os recursos do Tesouro Nacional repassados diretamente pelo Ministério da Educação e os recursos próprios originários de recursos não financeiros diretamente arrecadados, recursos financeiros diretamente arrecadados e recursos de convênios. Também, têm-se os recursos provenientes de emendas e de descentralização para o atendimento de finalidades específicas³. (UFAM, 2017).

Nesse sentido, uma das diretrizes da Política de Extensão na UFAM ressalta o

financiamento majoritário da Extensão como Responsabilidade governamental e em caráter de complementariedade, por meio do estabelecimento de cooperação técnica e financeira junto às instituições e organismos – governamentais, não-governamentais, locais, regionais, nacionais e internacionais (UFAM, 2010, p. 4).

³ Tesouro Nacional é responsável pela administração e utilização dos recursos financeiros que entram nos cofres do Estado brasileiro. Tais recursos têm origem, principalmente, no dinheiro dos impostos pagos pelos cidadãos. Fontes de Recursos de Convênios são recursos originados de transferências voluntárias destinadas a um cumprimento de um objeto. Recursos Próprios são recursos arrecadados diretamente pelos órgãos (Fundações, Fundos, Autarquias, Empresas dependentes).

Ou seja, a prioridade seriam os recursos do governo para o financiamento das atividades de extensão e, em segundo plano, outras instituições. O principal meio de financiamento público para a extensão é o Programa de Extensão Universitária (ProExt), que tem como objetivo apoiar as instituições públicas de ensino superior para o desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Através do edital do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior (MEC/SESu) são apresentadas as condições, o número de vagas por área e o máximo de recursos oferecidos.

Para elucidar melhor a distribuição de bolsas de extensão dos principais meios de acesso da UFAM, trouxemos os dados do PIBEX do Edital 002/2013 da PROEXTI que previa a concessão de até 300 bolsas, sendo 200 para a capital e 100 para o Interior; já em 2018 o edital 001/2018 - PROEXTI previa a concessão de até 110 bolsas, sendo 73 para a capital e 37 para o Interior. Ao analisar o número de bolsas apenas do PIBEX, temos uma diminuição significativa de 63% no número de bolsas oferecidas de 2013 para 2018.

A partir dessas informações; percebemos com clareza como a extensão tem sido afetada pela restrição dos gastos públicos, que tende a se agravar com a emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências e prevê o congelamento dos gastos públicos por 20 anos. Seu objetivo seria frear os gastos públicos para contornar a crise econômica sendo o limite para as despesas o gasto realizado no ano anterior corrigido pela inflação.

Na verdade, conforme argumenta Silva et. al. (2017), a emenda nº 95 prioriza a lógica fiscal no lugar das políticas sociais representando a reação burguesa do capital financeiro frente ao fundo público na medida em que opta por romper com o pacto social gerado pela Constituição de 1988 culminando na disputa acirrada do fundo público pelos diversos segmentos e intensificando ainda mais a precarização do fundo público, ao invés de intervir sobre uma das principais origens do déficit orçamentário que são as despesas elevadas com o pagamento dos juros da dívida pública.

Ou seja, se a qualidade dos serviços públicos já é falha, com este congelamento nos gastos, irão se agravar as demandas que não poderão ser correspondidas, devendo afetar todas as áreas da vida, sendo a população de baixa renda mais afetada.

Com isso, é reforçado o processo de contrarreforma em curso que recai sobre as universidades e, conseqüentemente, na extensão universitária com a diminuição do número de bolsas, restringindo o acesso dos alunos para cumprir integralmente o tripé universitário.

Isso gera riscos à sua formação, na medida em que o discente já não sabe se pode contar com esse elemento do tripé e acaba desconhecendo as potencialidades que a extensão detém, ficando limitado ao ensino ou à pesquisa, que também são atividades indispensáveis, porém a extensão universitária oferece experiências que podem potencializar ainda mais a formação. Para visualizar melhor a distribuição de recursos na UFAM para a extensão universitária, trouxemos um quadro sobre os gastos de 2009 a 2016.

Quadro 2 – Orçamento disponibilizado para extensão universitária na UFAM de 2009 – 2016.

DOTAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
CUSTEIO	1.005.519	1.800.000	3.147.041	2.011.868	2.511.627	2.441.840	2.486.156	2.593.886
CAPITAL	250.000	-	450.421	-	500.214	-	-	-
TOTAL	1.255.519	1.800.000	3.597.462	2.011.868	3.011.841	2.441.840	2.486.156	2.593.886
*2016 - dados até 31/08/2016								

Fonte: Adaptado de UFAM, 2017.

Conforme consta no quadro, o custeio cresce de maneira significativa até 2011 quando passa a apresentar uma inconstância em relação à progressão dos valores. Se comparados ao capital, os recursos de custeio são muito mais representativos.⁴

Como veremos adiante, são diversos os projetos financiados pela universidade por meio do PACE e do PIBEX. Apesar do valor apresentado, existem atrasos no repasse dos recursos que dificultam o desenvolvimento dos projetos.

Esses são alguns dos limites que a extensão universitária enfrenta atualmente, e esse não se trata de um problema específico da UFAM. A extensão de maneira geral está sendo gerada dentro de um pensamento de otimização de recursos, esse pensamento diminui o significado de extensão e a transforma em meio de cooptação de recursos para a universidade.

Para compreender melhor sobre a extensão na UFAM, buscamos reunir alguns dados que trazem o número de projetos e programas de extensão desenvolvidos nas unidades acadêmicas.

⁴ Recursos de capital, conhecidos como investimento, são recursos aplicados no patrimônio, tais como obras, construções, instalações e aquisição de equipamentos e materiais permanentes, que são incorporados à Universidade. Recursos de custeio (correntes) são aqueles aplicados nas despesas com contratos de prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo, diárias, passagens, bolsas e benefícios aos estudantes (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA UFBA, 2018).

Quadro 3⁵ – Número de ACE por unidades acadêmicas da UFAM/MAO⁶.

UNIDADE/ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
EEM	4	2	13	9	16	24
FACED	0	0	10	5	4	11
FAO	2	5	8	14	24	15
FAPSI	0	1	7	14	0	3
FCA	5	7	17	22	43	29
FCF	0	0	13	9	6	10
FD	0	2	0	0	0	3
FEFF	5	1	36	45	48	32
FM	9	6	2	9	4	2
FT	7	3	34	22	33	45
HUGV	0	2	0	1	0	0
ICB	15	10	44	48	31	32
ICE	3	2	13	30	32	32
IFCHS	13	14	57	90	46	25
TOTAL	63	55	254	318	287	263

Fonte: Pesquisa documental, 2018.

Este quadro traz dados de 2012 a 2017 evidenciando quantas ações curriculares de extensão foram desenvolvidas. Podemos concluir que os anos de 2012 e 2013 revelam um número muito pequeno de ações de extensão em todas as unidades acadêmicas analisadas.

A partir de 2014 começamos a perceber um crescimento do desenvolvimento dessas atividades em algumas unidades acadêmicas como na Faculdade de Fisioterapia e Educação Física (FEFF), Faculdade de Tecnologia (FT), Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS), que apresentam respectivamente 14,17%, 13,38%, 17,32% e 22,44% dos projetos de ação curricular de extensão.

Nesse sentido, não podemos menosprezar o fato de que apesar da maioria das unidades acadêmicas serem constituídas por um total de 10 cursos, não sendo isto uma regra, a Faculdade de Tecnologia, por exemplo, dispõe apenas de 05 cursos e mesmo assim conta com um número representativo de projetos, o que nos leva a perceber que o número de projetos aprovados por unidade acadêmica independe de quantos cursos detém.

Vale ressaltar que o ano de 2015 possui o maior número de projetos, sendo o IFCHS o que alcançou mais ACE nesse ano. A extensão deve perpassar todas as áreas do conhecimento, já que constitui o tripé da universidade. Assim como ensino e pesquisa, é importante que os projetos estejam bem distribuídos entre as unidades.

⁵ Essas são as unidades acadêmicas localizadas na UFAM em Manaus: Instituto de Ciências Biológicas – ICB; Instituto de Ciências Exatas – ICE; Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – IFCHS; Instituto de Computação – Icomp; Faculdade de Ciências Agrárias – FCA; Escola de Enfermagem de Manaus – EEM; Faculdade de Medicina – FM; Faculdade de Ciências Farmacêuticas – FCF; Faculdade de Odontologia – FAO; Faculdade de Direito – FD; Faculdade de Estudos Sociais – FES; Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – FEFF; Faculdade de Educação – FACED; Faculdade de Tecnologia – FT; Faculdade de Psicologia – FAPSI; Faculdade de Informação e Comunicação – FIC; Faculdade de Artes – FAARTES; Faculdade de Letras – Flet.

⁶ Para melhor discussão dos dados, nomeamos Manaus com MAO e Parintins como PIN ao longo do trabalho.

Contudo, ao olhar para o gráfico é nítida a diferença da atuação dessas unidades em extensão. Podemos fazer essa análise também no próximo quadro que diz respeito ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão.

Quadro 4 – PIBEX desenvolvidos nas unidades acadêmicas da UFAM/MAO.

UNIDADE/ ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
EEM	0	4	4	1	4	3
FACED	7	2	1	1	0	1
FAO	2	1	1	0	1	0
FAPSI	2	3	4	4	4	2
FCA	17	16	11	8	13	11
FCF	5	5	6	4	1	2
FD	0	0	0	0	0	0
FEFF	15	19	15	17	18	13
FM	20	24	37	35	9	6
FT	5	7	7	4	3	7
HUGV	5	1	0	0	0	0
ICB	14	12	8	8	7	4
ICE	9	14	11	13	16	13
IFCHS	34	20	25	15	17	9
TOTAL	135	128	130	110	93	71

Fonte: Pesquisa documental, 2018.

As vagas referentes ao PIBEX são menores em relação ao ACE, pois se tratam de bolsas dadas aos alunos que participarem do projeto, limitando-se a uma bolsa por projeto, realocando as que restarem para as unidades que não se inscreveram, sendo seu valor de acordo com a tabela de valores de bolsas no país, que corresponde a R\$400,00 (quatrocentos) reais.

Ao olharmos para os ACE e os PIBEX, podemos perceber nitidamente um número muito representativo de ações curriculares de extensão, isso talvez se justifique pelo fato do PIBEX se limitar a uma bolsa por projeto, podendo ser constituído de alunos voluntários, não havendo outro incentivo para custeio de material, por exemplo, já que a bolsa destina-se unicamente às despesas do aluno.

Nesse sentido, o PACE oferece uma bolsa de R\$1.500,00 (hum mil e quinhentos) reais para as despesas do projeto, sendo para material permanente ou não, dinheiro depositado diretamente ao professor coordenador do projeto, devendo este prestar conta por meio do relatório final. Além disso, o projeto pode contar com no mínimo 05 e no máximo 10 alunos, de acordo com a resolução nº001/2006 – CEI/UFAM, entretanto, os últimos editais lançados tem aberto a oportunidade para no mínimo três alunos e no máximo trinta.

Como instituição suscetível ao processo de contrarreforma, de destituição de direitos, a universidade se vê de mãos atadas frente ao próprio princípio de indissociabilidade entre

ensino, pesquisa e extensão, tornando precária sua efetivação mediante os atrasos no repasse dos recursos, espaços inadequados para as ações extensionistas, pouco incentivo a professores e alunos, impossibilidade de maiores oportunidades de extensão, dentre outros que evidenciam o cenário que se encontra o ensino superior público.

Vale ressaltar que, ao falarmos do município de Parintins, a universidade conta com uma unidade acadêmica que é o Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), que engloba sete cursos: Administração, Artes Plásticas, Comunicação Social/Jornalismo, Educação Física, Pedagogia, Serviço Social, Zootecnia. Portanto não foi possível trazer a comparação deste com outras unidades existentes, sendo esta a única localizada no município⁷, como feito anteriormente sobre a Capital.

Quanto ao número de vagas oferecidas pelos editais, devido à indisponibilidade dos editais de extensão no sítio eletrônico da Pró-Reitoria, foi inviável a realização de um cálculo para comparar esse número de vagas com os projetos efetivados. Pelo mesmo motivo não foi possível fazer uma leitura sobre os programas institucionais de extensão.

Em seguida, resolvemos destacar outros dados que elucidam esse momento e instigam diferentes questionamentos e reflexões a serem desenvolvidas ao longo do trabalho. Nesse sentido, trouxemos dois quadros que apresentam e comparam a extensão e a pesquisa (Iniciação Científica) no âmbito da universidade.

Quadro 5 – N° de projetos e/ou programas de extensão aprovados e executados na UFAM incluindo a quantidade de participantes (docentes e discentes bolsistas) e público alvo.

Anos	Projetos/Programas	Participantes	Público Alvo
2010	810	3.000	71.241
2011	961	3.768	62.808
2012	976	2.238	137.008
2013	881	6.714	344.678
2014	697	1.249	308.009
2015	875	1.350	245.271
2016	783	1.831	281.925

Fonte: Pesquisa documental, 2018.

O quadro acima reforça o argumento anterior na medida em que observamos que o número de participantes (incluindo docentes e discentes), nos projetos e programas de extensão diminuiu em 39% de 2013 para 2016, em apenas três anos. Ao mesmo tempo, percebemos também uma diminuição do número de projetos e programas nesse mesmo período.

⁷ Os dados comparativos referentes aos cursos de graduação se encontram no próximo capítulo.

Nesse sentido, verificamos que os cortes públicos também trazem consequências para a extensão e, assim, para a formação profissional, visto que o número de alunos é claramente inferior, ou seja, a oportunidade de extensão para os alunos se limita cada vez mais e com isso a oportunidade de vivenciar o tripé universitário.

O interessante é que, assim como no processo de flexibilização do trabalho onde temos um profissional polivalente que realiza muito mais tarefas além do seu alcance, podemos depreender isso no processo de extensão sobre a vida acadêmica do professor universitário e mesmo o alunado, na medida em que temos em 2016 um total de 1.831 docentes e discentes para 281.925 pessoas a quem foram destinadas as ações extensionistas, o que significaria um participante para cada 154 pessoas.

E mesmo com 3.000 participantes em 2010 o número de projetos/programas era maior e o público-alvo era de 71.241 pessoas, o que representou 23,7 pessoas para cada participante. Trazemos alguns dados relevantes sobre a iniciação científica na universidade a fim de perceber se existem algumas disparidades entre pesquisa e extensão.

Sabemos que as oportunidades para desenvolver pesquisas são maiores do que extensão, tendo em vista o ensino de graduação (atividades obrigatórias do currículo), a iniciação científica e a pós-graduação, sobretudo em programas que disponibilizam bolsas de estudos.

Quadro 6 – N° de projetos de iniciação científica executados na UFAM

Anos	Capital	Interior	Total
2010	355	79	434
2011	464	143	607
2012	555	200	755
2013	627	260	887
2014	607	218	825
2015	608	162	770
2016	694	182	876

Fonte: Pesquisa documental, 2018.

Ao compararmos as pesquisas de iniciação científica com a extensão, percebemos um avanço considerável na pesquisa de 2010 para 2016, com um aumento de 101,8%, enquanto que os projetos/programas de extensão caem em 20% a partir de 2012, depois de aumentarem desde 2010.

Tudo isso expressa, não só na UFAM, mas em muitas universidades públicas, o desafio que temos enfrentado atualmente para a valorização da extensão universitária, e quanto mais isso ocorre mais ela perece, pois diminui sua credibilidade e não se vê claramente a importância de se fazer extensão.

A pesquisa toma cada vez mais força no meio acadêmico seja pelo seu “*status* de cientificidade” ou talvez pelo peso maior no currículo, além disso, a competitividade no meio acadêmico é maior e mais exigente o que leva à procura constante em fazer pesquisa, que é o componente mais exigido para pontuar seja em termos de publicação, mercado de trabalho (docente principalmente) e oportunidade acadêmica no exterior.

No caso dos programas de pós-graduação, que têm avaliação quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a pontuação atribuída à extensão é mínima, diferentemente ao que acontece com as pontuações conferidas à publicação em periódicos científicos, desenvolvimento de projetos de pesquisa, orientações de projetos de iniciação científica etc. Com isso, os docentes são gradativamente compelidos a abandonar a extensão universitária se quiserem sobreviver nos programas de pós-graduação.

Para concluir, vale ressaltar que, conforme Silva e Quimelli (2006), extensão é a função mais recente da universidade e, apesar do discurso de indissociabilidade, em muitas universidades a extensão é uma atividade apêndice, pois lhe falta orçamento específico, bem como recursos humanos e físicos.

Essa falta de recursos é enfrentada, muitas vezes, através de recursos próprios dos professores, apoio das instituições de ensino, parcerias governamentais e não governamentais, entre outras formas, sendo que,

[...] os incentivos, até o momento, têm sido pautados num plano teórico e político, faltando o incentivo financeiro para a concretização das ações de extensão nas instituições públicas, que possa viabilizar o cumprimento do papel social da universidade, com participação efetiva na busca de soluções dos problemas comuns às comunidades excluídas ou em situação de risco (CARRIJO e MORAES FILHO, 2000, p. 21).

Nesse sentido, é indispensável que a universidade tenha um comprometimento com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do país através das atividades extensionistas, realizando um ir e vir permanente à realidade, que pode contribuir com o progresso cultural, social e econômico.

No próximo capítulo debateremos sobre Extensão e Serviço Social na UFAM com o intuito de analisar o curso como espaço de formação profissional, trazendo mais detalhes acerca do número de projetos do curso, temáticas, reflexões teóricas sobre o Serviço Social e o tripé universitário.

CAPÍTULO II

EXTENSÃO E SERVIÇO SOCIAL: lugar para a formação profissional na UFAM?

2.1 A formação em Serviço Social na defesa do tripé universitário

Com vimos no capítulo anterior, a extensão universitária é compreendida como um espaço importante de formação profissional, na medida em que possibilita o estreitamento da relação entre universidade e sociedade, entretanto, sozinha ela é incapaz de oferecer uma formação ampla e de qualidade. Nesse sentido, ao pensar na extensão é necessário considerá-la sempre associada ao ensino e à pesquisa, porque na unidade destes elementos o discente tem a possibilidade de ter acesso a experiências de aprendizagem essenciais que potencializam sua formação.

O Serviço Social como profissão que possui reconhecimento social, tendo o seu processo de amadurecimento ao longo da história, defende a universidade sustentada no entrelaçamento entre teoria e realidade, na indissociabilidade entre as dimensões constitutivas da formação e, também, entre o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Para entender a relação entre o tripé ensino, pesquisa e extensão com o projeto de formação do Serviço Social, é inevitável que retomemos alguns aspectos da história da profissão que mostram como esse projeto de formação se construiu na realidade brasileira.

Para tanto, foi necessária uma construção coletiva ao longo dos anos que reuniu intensos debates e discussões e a disseminação de referenciais teóricos que serviram como base para o crescimento da profissão e culminou num conjunto de aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos para a formação.

Ao refletirmos sobre a história do Serviço Social, identificamos que nem sempre esses elementos estiveram articulados. Nos anos iniciais da profissão percebe-se uma trajetória centrada no ensino, a partir da criação das primeiras escolas de Serviço Social em São Paulo e Rio de Janeiro na década de 1930. Nesse momento, a profissão estava voltada para a caridade e assistencialismo, na medida em que se caracterizava como resposta do Estado às demandas que se apresentavam.

Já a partir dos anos 1940 e 1950, as pessoas formadas começaram a se instaurar no campo de atuação que o Estado demandava, principalmente com a criação das Instituições de

Assistência Social⁸ e essa demanda acabou excedendo o número de profissionais, o que ocasionou no oferecimento de bolsas e outras estratégias para acelerar o tempo de formação (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014; SILVA, 2015).

Nos primeiros anos da formação em Serviço Social, o ensino era a dimensão suficiente para formar os primeiros assistentes sociais, baseando-se nos princípios neotomistas⁹ e na doutrina da Igreja Católica. Nessa lógica, suas referências eram teórico-doutrinárias e não teórico-metodológicas, sua base ético-filosófica é a ética tradicional, compromissada com um projeto conservador que assumia a atribuição de manutenção do sistema capitalista.

Segundo Aguiar (1995), no final dos anos 1940, a influência norte-americana começa aos poucos a transparecer no Serviço Social, principalmente nas décadas seguintes. Sua presença se fará através de técnicas para a atuação profissional que terão como pressuposto teórico o funcionalismo¹⁰.

Tal influência se intensificou a partir do intercâmbio entre os Estados Unidos e o Brasil, inclusive, no oferecimento de bolsas de estudos em instituições americanas. Os acordos ocorridos entre os países, segundo o autor, acarretaram à profissão a adoção de técnicas de Serviço Social de caso, grupo e comunidade. Portanto, a influência norte-americana de início estará ligada fortemente à instrumentação da profissão; contrapondo um período pleno de conteúdos filosóficos, temos uma fase de um conteúdo técnico e metodológico (YAZBEK, 1977 *apud* AGUIAR, 1995).

Vale ressaltar a criação da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), criada em 1946, o que foi significativo para o ensino da profissão.

Entretanto, Netto (2011) argumenta que antes da década de 1960 o Serviço Social carecia de uma elaboração teórica significativa, homogeneidade e uma direção consensual. Explica ainda que, apesar de haver indícios de tensão no desenvolvimento da profissão, estes não eram suficientes para subsistir no confronto com as exigências do capital.

Os anos 1960 anunciaram a ascensão de ditaduras na América Latina No Brasil, em 1964, com o golpe militar em 31 de março que teve como consequência um violento retrocesso no processo de organização das classes, como o cerceamento de liberdade e o regresso dos movimentos populares.

⁸Como, por exemplo, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI).

⁹Filosofia desenvolvida por Tomas de Aquino no século XIII que versava sobre a noção da pessoa humana e a relação de Igreja e estado a partir de princípios cristãos (SILVA, 2003).

Foi nesse cenário que o Serviço Social passou a buscar mais fortemente uma revisão do seu referencial teórico, objeto, prática, metodologia que pudessem responder de fato às manifestações das problemáticas que estavam cada vez mais marcantes naquele momento.

Assim, inicia-se um processo que Netto (2011) chama de Renovação do Serviço Social, que promoveu, a partir de encontros, discussões e influências teóricas das ciências sociais e humanas a percepção da importância do Serviço Social no contexto brasileiro, bem como a necessidade de compreender as relações sociais envolvidas no processo de desenvolvimento do país, haja vista seu caráter crítico-reflexivo e político.

Conforme o autor, esse movimento se deteve em três direções distintas: a perspectiva modernizadora, a perspectiva de reatualização do conservadorismo e a perspectiva de intenção de ruptura.

A perspectiva modernizadora, segundo o autor, tem o auge de sua formulação a partir de meados da década de 1960, tendo como marco principal os textos dos seminários de Araxá e Teresópolis. Foi uma tentativa de adequar o Serviço Social às tendências assumidas pelo desenvolvimento capitalista pós-64 como instrumento de intervenção no campo de técnicas sociais a ser operacionalizado.

A principal característica desta perspectiva é o Serviço Social como interveniente, ou seja, dinamizador e integrador dentro desse processo de desenvolvimento da conjuntura brasileira. Ela procura instaurar no Serviço Social referências e instrumentos que consigam responder às demandas existentes. Dessa forma, buscam-se outras obras, teorias que deem embasamento à nova busca profissional de saber. Não pretende superar seu viés tradicional, entretanto, encorpá-los a novos suportes teórico-metodológicos, na tentativa de “modernizar” esses suportes.

Em seguida, temos a perspectiva denominada de reatualização do conservadorismo, considerada uma vertente que recupera todo um aparato ideológico, tecnicista e, principalmente, da herança histórica e conservadora da profissão e os recoloca a partir de uma base teórico-metodológica que se define nova.

Além disso, seu aspecto conservador persiste no âmbito ideocultural e no próprio embasamento científico em que se constrói o Serviço Social frente a sua demanda, sem dispor de “intervenções profissionais que possam ser parametradas e avaliadas por critérios teóricos e sociais objetivos” (NETTO, 2011, p. 158).

As duas primeiras tendências, segundo ele, não objetivaram romper com o caráter conservador da profissão, ou seja, concepções tradicionais que foram herdadas continuaram de forma mais ou menos significativa, no entanto, mediante aos seminários e outros eventos

que orientaram esse movimento, foi possível dar mais cientificidade à profissão, tendo em vista os novos rumos teórico-metodológicos tomados a partir de outras concepções provenientes das ciências sociais e humanas.

A perspectiva de intenção de ruptura, além de buscar romper com o caráter conservador da profissão, intentou aprimorar suas técnicas conforme o novo caráter teórico-metodológico apreendido, a fim de redimensionar sua intervenção e, conseqüentemente, seu posicionamento frente às expressões da questão social.

A categoria profissional encontra nas concepções marxistas uma base teórico-metodológica que proporciona um avanço, na medida em que a ditadura militar ia perdendo sua força. Sua característica principal diz respeito à oposição ao tradicionalismo no Serviço Social, sendo imprescindível para a ampliação das referências teóricas e ideoculturais a fim de repensar a profissão e colocá-la no âmbito de debate acadêmico e político.

Inclusive, já na década de 1970, o Serviço Social passa a ser reconhecido como uma área do conhecimento científico, tendo em vista a criação dos programas de Pós-Graduação, o que fortaleceu a interlocução com as ciências sociais e humanas.

Para além do seu papel de formar a massa crítica da profissão, sem dúvida que os recém-criados cursos de pós-graduação na década de 70 do século passado exercem papel fundamental no que se refere a proporcionar a articulação política de um importante segmento da categoria (composto por uma vanguarda, muitos destes sujeitos também dirigentes das entidades à época) que, para qualificar sua atuação política, passa a exigir uma apropriação das matrizes clássicas do conhecimento e o estabelecimento do diálogo com outras áreas de produção do conhecimento (GUERRA, 2011, p. 132).

Em seguida, sob a coordenação da ABESS, como nos conta Silva (2015), o Serviço Social a partir de 1975 iniciou um processo de discussão acerca do seu projeto acadêmico e curricular. Foram em meio a eventos regionais e nacionais que a ABESS pôs em destaque os principais anseios e necessidades percebidos pelos profissionais.

É importante citar a XIX, XX e XXI Convenções Nacionais, que discutiram acerca da formação profissional em Serviço Social em 1975, 1977 e 1979, respectivamente, tendo, neste último ano, discutido e aprovado a proposta de um novo currículo mínimo. Dando continuidade a essa temática, a próxima Convenção em Natal (ES) percebeu a defesa da categoria em relação ao desenvolvimento de uma ação reflexiva e crítica que trouxesse uma perspectiva mais ampla do Serviço Social.

Esse documento foi remetido ao Conselho Nacional de Educação (CNE) como proposta de currículo mínimo para os cursos de Serviço Social por meio do Parecer 412/82.

O currículo mínimo de 1982 constitui-se como marca histórica de ruptura com o modelo positivista, funcionalista e tecnicista da formação profissional, adequada à modernização conservadora. Superou o debate de caso, grupo e comunidade; introduziu história, teoria, metodologia, pesquisa, estágio supervisionado e políticas sociais, e estabeleceu a dimensão política no âmbito da formação (OLIVEIRA E SILVA, 2016, p. 37).

Nesse contexto é exigido cada vez mais do profissional uma postura diferenciada frente aos acontecimentos da época, o que estimulou um investimento teórico necessário que qualificasse a atuação profissional e as bases da profissão.

A extensão universitária também se encontrava em processo de mudança e aprimoramento, já que, conforme Rodrigues (2003), o contexto dos anos 1980 foi iniciado com um processo para retomada de reabertura crítica e política no âmbito universitário, bem como o diálogo com a sociedade. Voltado para o fortalecimento do poder político, esse diálogo tinha em vista uma perspectiva democratizante, a fim de abrir espaços de discussões na área da educação.

Contudo, segundo Cabral (2012), as ações extensionistas da universidade, na época apenas como prestação de serviços, foram marcadas com os programas propostos pelo governo, e ainda, a criação de estratégias para a inclusão das universidades no processo de modernização do país.

Porém, somente na segunda metade da década de 1980, a institucionalização da extensão nas universidades foi mais concreta, posto que se iniciou um novo processo para criar e fortalecer novos mecanismos. Contava, inclusive, com instâncias representativas de pró-reitores que traziam as bases para a elaboração de uma proposta de política para a extensão das universidades públicas brasileiras.

Nos anos 1990, houve um debate mais aprofundado acerca de uma nova direção social à profissão que se fundamenta numa visão crítica com base na teoria social posto que a profissão percebeu que essa forma de entender a sociedade é capaz de oferecer as bases necessárias para sua atuação frente às demandas.

A partir de 1994 (obedecendo deliberação de 1993), o processo de revisão curricular, iniciou-se, baseado no entendimento de que a mesma supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional. Essa revisão foi promovida e coordenada pela ABESS junto ao Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social –

CEDEPSS, além do apoio do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO. Isto resultou em 1996 um novo conjunto de diretrizes para os cursos de Serviço Social.

Em 20 de dezembro de 1996 foram publicadas as novas diretrizes que davam uma nova direção sociocrítica ao curso, estabelecendo núcleos de fundamentação, um novo perfil profissional e novas propostas de estabelecimento da relação teórico-prática, dentre outras que requerem novas demandas de qualificação do profissional além de dar um olhar diferente para concepção da divisão social e técnica do trabalho do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados (ABEPSS, 1996, p. 4).

É importante trazer as características dos três núcleos de fundamentação que constituem a formação profissional, por meio das diretrizes, sendo eles, o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, o núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

A ABEPSS (1996) deixa claro que o primeiro núcleo, sendo o responsável por tratar do ser social em sua totalidade histórica, analisa então componentes fundamentais da vida social, que em seguida são especificados nos dois outros núcleos de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional.

Conforme caracteriza Iamamoto (2014), o primeiro núcleo – fundamentos teórico-metodológicos da vida social – indica a necessidade do domínio pelo assistente social de um conjunto teórico-metodológico e ético-político, tendo em vista o conhecimento do ser social, ou seja, da vida em sociedade. Abrange os principais elementos para análise do desenvolvimento da sociedade, o trabalho envolvido no desenvolvimento da sociabilidade e consciência humana, além da apreensão teórico-sistemática do Estado, da política, classes e grupos sociais etc. Ou seja, fundamentos que forneçam as bases para compreender a dinâmica da vida social na sociedade burguesa.

Em seguida, o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira remete à compreensão da sociedade brasileira com vistas à parte histórica que perpassa sua formação e desenvolvimento urbano e rural em suas especificidades regionais e locais. Abrange Estado/sociedade, projetos políticos, política social, classes sociais e cultura, dentre outros elementos que devem conduzir ao entendimento da produção e reprodução da questão social e seus vários aspectos assumidos na sociedade.

E, por fim, temos o núcleo de fundamentos do trabalho profissional que compreende todos os elementos que constituem o Serviço Social, ou seja, trata-se da sua trajetória

histórica, teórica, metodológica e técnica, bem como o projeto ético-político que envolve a atuação profissional, além do ensino, pesquisa, estágio supervisionado, enfim, conteúdos necessários para a capacitação do exercício profissional resguardando suas especificidades, conforme é normatizado por lei.

Dessa forma, a formação profissional como estabelecido nas diretrizes passa a constituir uma totalidade de conhecimentos nos três núcleos, contextualizados historicamente, caracterizados como eixos a fim de articular a formação profissional pretendida e, ao mesmo tempo, desdobram-se em áreas de conhecimento de modo a colocar-se pedagogicamente através de componentes curriculares, ao contrário da antiga visão formalista do currículo, reduzida a matérias e disciplinas.

Agora, favorece uma nova forma da apreensão da relação teoria-prática que deve permear toda a formação profissional e articular ensino-pesquisa-extensão. No que diz respeito a ensino, pesquisa e extensão, podemos caracterizá-los no Serviço Social da seguinte maneira:

A extensão [...] concretiza-se em um conjunto de atividades que constrói um vínculo orgânico entre a universidade e os interesses e necessidades da sociedade organizada em seus diversos níveis. [...] A pesquisa, [...] atividade privilegiada para a solidificação dos laços entre o ensino universitário e a realidade social e para a soldagem das dimensões teórico-metodológicas e prático-operativas do Serviço Social. [...] Organização do ensino teórico-prático do Serviço Social a partir de três núcleos de fundamentação (IAMAMOTO, 2014, p.271-277, grifo da autora).

Vemos a importância do tripé ensino, pesquisa e extensão para o Serviço Social, visto que ele é responsável pela transmissão de conhecimentos indispensáveis para o futuro assistente social que, a partir dos estudos aprofundados mediante esse tripé, estará apto a atuar frente às expressões da questão social.

No atual projeto de formação, a extensão ganha um significado maior em relação às propostas anteriores, de certa forma uma maior visibilidade também. Como perceberemos comumente nas falas dos docentes entrevistados em Parintins e Manaus, a extensão possibilita o contato com a realidade local, conseqüentemente, proporciona um amadurecimento mais completo ao aluno somado ao ensino.

Nesse sentido, o Projeto ético-político do Serviço Social – que envolve a atuação profissional, além do ensino, pesquisa, estágio supervisionado, enfim, conteúdos necessários para a capacitação do exercício profissional resguardando suas especificidades, conforme é normatizado por lei, mediante as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social,

Legislação Profissional e Código de ética – proporciona a formação de um profissional que seja ciente das dimensões da vida social que perpassam as especificidades onde ele atua, ou seja, encarar as expressões da questão social a partir de um movimento histórico-social.

Essa visão sobre a realidade, no que tange ao momento de formação desses profissionais, tende a se ampliar quando relacionamos o tripé ensino, pesquisa e extensão. Como explicitado anteriormente, o ensino está presente desde a criação das primeiras escolas de serviço social e foi por muito tempo o único meio de formação.

Atualmente, após todo um movimento de reconceituação, sabemos que o ensino é responsável pela transmissão de conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos pautados na teoria social crítica. Por meio dele é possível o compartilhamento de saberes, além de ser o primeiro meio de contato que o aluno possui ao adentrar na universidade; muitas vezes pode ser decisivo para formar no aluno a apreensão sobre a profissão e sua atuação, trazendo, a partir da leitura, exposição de textos, dentre outras dinâmicas pedagógicas, o aprendizado que é essencial para a formação.

Nesse sentido, o ensino não pode ser visto de maneira estática ou descompromissada, pois ele possui em sua essência fatores determinantes para a apreensão das atribuições e competências do assistencial social, bem como das bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas que configuram um conjunto de conhecimentos necessários para a atuação profissional.

Quanto à pesquisa em Serviço Social, ela está na importância de gerar novos conhecimentos a fim de transformar as ações cotidianas profissionais, permitindo assim a compreensão da realidade de maneira mais profunda, bem como as reflexões acerca da totalidade das práticas sociais. Desse modo, está claro que “a prática profissional, orientada por uma ética democrática, é um campo fecundo para a pesquisa em Serviço Social” (BOURGUIGNON, 2008, p. 198).

Não se trata de restringir a pesquisa ao processo formativo, na verdade, este momento da formação fornece as suas bases fundamentais para o conhecimento de como desenvolver uma pesquisa, a fim de ter seu avanço no exercício da profissão, que contribua para o desvelamento das expressões da questão social, o que requer um profissional crítico, investigativo e propositivo.

Portanto, no espaço de formação, a pesquisa, associada ao ensino e à extensão, constitui, segundo Silva (2011), não apenas uma das atividades no âmbito acadêmico, mas também no contexto de prática profissional do assistente social.

A pesquisa é indispensável não somente para aplicação de conhecimentos, mas contribui para a análise efetiva de questões concernentes ao exercício profissional e às demandas sociais com as quais se depara constantemente, além de ser essencial para pensar sobre novas alternativas na extensão universitária.

Dessa forma, a pesquisa pode ser pensada como um importante instrumento de trabalho para refletir acerca da realidade. Nisto, é clara a necessidade da formação profissional ter a pesquisa envolvida em seu processo de aprendizagem.

No que diz respeito à extensão, ela se configura na relação entre comunidade e universidade, uma vez que as ações realizadas pressupõem o envolvimento de conhecimento científico e do conhecimento popular e, por meio dessas ações, também é possível que a comunidade externa tenha acesso às atividades oferecidas pela universidade.

A extensão, como sendo uma atividade científica, contribui para divulgar o trabalho acadêmico. Tem-se principalmente o atendimento das demandas sociais por meio dos projetos e programas de extensão, alargando as fronteiras da universidade.

De acordo com Iamamoto (2014), a extensão não pode se resumir somente à prestação de serviços, muito menos substituir as responsabilidades do governo. Na verdade, é necessário que as atividades desenvolvidas somem esforços, criem parcerias, apoiem seus usuários ao identificar as principais demandas.

Para o Serviço Social é muito importante ter a participação do alunado nos programas e projetos de extensão, tendo em vista a possibilidade de relacionar teoria e prática, bem como conhecer de maneira mais aprofundada determinada realidade.

O acadêmico passa a conhecer e utilizar técnicas como entrevista, visita domiciliar, acompanhamentos, ou seja, é um meio importante para formar futuros assistentes sociais. Assim, a pesquisa deve subsidiar a identificação, o conhecimento e a seleção de demandas, prioridades ou necessidade de determinado projeto de extensão.

Como parte principal da Universidade, o ensino, a pesquisa e a extensão constituem todas as possibilidades para o aprimoramento intelectual e técnico que visa formar profissionais qualificados e com visão diferenciada numa área de atuação específica.

Podemos dizer que o projeto ético-político do Serviço Social defende a disposição do tripé no processo de formação na medida em que o mesmo possui suporte teórico-metodológico indispensável para o profissional, recorre a investigações científicas envolvendo a comunidade acadêmica, sendo o assistente social também um pesquisador no campo em que atua, além de ter a possibilidade de desenvolver projetos, materiais didáticos,

proferir palestras, fornecer orientações a determinado público, relacionando a questão teórico-prática e percebendo algumas necessidades para a própria pesquisa e aprofundamento teórico.

Por fim, mesmo com todos os limites vivenciados pela universidade, o tripé vem sendo concretizado, porém isso se torna ainda mais complexo ao pensarmos nas faculdades e centros universitários onde o desenvolvimento de pesquisa e extensão não tem o mesmo caráter de obrigatoriedade como na universidade.

Para dar continuidade nas reflexões feitas até aqui, é importante identificar como a extensão tem se apresentado nos cursos de Serviço Social da UFAM com o intuito de configurar o espaço para a formação profissional que ela representa.

2.2 Os Cursos de Serviço Social da UFAM em Manaus e Parintins

A formação em Serviço Social no Amazonas é uma realidade desde 1941. Setenta e oito anos depois, em 2019, o Estado conta com mais de duas dezenas de cursos de Serviço Social presencial e de ensino a distância. Dentre esses, a única universidade pública que oferta o curso é a Universidade Federal do Amazonas em dois municípios distintos, Manaus e Parintins.

A distância entre as cidades é de aproximadamente 396 Km, o descolamento para os municípios é feito de viagem de avião com duração de cerca de 50 minutos ou via fluvial de barco com duração de 22 horas e lancha com duração de 9 horas. Podemos ter uma percepção melhor sobre a localização dos municípios no mapa abaixo.

Figura 2: Mapa do Amazonas.



Fonte: Adaptado de Google, 2019.

Assim, para compreender o desenvolvimento do Serviço Social no Amazonas, é indispensável sinalizar alguns aspectos históricos da criação da escola de Serviço Social no Estado do Amazonas. Montenegro (1986), em sua dissertação sobre a criação da escola de Serviço Social em Manaus, descreve que a criação da Escola se deu em 1940, oficialmente inaugurada no ano seguinte, tendo em vista a necessidade de formar pessoas que conhecessem os problemas da época e técnicas para saná-los ou, pelo menos, minimizá-los.

Em 1939 já havia um grupo de estudo dos problemas sociais que funcionava no círculo operário, fundado por André Vidal de Araújo, que posteriormente deu lugar à escola que teve início nesse mesmo local.

Em seguida, foram desenvolvidas as aulas em salas cedidas por um grupo escolar, passando pelo prédio da Justiça Tutelar de menores para mais tarde ocupar um prédio oferecido pelo governo à escola. Seu direcionamento se deu a partir de bases teológicas cristãs e contava com disciplinas que davam conhecimentos teóricos e práticos para o exercício da profissão.

A duração do curso era de dois anos. Apenas em 1951 passou a incluir um ano de Especialização nas áreas da família, menores, medicina social ou trabalho. Segundo o Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFAM/MANAUS, o curso, que era privado, passou a compor a Universidade do Amazonas¹¹ em 1968, tendo em 1974 a sua primeira reformulação curricular.

Seguido de mudanças em 1979 e 1982, influenciado pelas discussões gerais no âmbito profissional, o currículo passa a ter abertura para uma perspectiva de articulação da profissão à classe trabalhadora, contudo, ainda traz em si a divisão de teoria, metodologia e método.

Assim, um novo currículo é implantado em 1985 como fruto de um processo de revisão curricular, um projeto de formação que, segundo Silva (2015), se sustentava na busca de um Serviço Social transformador.

Até então o olhar se voltava para o aprimoramento do ensino e da pesquisa na profissão, tanto que nesse ano temos a inclusão de disciplinas como Pesquisa em Serviço Social e Trabalho de Conclusão de Curso¹².

¹¹ Em 1909 inicia a Escola Universitária Livre de Manaus, que passou a ser denominada Universidade de Manaus. Foi refundada em 1962 sob o nome de Universidade do Amazonas. Com a Lei Federal 10.468, de junho de 2002, passou a ser denominada Universidade Federal do Amazonas (UFAM, 2009).

¹² Vale ressaltar que o currículo aprovado para a criação da escola de Serviço Social incluía uma disciplina denominada Pesquisa Social (MONTENEGRO, 1986).

Quadro 7 – Demonstrativo de disciplinas sobre pesquisa no currículo de 1985 da UFAM.

PERÍODO	SIGLA	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA
04	IHA010	Pesquisa em Serviço Social	-	04	60
05	IHA036	Pesquisa e prática em Serviço Social	IHA010	04	75
08	IHA070	Trabalho de Conclusão de Curso	IHA082	02	30

Fonte: Arquivo físico do departamento de Serviço Social, 2018.

Desse modo, cada vez mais a categoria profissional buscava um aprimoramento teórico-científico a partir dos debates que vinham ocorrendo no meio profissional e das orientações da ABEPSS “para que as escolas de Serviço Social se comprometessem com a formação profissional crítica, a revisão dos conteúdos das disciplinas, bem como a análise da realidade à luz da criticidade” (UFAM, 2019, p. 7).

O novo currículo implementado em 1985 é seguido por uma série de transformações na realidade brasileira como, por exemplo, o fim da ditadura militar em 1985 e a promulgação da Carta Magna logo em seguida, em 1988, onde contamos, inclusive, com a afirmação sobre a autonomia da universidade e sobre o princípio de indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão em seu artigo 207 e a publicação das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social em 1996.

Apenas em 2001 é realizada a aprovação de um novo currículo, contudo, apenas um ano depois o Ministério da Educação (MEC) publica as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social orientado pelas diretrizes de 1996 quanto ao novo perfil sociocrítico. Sabemos que o currículo de 2002¹³ acabou limitando o que direcionava as diretrizes da ABEPSS de 1996.

Esse PPC inclui em sua formação mais um semestre, totalizando quatro anos e meio. Antes da aprovação de um novo currículo em 2009, o curso era oferecido somente no horário vespertino.

A fim de responder às exigências do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), regulamentado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o curso passou a ser oferecido nos dois turnos, à tarde com 56 vagas e à noite com 42. Então, em Manaus, desde 2009, a universidade oferece 98 vagas anuais, voltando ao período de quatro anos de curso.

¹³ Yamamoto (2014) argumenta que a proposta de currículo mínimo sofreu influências do processo de contrarreforma do ensino superior, preconizado pelos organismos multilaterais. Foram substituídos por diretrizes mais flexíveis que abre a possibilidade para que o curso possa ser realizado de diferentes maneiras, divergindo do que orienta a ABEPSS.

Recentemente, o curso obteve a aprovação de um novo Projeto Pedagógico Curricular – PPC (UFAM, 2019). Este traz como um dos princípios norteadores da construção do projeto a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de incluir um tópico sobre o sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem onde afirma que na extensão se passa a reconhecer o discente não como espectador, tornando-se protagonista no planejamento, implementação, implantação, execução e avaliação das atividades de extensão, que se desdobram em projetos, programas, eventos e cursos.

No que diz respeito ao tripé universitário ensino, pesquisa e extensão, no curso de Serviço Social em Manaus da UFAM, as atividades de pesquisa e extensão encontram destaque nas atividades complementares.

As Atividades Complementares de Ensino, Pesquisa e Extensão com carga horária de 200 horas estão amparadas na Resolução 018/2007 que prevê outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais, cujas atividades oportunizará aos alunos a interagir com a sociedade com ampliação das dimensões das diretrizes curriculares constantes na formação do Assistente Social (UFAM, 2009, p. 33).

A principal via para a extensão são os programas e projetos geridos pela Pró-reitoria de Extensão e Interiorização – PROEXTI e disponibilizados através de editais, como o PACE, PIBEX e Programas de extensão, os quais já foram conceituados e discutidos no capítulo anterior.

Ao falar sobre extensão, os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social da UFAM trazem sempre a articulação do tripé universitária, não dispondo das atividades de forma separada, o que é significativo, posto que os cursos reconhecem o princípio de sua indissociabilidade na formação profissional.

Sobre isso, Lopes e Macedo (2011) destacam o papel indispensável do currículo como instrumento norteador da formação profissional, tendo em vista que sua estrutura está para além da simples composição de horas, disciplinas e atividades; devendo proporcionar a dinamicidade, posto que o currículo é proposto no nível formal, mas também é vivido no cotidiano.

Atualmente, o curso em Manaus está vinculado ao departamento de Serviço Social e conta com um total de vinte professores de carreira, dentre eles 5% possuem mestrado, 95% possuem doutorado e destes 38% possuem pós-doutorado. O *campus* também possui um Programa de Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia do qual os

professores também fazem parte, além de outros programas de pós-graduação interdisciplinares em que os docentes estão envolvidos.

O nascimento do curso de Serviço Social em Parintins, um município polo da região do Baixo Amazonas, conforme detalha o seu projeto pedagógico de 2012, ocorreu em 2007 juntamente com o Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia e (ICSEZ), que engloba sete cursos (Administração, Artes, Comunicação Social, Educação Física, Pedagogia, Serviço Social e Zootecnia), por ocasião da proposta do REUNI que teve como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

Sua criação possui extrema relevância, sobretudo por ser um curso desenvolvido em uma universidade federal; é uma opção além do ensino privado a distância que tem se expandido e passa a ser uma realidade presente no interior do Amazonas.

A UFAM aderiu ao REUNI no mesmo ano, ampliando novas vagas em Manaus e realizando a abertura de novas unidades acadêmicas em outros municípios. Através do programa o Amazonas é nosso campus e do Projeto UFAM Multicampi, em que a universidade julgou sua ampliação necessária devido ao

[...] gigantismo geográfico do nosso estado e a dispersão da metade de sua população ao longo dos nossos rios, esta geração teve a ousadia de implantar a UFAM Multicampi, transformando-nos realmente em uma universidade amazônica. Por meio da implantação de cinco novas unidades acadêmicas nos municípios de Benjamin Constant, Humaitá, Coari, Itacoatiara e Parintins, proporcionou-se seis cursos de graduação em cada uma delas, com um total de 30 cursos e 1470 vagas de ingresso (UFAM, 2006).

O curso de Serviço Social em Parintins possui uma peculiaridade no momento de sua implementação, visto que foi necessário abrir vagas para professores auxiliares, portanto, com graduação ou especialização, visto que, inicialmente, a oportunidade de construir uma carreira docente no município ainda era novidade (UFAM, 2012).

Por esse motivo, no início do curso se investiu em ensino e extensão, tendo em vista que para coordenar ou orientar pesquisa era preciso ter uma titulação maior, o que fez com que o curso fosse um aliado para a expansão dos projetos de extensão e continua sendo um espaço para as ações extensionistas.

Os Projetos Pedagógicos nos dois *campi* são distintos, porém, ambos ressaltam o tripé universitário como importante para a formação profissional. Mais especificamente, em Manaus o curso ratifica o que trazem as diretrizes afirmando que os núcleos de

fundamentação se sustentam como eixos mediadores e articuladores da formação profissional, e aproximam o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente, o curso conta com um corpo docente qualificado. A formação do colegiado do curso de Serviço Social em Parintins conta com professores que ministram disciplinas transversais a vários cursos, e não somente as específicas.

Segundo o próprio PPC (UFAM, 2012), essa organização promoveu um enriquecimento no diálogo permanente sem fragmentação e setorialização estrutural, além de contribuir para a visão de totalidade pretendida neste Projeto. São 08 (oito) professores assistentes sociais e 06 (seis) professores com formações diversas (sociólogo, filósofo, psicólogo, estatístico, entre outros). Destes, 50% possuem doutorado e 50% possuem mestrado.

Especificamente sobre os docentes com formação em Serviço Social, 62,5% possuem doutorado e 37,5% mestrado. O que demonstra um salto em relação ao corpo docente inicial, ressaltando um avanço na sua qualificação.

Vale salientar que o curso é diurno e possui no mínimo 08 semestres, sendo oferecidas 50 vagas no total, provenientes do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC) e através do Processo Seletivo Contínuo (PSC) da UFAM, cada um contando com 50% das vagas.

O PPC de Parintins define em um de seus objetivos pedagógicos a articulação entre ensino, pesquisa e extensão e a garantia do retorno à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e da extensão. O curso reconhece que para o desenvolvimento de uma postura investigativa é importante a interlocução do tripé universitário.

As diretrizes curriculares consideram pesquisa e extensão como atividades complementares, bem como produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho.

Tais atividades, segundo a ABEPSS (1996), afirmam a dimensão investigativa como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade.

Outra possibilidade da participação em projetos de extensão é a sua conversão em disciplinas optativas. Sua regulamentação é realizada na UFAM por meio da Resolução nº 25/2000 do Conselho de Ensino e Pesquisa – CONSEPE, que detalha as formas de transformação das atividades complementares em carga horária como disciplina optativa de 60h (sessenta horas) e 04 (quatro) créditos ou 30h (trinta horas) e 2 (dois) créditos.

Vale destacar que ambos os cursos funcionam com autonomia, são projetos distintos até por possuírem especificidades e necessidades diferenciadas com uma distância considerável entre uma cidade e outra. Num contexto de expansão do ensino superior privado, principalmente no que diz respeito ao ensino a distância, ter o curso em dois municípios na UFAM é fundamental por ser uma universidade que se baseia na perspectiva do tripé de ensino, pesquisa e extensão.

Por isso foram escolhidos os cursos da UFAM, tendo em vista a sua relação com o tripé universitário, segundo o que indica a própria ABEPSS (1996). Nesse sentido, foi importante fazer um recorte que envolve os cursos de Serviço Social da UFAM.

Enfatizamos que a pesquisa envolveu a coleta de dados referentes aos relatórios finais de extensão, a análise dos projetos pedagógicos curriculares e a entrevista aos docentes e discentes dos cursos. Assim, dos resultados obtidos, é importante trazer acerca do número de projetos desenvolvidos nos cursos.

Quadro 8 – Quantitativo de ACE desenvolvidos nos cursos de Serviço social da UFAM.

ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
MANAUS	8	7	1	10	4	4
PARINTINS	5	3	6	4	4	3

Fonte: Pesquisa documental, 2018.

Como já foi apontado, a extensão possui destaque no curso em Parintins, visto que, mesmo após a obtenção das titulações de mestrado e doutorado pelos professores, eles não deixaram de desenvolver projetos de extensão.

Ainda assim, na maioria dos anos, Manaus conta com um número maior de projetos em relação a Parintins. Tal fato pode ser explicado pelo fato do curso na capital possuir um número maior de professores do que Parintins.

Também podemos mencionar que em Manaus temos três programas de extensão em execução: Programa de Observatório dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (PRODECA), INTER-AÇÃO: práticas de sustentabilidade visando o desenvolvimento regional e o Polo Avançado do Núcleo de Conciliação das Varas de Família (PANUCVF).

Em Parintins, temos o Observatório da Violência de Gênero no Amazonas (OVGAM), sendo o desenvolvimento de ACE um dos requisitos para a permanência dos programas e uma das formas de captação de recursos, sendo ainda um meio pelo qual realizam atividades referentes aos seus objetivos.

Além do PACE, outro programa que desenvolvido pelos cursos é o PIBEX, por isso também trouxemos como se deu o seu desenvolvimento no período analisado pela pesquisa, conforme representado no quadro abaixo.

Quadro 9 – Quantitativo de PIBEX desenvolvidos nos cursos de Serviço Social na UFAM.

ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
MANAUS	3	1	0	0	0	0
PARINTINS	0	0	0	2	1	1

Fonte: Pesquisa documental, 2018.

Percebemos claramente que o número de PIBEX é muito menor em relação ao ACE, bem como o número de vagas oferecidas nos editais pela PROEXTI. O último edital disponibilizou 5 bolsas para o IFCHS ao qual está vinculado o curso em Manaus e 7 bolsas para o ICSEZ em Parintins. Ou seja, é muito escasso o número de bolsa, o que resulta em poucos projetos.

Cabe destacar que os projetos contabilizados são referentes àqueles coordenados por professores bacharéis em Serviço Social, portanto, não foram contabilizados os projetos de outros departamentos que possuem professores dos cursos em análise como vice-coordenadores e até coordenadores, tendo em vista as parcerias existentes dentro dos programas de extensão que são interdisciplinares.

Aparentemente, os *campi* se encontram de maneira equilibrada em relação ao desenvolvimento de Programas Atividade Curricular de Extensão (PACE). O curso de Serviço Social da UFAM/Manaus, durante os anos estudados, desenvolveu no mínimo um PACE por ano, já em Parintins, foram realizados no mínimo três por ano. Ambos os cursos demonstram interesse na realização de PACE e compartilham da mesma dificuldade em relação ao PIBEX.

Como explicitado anteriormente, a pesquisa também envolveu a entrevista com professores e alunos. O universo de professores contava com um total de 18, dos quais foram entrevistados 14.

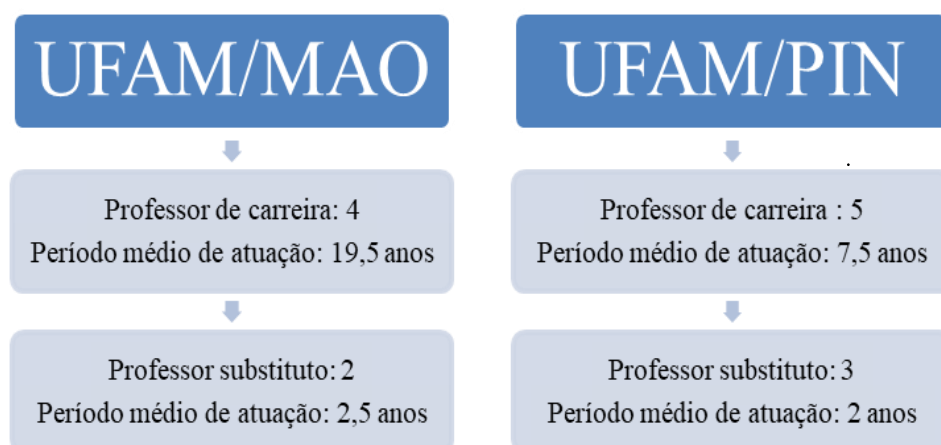
Já em relação aos discentes, no momento de aplicação dos questionários, havia aproximadamente 126 alunos envolvidos em projetos de extensão, por meio de censo foi possível a aplicação de 49 questionários. Referimo-nos aqui a ambos os municípios, Manaus e Parintins.

Tais dados recolhidos a partir da pesquisa de campo trouxeram informações indispensáveis para melhor compreensão sobre o perfil dos sujeitos que compõem os cursos

de Serviço Social. Primeiramente, ao nos remetermos aos docentes, com base nos dados analisados e dentro do período estudado, podemos afirmar que em Parintins 100% dos professores desenvolvem extensão, enquanto que 40% dos professores em Manaus realizam alguma atividade extensionista.

Vale ressaltar que no município de Parintins, o curso de Serviço Social possui colegiado que é composto por professores de diferentes áreas e, no que tange aos bacharéis de Serviço Social, possui um total de 8 (oito) professores, já em Manaus esse número equivale a 20 (vinte). Dito isto, é importante perceber outras características sobre esse quadro docente para entender melhor a realidade de cada curso.

Figura 3 – Quantitativo e tempo de carreira dos professores entrevistados.

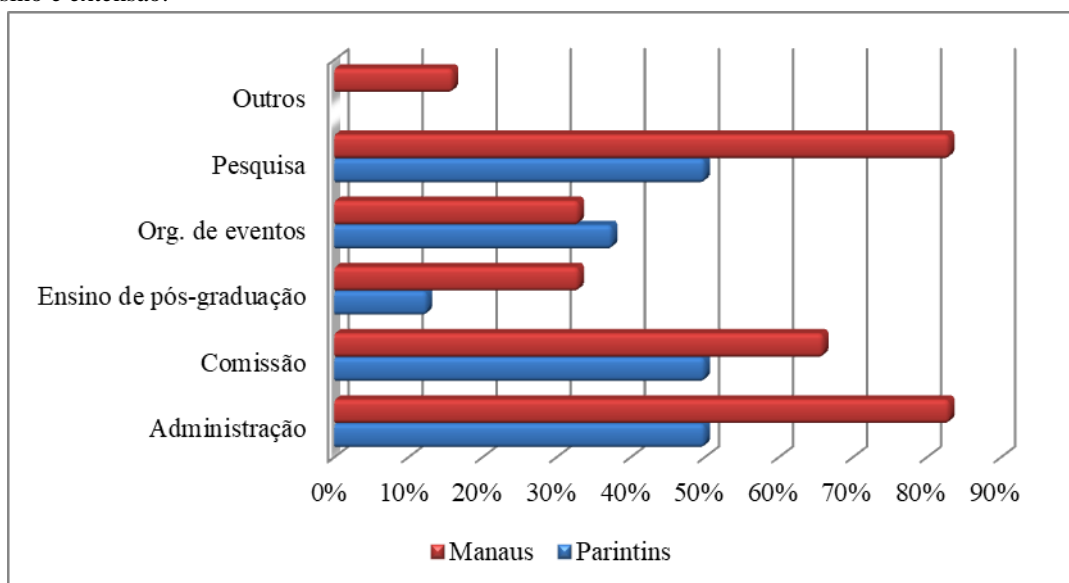


Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Em Manaus, no período de 2010 a 2017, dentro desses critérios, foram mapeados 8 (oito) professores, destes tivemos a oportunidade de entrevistar 4 (quatro) professores de carreira e 2 (dois) ex-professores substitutos. Na cidade de Parintins, dentro dos critérios estabelecidos, foram identificados um total de 10 (dez) professores a serem entrevistados, dos quais atingimos 8 (oito), sendo 5 (cinco) de carreira e 3 (três) substitutos.

Na tentativa de tentar identificar as atividades realizadas pelos professores entrevistados, além do ensino e da extensão, construímos o seguinte gráfico que permite analisar quais as principais ocupações dos professores na universidade a fim de ter uma visão melhor sobre o contexto em que estão inseridos.

Gráfico 1 – Atividades realizadas pelos professores entrevistados nos cursos de Serviço Social da UFAM além do ensino e extensão.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Em ambos os campi, a pesquisa, administração e participação em comissões são as atividades com maior porcentagem e, conseqüentemente, mais desenvolvidas pelos professores. Nesse sentido, apesar de apontarmos a extensão como importante no curso em Parintins nos seus anos iniciais, podemos verificar também o envolvimento de atividades de pesquisa realizada pelos professores, ou seja, desde 2007, ano de sua criação, o curso tem se aprimorado e buscado relacionar o tripé universitário.

Se compararmos os a porcentagem da pesquisa em ambos os cursos, é importante retomar as considerações feitas anteriormente, quando indicamos que os professores em Manaus estão envolvidos no Programa de Mestrado em Serviço Social e outros programas de pós-graduação interdisciplinares da UFAM, obtendo dessa forma maior oportunidade de envolvimento com a pesquisa.

Outra atividade que demanda um esforço dos professores são aquelas relacionadas à administração podendo ser coordenação do curso, estágio, chefia e outros que acabam tomando grande parte da carga horária dos professores e pode ser um elemento que compromete o tempo que poderia ser destinado à pesquisa ou extensão.

Tanto em Manaus quanto em Parintins, o regime dos professores é dedicação exclusiva, o que pressupõe que deveriam cumprir 40h semanais. Contudo, frente a inúmeras responsabilidades, podemos perceber que esta não é a realidade para muitos professores, sendo a carga horária extensa um dos maiores desafios para realizar extensão.

Vale ressaltar que, devido ao recorte temporal dado a essa pesquisa, se fossemos tomar todos os professores que atuam nos cursos, é possível que tivéssemos resultados diferentes, visto que aqui estamos com aqueles que desenvolveram projetos a partir de 2015.

O que se evidencia é que a realização dessas atividades também requer uma grande capacidade de organização e gerenciamento para uma série de atividades que acabam ultrapassando a carga horária que possuem, visto que os professores não atuam somente no ensino, como observamos no gráfico anterior. Essa realidade não é exclusiva da UFAM, posto que muitas pesquisas têm mostrado a sobrecarga e o adoecimento docente.

Sobre isso, Pinto (2014, p. 5) afirma que “o trabalho do professor alterou-se ao mesclar-se com esta dura realidade”. Ou seja, segundo a própria autora, realidade essa em que as exigências da capital passam a alterar o perfil dos cursos e as cobranças exigidas aos docentes que dizem respeito a noções de produtividade, quantidade, qualidade, autonomia, gerenciamento, controle e finalidade. Argumenta que, ao mesmo tempo que o ensino superior proporciona uma autonomia na execução de suas atividades, do mesmo modo é responsável pela castração de sua execução, dado que o docente passa a ter que escolher o tempo de fazer ou precisa corresponder a exigências muito específicas em trabalhos de pesquisa e extensão, por exemplo, que acabam descaracterizando sua ideia inicial.

No caso de Manaus, vale ressaltar que são poucos os professores envolvidos com extensão e, ainda assim, estão envolvidos com outras atividades. A fala abaixo demonstra um desabafo sobre o quadro atual em que estão inseridos os professores relacionado à pesquisa e a extensão.

A nossa postura de não demandar que sejam aprovados muito mais projetos de extensão, que vários professores se envolvam, que os professores que desenvolvem ensino, pesquisa e extensão tenham sua carga horária reconhecida. Muitos professores estavam deixando de fazer [extensão] porque não há nenhuma valorização para professor que orienta PIBIC e que desenvolve extensão (Relato do DCM1¹⁴, 2018).

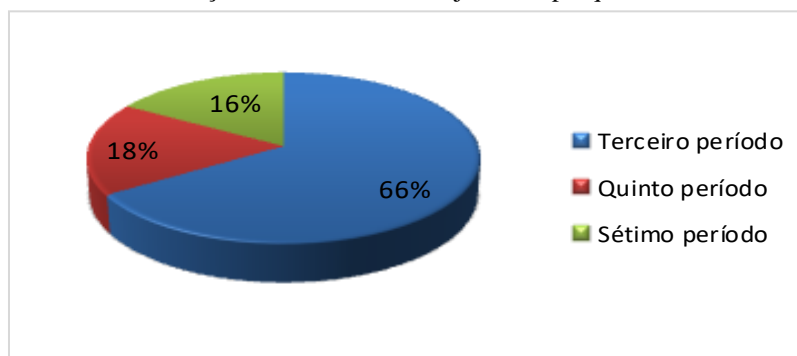
Essa opinião demonstra que o quadro atual das universidades dificulta o envolvimento dos professores no tripé universitário, ou seja, sua articulação está prejudicada na medida em que nem sempre é possível realizar pesquisa e extensão frente às dificuldades já citadas ao longo deste trabalho.

¹⁴ DCM: Docente Manaus.

Ainda é preciso que se reconheça que a precarização crescente do trabalho, com redução de pessoal nas universidades e dos recursos financeiros para pesquisa e extensão, somada à precarização das estruturas dos serviços sociais minimizam as possibilidades de efetividade de ações que se utilizam, por exemplo, segundo Prates (2017), de muitos dos espaços acadêmicos em Serviço Social que relacionam a Universidade e as organizações de caráter reivindicativo ou instituições que executam serviços diretos à população.

Além dos docentes, outros sujeitos importantes foram os acadêmicos que participaram da pesquisa, alunos que realizaram ações de extensão a partir de 2015. Considerando que alunos de diferentes períodos participaram de extensão, agendamos a aplicação dos questionários em turmas divergentes. Sobre o período de formação que se encontravam esses alunos em Parintins, segue o gráfico.

Gráfico 2 – Período do curso de Serviço Social dos alunos sujeitos da pesquisa em UFAM/PIN.



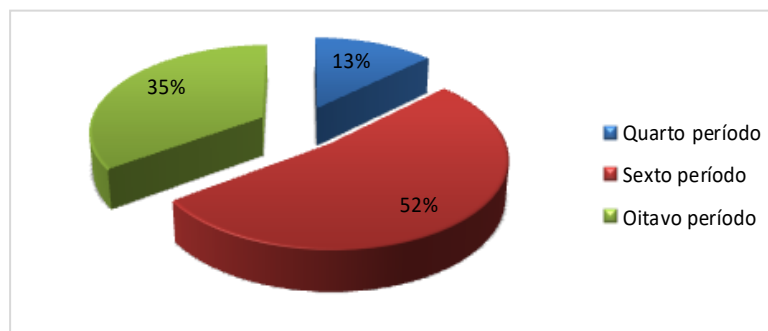
Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

No gráfico acima, podemos verificar que 66% dos alunos entrevistados se tratam de acadêmicos que se encontram no segundo ano da graduação, enquanto que 34% são alunos que já avançaram em mais da metade do curso.

Vale ressaltar a dificuldade em aplicar os questionários aos alunos do sétimo período, posto que estavam no meio do semestre cursando apenas as disciplinas de Orientação de TCC I, Estágio Supervisionado em Serviço Social II e uma optativa, sendo a primeira com pouca carga horária teórica que já havia sido cumprida em sua maioria, o que dificultou o acesso a esses alunos, além disso, a indicação de outros alunos foi um dos meios usados para contatá-los.

Ao falarmos dos alunos entrevistados em Manaus, os períodos correntes são diferentes¹⁵, como identificado no gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Período do curso de Serviço Social dos alunos sujeitos da pesquisa em UFAM/MAO.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Nesse caso, consideramos que 13% alunos estão no segundo de graduação, e 87% estão nos dois últimos anos, ao contrário do ocorrido em Parintins, onde a maioria se encontrava nos anos iniciais. Ao realizar a aplicação dos questionários, o acesso à maioria dos alunos do quarto e sexto período foi mediante a visitação nas salas de aula durante o intervalo das disciplinas, por meio de censo, como explicitado anteriormente. Em relação ao oitavo período, a pesquisa foi realizada por meio de indicação de pessoas que conheciam esses alunos.

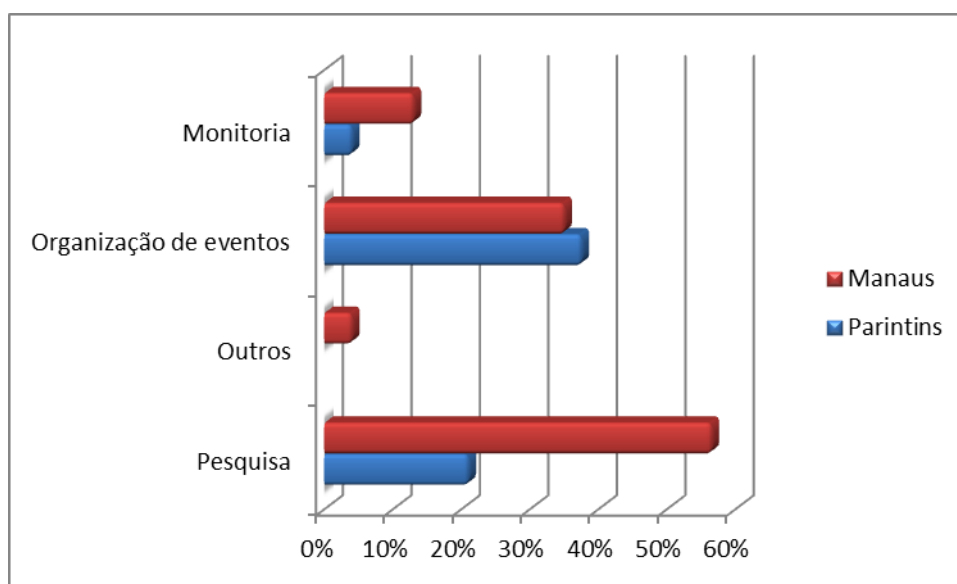
Apesar da dificuldade em contatar os discentes dos períodos finais em Parintins, ainda assim, não justifica que a maioria dos alunos que fazem extensão em Parintins estão na primeira metade da graduação, oposto do que ocorre em Manaus.

Podemos dizer que tanto os alunos dos primeiros períodos, que geralmente se encontram bem dispostos para desenvolver atividades na universidade, quanto alunos nos períodos finais que estão buscando se envolver mais antes que finalizem o curso, possuem motivações para querer realizar ações extensionistas, portanto, não há indícios de fato que sinalizem a justificativa para essa diferenciação.

Assim como os professores, os alunos também se encontram envolvidos em outras atividades dentro da universidade além do ensino e da extensão. Nesse sentido, julgamos necessário identificar quais são essas atividades a fim de perceber quais as principais ocupações dos discentes no âmbito universitário e as oportunidades que têm recebido para se envolver no tripé ensino, pesquisa e extensão. Sobre isso, dispomos do gráfico abaixo.

¹⁵ O semestre de ingresso nos cursos pode justificar a diferenciação em relação aos períodos correntes, sendo que em Parintins é realizado no segundo semestre e em Manaus no primeiro.

Gráfico 4 – Atividades realizadas pelos alunos entrevistados na UFAM além do ensino e extensão.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Em Parintins, 21% dos alunos estão envolvidos com pesquisa em relação a 56,5% em Manaus. Nesse sentido, a extensão demonstra ter predomínio em relação à pesquisa dentre os alunos, o que pode ser compreendido a partir dos critérios de organização das diferentes atividades. A pesquisa, por meio da iniciação científica, admite apenas um aluno e o orientador, podendo incluir outro aluno como pesquisador auxiliar, enquanto que os projetos de extensão, dependendo da categoria, podem admitir até 30 alunos, assim, a oportunidade é maior para o envolvimento em atividades de extensão do que nas de pesquisa.

Contudo, é preocupante que, além do Trabalho de Conclusão de Curso, o aluno não tenha experiência com pesquisa em projetos de iniciação científica (PIBIC) ou grupos de pesquisa que fortaleceriam ainda mais seu caráter crítico-investigativo. Neste sentido, podemos ver que em Parintins organizar eventos¹⁶ se encontra acima de pesquisa, contando com a participação de 37,5% dos alunos entrevistados. Não é desmerecendo tal atividade, tendo em vista que os eventos demandam esforço, organização e apresentam conhecimentos importantes e necessários, contudo, acaba sendo mais pontual e não favorece tanto quanto a pesquisa em relação à produção de artigos, leituras, amadurecimento teórico, conhecimento crítico e outros.

Diferente de Parintins, em Manaus temos a presença da pesquisa de maneira significativa, seguida do envolvimento dos alunos em organização de eventos. Ou seja, mais

¹⁶ Geralmente os eventos são submetidos ao Programa de Apoio à Realização de Cursos e Eventos (PAREC) que faz parte da PROEXTI e concede material de apoio e certificação da UFAM para coordenadores, palestrantes e participantes do evento, devendo no final ser enviado um relatório à Pró-reitoria para prestar contas de tudo que foi realizado, tendo em vista a proposta inicial de submissão.

da metade dos alunos que realizaram extensão obtiveram experiência no âmbito da pesquisa, podendo vivenciar de maneira mais completa o tripé da universidade.

É importante retomar que em Manaus temos um total de vinte professores específicos dos cursos que são aptos para orientar pesquisa, diferente de Parintins, onde esse número diminui para oito professores.

Além disso, não podemos desconsiderar que durante a pesquisa tivemos a presença de três professores substitutos entrevistados em Parintins e que eles não podem orientar iniciação científica, o que também restringe as possibilidades para os alunos, já que alguns professores de carreira estavam afastados para qualificação no período de realização da pesquisa.

Vale ressaltar o envolvimento dos discentes em atividades para além do ensino que favorecem o estreitamento da relação teórico-prática, tão reforçada nas diretrizes curriculares. A esse respeito, Santos, Filho e Beckx (2017) afirmam que o entendimento sobre as dimensões da profissão, ao mesmo tempo em que permite o reconhecimento de suas particularidades e o entendimento da teoria como possibilidade, levando ao conhecimento da realidade, indica caminhos, estratégias, bem como o instrumental técnico-operativo a ser utilizado e como deve ser seu manuseio.

Assim, ao destacarmos as atividades em que os alunos estão envolvidos, é possível perceber os espaços que têm oportunizado seu aprimoramento profissional. A diversificação das atividades indica um maior envolvimento dos alunos na universidade em ensino, pesquisa e extensão.

Apesar dos obstáculos citados, os sujeitos da pesquisa, alunos e professores, trazem uma responsabilidade sobre a extensão como meio de apreensão teórico-prática, das habilidades e competências profissionais, do conhecimento que é gerado e compartilhado, do contato com as demandas e outros fatores que comprovadamente conformam para que a extensão universitária se caracterize como um espaço de formação em potencial.

Ao longo do percurso trilhado pelos cursos de Serviço Social, é identificada a inclusão do ensino, da pesquisa e da extensão e, a partir dos dados analisados, podemos ratificar que a extensão possui seu espaço de atuação, compondo um dos meios de formar futuros assistentes sociais comprometidos com sua prática profissional.

2.3 A Extensão no horizonte dos cursos de Serviço Social da UFAM

A extensão é elemento primordial para o tripé universitário, na medida em que favorece a aproximação da universidade com a realidade. O Serviço Social, como profissão

que atua nesta realidade, tem a possibilidade de se desenvolver ainda mais na extensão universitária.

Nesse sentido, faz-se necessário ampliar o olhar para o currículo dos cursos analisados e a perspectiva dos sujeitos sobre extensão, a fim de poder refletir sobre extensão no processo de formação e responder aos objetivos propostos. Concordamos com Tavares e Freitas (2016) ao afirmarem que a extensão deve atender às necessidades da formação, a fim de construir conhecimentos, a partir de sua contextualização e relação com o cotidiano.

Dito isto, ao nos reportarmos ao curso de Serviço Social da UFAM/MAO, vale ressaltar que, apesar de ter sido realizado um processo de revisão curricular que deu origem ao Projeto Pedagógico de 2019, os alunos entrevistados bem como os relatórios dos projetos de extensão analisados fazem referência ao PPC anterior. Dito isto, será este que iremos pôr em análise neste trabalho, visto que foi o responsável em orientar a condução pedagógica do curso naquele momento.

Quanto a um conceito de extensão universitária, isso não está claro no projeto pedagógico do curso (PPC) em Manaus¹⁷. O que podemos identificar são citações que dizem respeito à extensão, ensino e pesquisa, como meios que promovem o saber para a universidade.

Como, por exemplo, nos textos a seguir retirados do próprio documento: “Avançando a cada ano na sua nobre missão de cultivar o saber em todas as áreas do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo decisivamente para a formação de cidadãos e o desenvolvimento da Amazônia” (UFAM, 2009, p. 06).

Núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional que, à medida que congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, sustentam-se como eixos mediadores e articuladores da formação profissional, aproximando sistematicamente ensino, pesquisa e extensão (UFAM, 2009, p. 14).

¹⁷ É importante salientar que atualmente o curso de Serviço Social da UFAM em Manaus, mediante o novo PPC de 2019, possui em sua organização didático-pedagógica um tópico específico referente às atividades de extensão bem como para a pesquisa e produção científica, que é um avanço significativo em relação ao currículo anterior. Atualmente reafirma a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo esta última essencial para o estreitamento de laços entre a universidade e a comunidade, reconhecendo a importância da extensão para o desenvolvimento do aluno em apreender demandas sociais, aproximando os discentes da realidade social. O principal ganho foi a criação da Política de Extensão do Departamento de Serviço Social da UFAM/MAO que regulariza as atividades extensionistas e concorda com a definição de extensão da FORPROEX, bem com seus eixos temáticos, relacionando com as orientações da ABEPSS para os cursos de Serviço Social.

Em geral, extensão era citada assim ao falar sobre sua participação como possibilidade de estágio supervisionado ou relacionado a atividades complementares, não sendo possível encontrar sua definição.

O que é importante ressaltar, também sobre o PPC do Serviço Social em Manaus, diz respeito à possibilidade de romper com as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem mediante novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da própria formação acadêmica, experiência essa que, para ser completa e mais qualificada, necessita não só de ensino e pesquisa, como da extensão.

Ao longo da proposta curricular, percebemos nas entrelinhas o posicionamento do curso em favor de metodologias de aprendizado que incluam a oportunidade para o aluno desenvolver um perfil profissional que possa “exercer conscientemente a profissão, devendo ter como referência a realidade social concreta e tendo como perspectiva a transformação histórica da sociedade” (UFAM, 2009, p. 17).

Esse olhar sobre a realidade é aprimorado tanto no processo de ensino e pesquisa como por meio da extensão. Podemos afirmar isso a partir da fala dos próprios alunos do curso de Serviço Social ao analisar seus relatos de experiência que devem ser anexados nos relatórios finais de extensão: “De forma muito eficiente me possibilitou a visualizar além, conhecendo a realidade de perto e possibilitando a intervenção” (Relato de experiência nº 14, Pesquisa de Campo, 2018).

Vale ressaltar que, apesar do PPC não definir especificamente o espaço da extensão, é possível perceber ao longo de sua estrutura que as atividades requerem aprimoramento científico, cultural e educativo, além de citar o desenvolvimento do aluno em todas as dimensões, o que nos leva a compreender a importância do tripé universitário para um alcance mais amplo do aluno em relação aos conhecimentos referentes ao Serviço Social.

Quanto ao PPC do campus de Parintins, observa-se a relação do curso com a extensão universitária, posto que, além de ser um curso que teve em suas origens um alto investimento em ações extensionistas, demonstra o cuidado em especificar suas atividades.

Ao nos depararmos com os objetivos pedagógicos do curso, verificamos uma articulação em relação ao tripé, como, por exemplo, “a formação humana de profissionais rigorosamente fundamentados na ética e na qualidade, articulando pesquisa, ensino e extensão” ou “a contribuição para a promoção da qualidade de vida das populações localizadas nos municípios de atuação da UFAM, realizando as atividades fins de forma aberta à participação da população” (UFAM, 2012, p. 13).

Ambos os cursos fazem referência à extensão, concordando com sua definição da política nacional e interna da UFAM sobre a ação extensionista, seja de maneira explícita ou subentendida nas diretrizes e objetivos, além disso, é possível perceber a relação entre ensino, pesquisa e extensão naquilo que os projetos pedagógicos propõem.

Nesse sentido, é importante salientar a universidade pública como espaço amplo de discussão e construção de conhecimentos que deve prezar pelo estabelecimento da indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão. Mesmo sendo entendidas como atividades que possuem as suas peculiaridades, não se pode desvincular uma da outra.

Segundo Tavares e Freitas (2016), não é bom que toda essa produção de conhecimento fique inerte dentro dos muros da universidade. As autoras reiteram a relevância de divulgar tais produções à população, sendo esta a principal financiadora das atividades desenvolvidas, por meio de recursos públicos empregados na universidade para a produção de saberes científicos e técnicos.

A formação profissional em Serviço Social é orientada pelas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social da ABEPSS, aprovadas coletivamente em assembleia geral pela categoria em 1996.

Estas destacam que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve ser promovida na universidade e na articulação da formação em Serviço Social, posto que as atividades desenvolvidas contribuem para o aprimoramento de capacidades e habilidades necessárias ao exercício profissional.

Nesse sentido, a extensão se mostra como espaço oportuno para a socialização de conhecimentos ao considerarmos a extensão, como dita o FORPROEX (2012), como meio de interlocução que integra universidade e sociedade e socializa saberes, que busca seu reconhecimento para a formação acadêmica, além da construção e reconstrução de conhecimentos teórico-práticos e científicos, como afirmam Tavares e Freitas (2016).

Quanto à relação com a formação profissional em Serviço Social, a extensão – ao proporcionar a reflexão sobre o planejamento, avaliação e execução da políticas públicas, possibilidades de atuação frente às expressões da questão social, o conhecimento de metodológicas, demandas e temáticas específicas, práticas interventivas – qualifica ainda mais a formação ao oportunizar o aprimoramento de questões centrais e necessárias para o desempenho das atribuições privativas do assistente social.

Pensando nisso, é importante que tomemos as reflexões dos sujeitos da pesquisa, professores e alunos, de modo a identificar suas percepções e anseios acerca da extensão universitária e formação em Serviço Social.

É importante salientar que, para a categorização dos dados para exposição dos resultados da pesquisa, foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin que considera a manipulação de dados qualitativos, inclusive ao nos referimos aos dados apreendidos nas entrevistas com perguntas abertas, facilitando ainda o entendimento do leitor na medida em que possui uma compreensão melhor sobre os resultados.

Na busca por uma definição de extensão pelos docentes entrevistados em Manaus, obtivemos as seguintes respostas:

Tabela 1 – Definição de Extensão Universitária segundo os docentes dos cursos de Serviço Social da UFAM.

DEFINIÇÃO DE EXTENSÃO	MANAUS	PARINTINS
Ampla perspectiva do discente	-	12,5%
Aproxima universidade, docente, discente e comunidade	66,5%	62,5%
Compõe o tripé universitário	16,6%	37,5%
Compromisso social da universidade	16,6%	-
Cumprir o projeto ético-político do Serviço Social	16,6%	-
Contato com instituições, relações políticas e rede socioassistencial e com a realidade	49,9%	50%
Formação de profissionais	16,6%	-
Impacto para a comunidade externa	-	12,5%
Intervenção qualificada	-	12,5%
Possibilita conhecer a questão social	16,6%	-
Prepara para o mercado de trabalho	16,6%	-
Processo educativo e científico	49,8%	12,5%
Relaciona ensino e pesquisa	16,6%	50%
Relaciona teoria e prática	33,3%	62,5%
Troca de saberes	16,6%	12,5%

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Tanto em Manaus quanto em Parintins, os professores têm definido extensão como uma atividade que aproxima universidade, discentes e professores da comunidade. Esta é uma de suas características principais, tendo em vista a potencialidade da extensão de proporcionar a interação entre esses sujeitos. Essa aproximação nos leva ao contato com outras instituições, redes socioassistenciais e com a própria realidade, como citado por metade dos professores ao definir extensão universitária.

Apesar de estar presente a categoria troca de saberes – com 16,6% e 12,5% da opinião dos professores em Manaus e Parintins, respectivamente – não ficou clara na definição de extensão pelos professores a importância do saber popular, o reconhecimento de que a universidade também apreende conhecimentos da comunidade a partir da extensão e que estes são indispensáveis para investigações futuras e intervenções.

Mesmo tendo projetos de eixo ambiental que buscaram defender conhecimentos tradicionais, sobre plantas medicinais, dentre outros, a importância de trocar conhecimentos e

não apenas transferi-los deve ser reconhecida. Caso contrário, como enuncia Freire (2015, p. 29), “[...] aquele que é ‘enchido’ por outro de conteúdos cuja inteligência não percebe; de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo sem que seja desafiado, não aprende”.

Não basta delimitar um tema e prestar serviços ou realizar uma intervenção, é necessário conhecer previamente a realidade onde se quer atuar, quais as demandas daquele público. Dessa forma, no processo educativo tanto educador como educando buscam tomar conhecimento de um objeto em comum, como afirma o autor.

É interessante perceber o contraste quanto às categorias sobre a relação de ensino e pesquisa na extensão e da interligação entre teoria e prática, pois em ambas as categorias há maior referência em Parintins, com 50% e 62,5%, respectivamente.

O reconhecimento de poder relacionar ensino e pesquisa na extensão é um ponto muito importante, posto que corrobora com o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No que tange à relação entre teoria e prática, a extensão pode favorecer o estreitamento dessa relação.

Durante a formação profissional, segundo as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), o aluno deve estar apto para compreender as questões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para então compreender o contexto em que está inserida a profissão e desenvolver sua capacidade de intervenção, articulando teoria e prática.

Portanto, é importante despertar nos discentes uma competência crítica para que estes possam, de fato, visualizar os fenômenos sociais e construir estratégias de intervenção. Além dos professores, os alunos também trouxeram suas impressões sobre o significado de extensão universitária.

Tabela 2 – Definição de Extensão Universitária segundo os discentes dos cursos de Serviço Social na UFAM.

DEFINIÇÃO	MANAUS	PARINTINS
Ação interdisciplinar	4,3%	-
Aprendizado fora da universidade	39%	27%
Atendimento das demandas	8,7%	
Conhecimentos de instrumentos e temáticas voltadas para a formação profissional	4,3%	20,3%
Compõe o tripé universitário	-	8%
Contato com a comunidade	4,3%	8%
Contato com a realidade	13%	19%
Relação teórico-prática	26%	11,5%
Vínculo entre a dimensão teórico-metodológica e técnico-operativa	4,3%	-
Vínculo entre universidade e sociedade	13%	27%
Oportunidade para novos conhecimentos	-	84,7%
Troca de conhecimentos	8,7%	23%

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

O quadro apresenta que 84,7% dos alunos em Parintins afirmaram que o significado de extensão está na oportunidade de aprender novos conhecimentos, já em Manaus a extensão significa o aprendizado fora da universidade somado o que leva ao vínculo entre universidade e sociedade, somando 52% da opinião dos alunos.

A extensão também é entendida pelos alunos como atividade em que é possível relacionar teoria e prática, além de ser um espaço para conhecer instrumentos, temáticas e outros conhecimentos pertinentes à formação profissional.

Ou seja, a extensão para os alunos é uma atividade que se sustenta no contato com novos conhecimentos e práticas relacionadas à formação. Todas as percepções coadunam com o que rege a PNEX (FORPROEX, 2012), entretanto, mais uma vez nos deparamos com a falta de reconhecimento do saber popular.

Pode ser que esse aspecto esteja implícito nas falas, porém é importante sua clareza, posto que, como dito anteriormente, não basta apenas depositar conhecimento, é necessário que haja a construção conjunta de novos saberes.

Como foi citado ao longo do trabalho é necessário que a extensão se concretize como espaço de formação profissional para os cursos de Serviço Social. Nesse sentido, foi possível verificar de que maneira a extensão pode estar relacionada à formação. De acordo com os sujeitos da pesquisa, todos concordaram que a extensão é relevante para o Serviço Social, tendo os professores destacaram o porquê.

Tabela 3 – Importância da extensão para a formação profissional em Serviço Social segundo os docentes da UFAM.

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES	MANAUS	PARINTINS
Alunos com um perfil diferenciado	16,6%	-
Amplia a visão do aluno para novos conceitos	33,3%	12,5%
Análise da situação concreta	-	12,5%
Assimila e incorpora problemáticas	16,6%	-
Contato com a atuação do assistente social	16,6%	12,5%
Contato com as demandas e expressões da questão social	16,6%	12,5%
Contato com a realidade	33,3%	50%
Contato com temáticas diversas	-	12,5%
Desenvolvimento de estratégias, alternativas, planejamento e ação	16,6%	25%
Diálogo com o público-alvo	-	12,5%
Experiência fora da sala de aula	16,6%	12,5%
Promove a pesquisa	16,6%	37,5%
Reflexão teórica	16,6%	-
Relaciona teoria e prática	-	37,5%
Visão sobre o projeto ético-político	16,6%	25%
Vivência da universidade integralmente	16,6%	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A principal relevância da extensão em relação ao Serviço Social, citada pelos professores de ambos os cursos, foi o contato com a realidade, visto que a extensão viabiliza a

aproximação com os usuários dos serviços, com os vários problemas sociais vivenciados pelas comunidades e pode favorecer ou permitir ao aluno uma correlação maior entre teoria e prática, possibilita que o aluno se depare com situações com as quais ele ainda não teve contato além das leituras, por exemplo.

É de suma importância que a extensão propicie essa aproximação, visto que, ao se inserir no mercado de trabalho, o profissional acaba se deparando com diversas situações que necessitam de respostas, assim, se o profissional possui um direcionamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, bem como experiências de aproximação com determinada realidade, possui maiores chances de oferecer repostas qualificadas a essas situações.

Ao olhar para a percepção dos professores, nos deparamos com contribuições significativas que a extensão pode proporcionar à formação. Ao longo deste trabalho, estes são elementos que vêm se repetindo nas falas dos sujeitos e por meio da análise dos relatórios de extensão, portanto, não restam dúvidas de que a extensão universitária promove impactos para o processo de ensino-aprendizagem.

Da mesma forma, os alunos concordam que a extensão traz elementos essenciais para sua formação profissional, conforme o quadro abaixo.

Tabela 4 – A contribuição para a formação do aluno segundo os discentes entrevistados em UFAM.

CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO	MANAUS	PARINTINS
Ampliação a visão e o pensamento crítico	4,3%	23%
Apreensão de didáticas para lidar com o público	4,3%	-
Aproximação de uma temática para pesquisas e atuação futura	8,7%	4%
Compartilha conhecimento/informação	-	8%
Conhecimento da extensão universitária	-	4%
Conhecimento das possibilidades de atuação profissional	21,7%	30,5
Conhecimento da realidade	34,7%	34,6%
Conhecimento das demandas	21,7%	23%
Contato com as comunidades/público-alvo	17,4%	7,7%
Contempla as expressões da questão social	4,3%	-
Experiência e aprendizagem	8,7%	7,7%
Facilita a apreensão da relação teoria e prática	8,7%	15%
Fortalecimento das dimensões técnicas, teóricas, políticas e éticas	4,3%	-
Interesse em leituras além da sala de aula	4,3%	-
Desenvolvimento de habilidade oral e postura profissional	4,3%	4%
Trabalho em grupo	8,7%	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

É interessante que algumas das falas dos alunos se igualam ao pensamento dos professores. Identificamos isso ao nos deparamos, mais uma vez, com a categoria de conhecer a realidade, a qual foi a mais citada pelos alunos, ratificando a importância para os cursos de Serviço Social.

Além disso, categorias como a aproximação com as demandas sociais e o contato com a comunidade/público-alvo da intervenção – que obtiveram em Manaus 21,7% e 17,4%, e em Parintins 23% e 7%, respectivamente – demonstram a contribuição das ações extensionistas para a formação, na medida em que a extensão proporciona o contato com temáticas referentes ao Serviço Social, seja por meio da intervenção em escolas, comunidades tradicionais, instituições, serviços oferecidos.

Nesse sentido, percebemos que a visão dos alunos se volta principalmente para contribuição para a intervenção profissional. Ao olharmos para categorias como pesquisa, relação teórico-prática, leituras, são poucos os discentes que afirmam entender a relação com a extensão. Por isso, é necessário incentivar discussões e debates no espaço das atividades extensionistas para que o aluno perceba essa sua articulação com ensino e pesquisa.

Outro aspecto importante a ser analisado é sobre a contribuição que a extensão traz para a atuação dos professores na universidade. Sabemos que, atualmente, são inúmeras as dificuldades enfrentadas no âmbito acadêmico, haja vista que os limites impostos pelos cortes de gastos com as universidades têm obrigado os professores a trabalhar em uma carga horária além daquilo que é definido, posto que o tempo na universidade não é suficiente para cumprir com suas tarefas.¹⁸

Tudo isso tem se tornado um impasse para o trabalho dos professores frente ao tripé universitário, na medida em que, muitas vezes, é preciso optar se vai fazer uma ou outra coisa, ou pesquisa ou extensão, colocando o foco mais em um do que em outro.

Nesse sentido, os professores entrevistados concordaram que a extensão, de fato, contribui para o trabalho dos docentes nos cursos de Serviço Social. Lampert (2009) afirma que a universidade tem como papel propiciar a dinâmica ao fazer-pedagógico cotidiano, por meio do qual docentes e discentes, em um processo dialético, buscam caminhos para construção e/ou reconstrução do conhecimento.

Sabendo disso, buscamos entender quais contribuições a extensão proporciona para que o professor possa cumprir com esta responsabilidade.

¹⁸ Ao falar de tarefas, referimo-nos à preparação das aulas, acompanhamento dos alunos, reuniões e participação em eventos externos, correção de trabalhos, desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, organização de eventos, participação em comissões, cargos administrativos, produção de artigos científicos, dentre outros.

Tabela 5 – Como a extensão contribui para o trabalho docente na UFAM.

FALAS DOS DOCENTES	MANAUS	PARINTINS
Articulada as disciplinas	-	12,5%
Contato com a realidade	99,6%	37,5%
Contribuição para despertar uma temática na comunidade	16,6%	-
Diálogo com a sociedade	16,6%	25%
Enriquece o currículo	16,6%	-
Exercício teórico-prático	16,6%	12,5%
Identificação de demandas atuais	-	12,5%
Identificação de problemas de pesquisa	-	12,5%
Progressão de carreira e qualificação do trabalho docente	33%	25%
Proposta de soluções e alternativas	16,6%	-
Saída da zona de conforto	-	25%
Trabalho e planejamento com o aluno	16,6%	12,5%
Troca de conhecimentos com a comunidade	16,6%	12,5%
Trocas de experiências	-	25%
Valoriza a universidade pública	16,6%	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Os entrevistados em Manaus, em sua maioria, elencaram o contato com a realidade como maior contribuição, sendo essa a oportunidade do professor sair do âmbito da universidade e poder lançar um olhar sobre a realidade, fora do seu local de trabalho, o que auxilia, inclusive, na própria dinâmica durante as aulas ministradas ao trazer exemplos de histórias reais, conhecendo não só o público, como também as instituições que oferecem os serviços sociais, possibilitando até parcerias futuras.

Em Parintins, apesar de não ter sido mencionado pela maioria dos professores, o contato com a realidade foi o que obteve mais destaque, o que nos leva a refletir sobre a importância de abrir as portas da universidade e atuar de forma mais abrangente junto aos sujeitos da vida social, além de refletir sobre o contexto atual, mas intervir sobre ele. Isso está disposto num dos princípios da Política de Extensão da UFAM ao dizer que a extensão possibilita o confronto com a realidade, efetiva a participação das comunidades tradicionais em face da atuação da universidade e, ao relacionar ensino e pesquisa, pode viabilizar uma relação significativa entre universidade e sociedade.

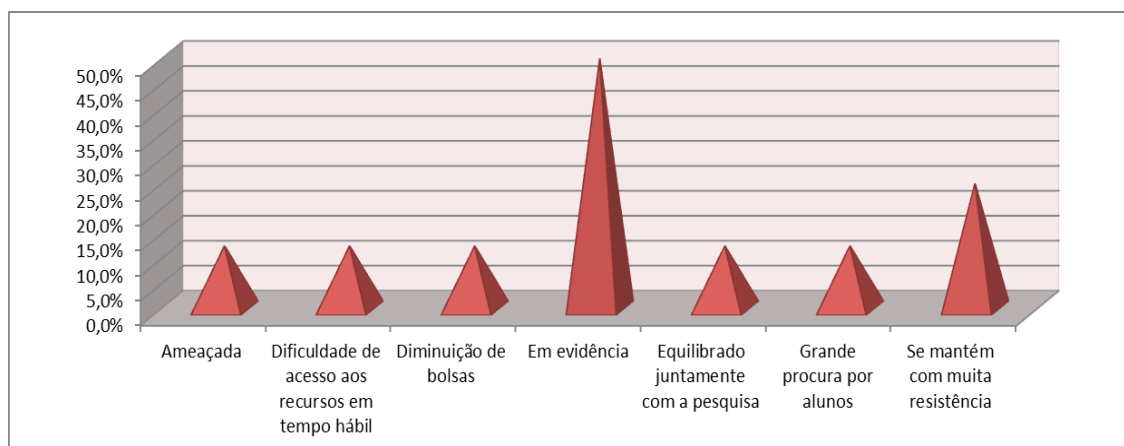
Outro ponto interessante diz respeito à extensão contribuir para o crescimento profissional na carreira docente. A Resolução nº 013/2017 – CONSUNI/UFAM, que trata acerca da progressão e promoção de carreira dos professores, prevê pontuações aos professores em face de seu envolvimento em atividades de ensino, pesquisa, extensão, administração etc. A extensão dispõe de pontuação bem como a pesquisa para os docentes, porém a pesquisa se destaca quanto ao total de pontos equivalentes às atividades relacionadas, ficando a extensão com uma pontuação menor, sendo o peso maior sobre a pesquisa.

Por exemplo, são 48 itens que pontuam em pesquisa e 16 em extensão, não há pontuação para vice-coordenador de extensão como há para o de pesquisa, além disso, a extensão em sua maioria diz respeito a coordenação de eventos, ministração de cursos e trabalhos de campo, sendo este último 0,044/h por atividade. A maior pontuação para pesquisa soma 10 pontos e na extensão 6. Apesar do desenvolvimento de atividades extensionistas requererem muito esforço quanto ao seu planejamento, logística, busca de recursos, treinamentos, possíveis viagens etc, não possui seu reconhecimento devido. Além disso, as dificuldades que advêm junto à operacionalização dessas atividades desanimam aqueles que desejam desenvolver atividades extensionistas.

Sobre isso, conforme Santos (2016), a missão da universidade se legitima ao envolver um verdadeiro compromisso com as reais necessidades e aspirações da população docente, discente e comunitária a quem deve servir em múltiplas instâncias. Esse compromisso é vital para a geração de novos saberes e conhecimentos científicos.

Contudo, o modo de exigência da universidade em alcançar metas, afeta o bem estar dos professores na medida em que define determinadas pontuações mais altas para certos tipos publicações e outras atividades que exigem um esforço muito maior do professor que não possui outra saída sem ser acumular tarefas para poder crescer na carreira docente. Portanto, é necessário que haja incentivo para ensino, pesquisa e extensão para que a formação em Serviço Social alcance maior qualidade. Nesse sentido, os professores concordam que existe a presença do tripé em ambos os cursos, assim, acreditamos que seja importante perceber, por meio do olhar dos professores, o espaço da extensão em relação ao ensino e à pesquisa. Primeiramente, no que diz respeito à opinião dos professores em Parintins, obtivemos as seguintes respostas.

Gráfico 5 – A extensão na UFAM/PIN em relação ao tripé universitário segundo os docentes.



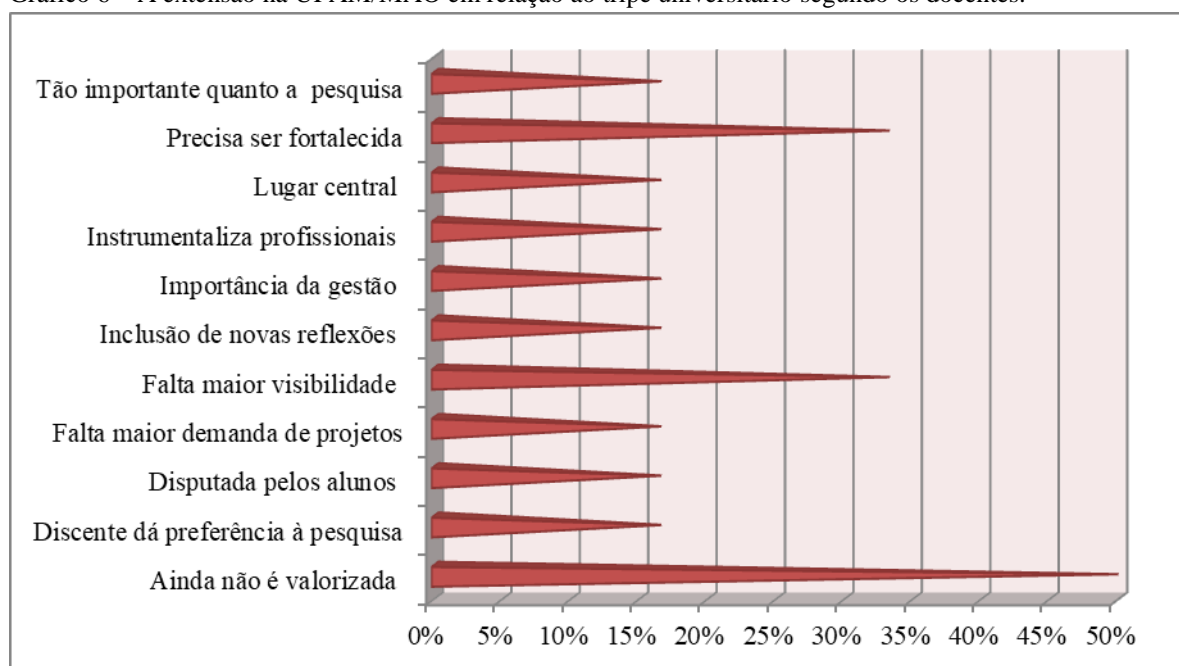
Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Em Parintins, 50% dos professores revelaram que a extensão se encontra em evidência, tendo em vista a diversidade dos projetos desenvolvidos, bem como o interesse dos alunos em participar. Por conseguinte, ainda há 12,5% dos entrevistados enunciaram que a extensão tem tido grande procura pelos alunos e que se encontra no mesmo ritmo que a pesquisa.

Outras informações como, por exemplo, a diminuição de bolsas e a dificuldade de acessar os recursos em tempo hábil demonstram que a extensão se encontra em risco tanto quanto ensino e pesquisa frente à conjuntura atual da universidade pública.

Os professores em Manaus também expressaram suas opiniões sobre o assunto, conforme descrito no gráfico a seguir.

Gráfico 6 – A extensão na UFAM/MAO em relação ao tripé universitário segundo os docentes.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

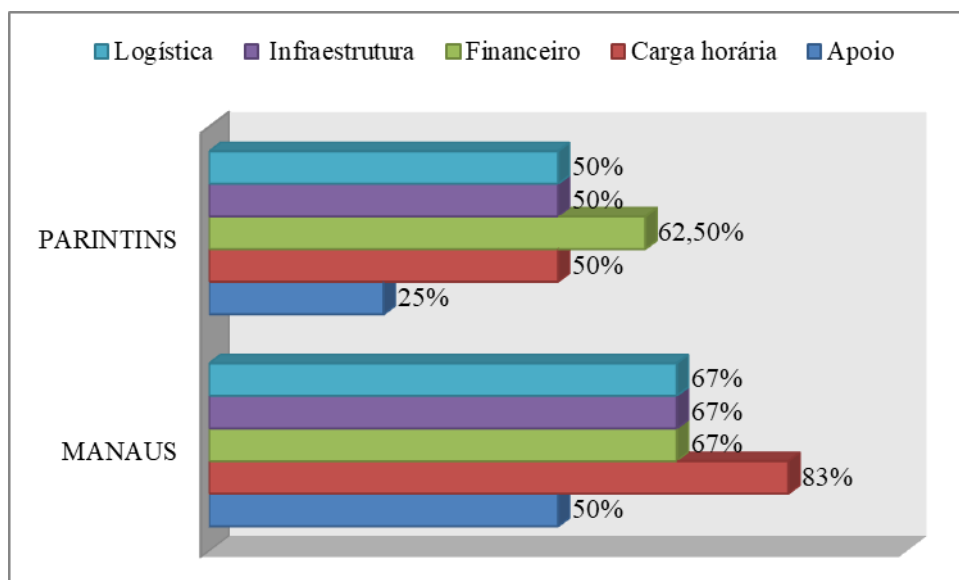
Em Manaus, 50% dos entrevistados afirmaram que a extensão ainda não é valorizada em relação ao tripé, bem como 33,3% disseram que falta maior visibilidade e que precisa ser fortalecida, ou seja, a caminhos lentos a extensão tem se desenvolvido, apesar disso há muito para crescer.

Da mesma forma que citaram a dificuldade da extensão em relação ao tripé na UFAM, podemos perceber que há interesse dos alunos em realizar ações extensionistas, contudo, os impasses descritos até aqui acabam limitando a quantidade de projetos e, conseqüentemente, a oportunidade de participação dos discentes.

Desse modo, a própria UFAM em uma de suas diretrizes de extensão enuncia que o apoio pela PROEXTI deve servir para ampliar as ações extensionistas já consolidadas e incentivar a criação de novas, deixando claro seu compromisso de valorizar os projetos de extensão. Sabemos que não basta a escrita de tais ações, é necessária a operacionalização da Política de Extensão.

Algumas das dificuldades enfrentadas pelos sujeitos da pesquisa também foram apreendidas neste trabalho a fim de compreender o que tem limitado a extensão, além daquelas já debatidas que perpassam a universidade pública. Nesse sentido, segue o gráfico abaixo.

Gráfico 7 – Dificuldades enfrentadas pelos docentes dos cursos de Serviço Social da UFAM para fazer extensão.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores, a maioria identificou a questão financeira, ressaltando a demora no repasse de recursos, no que se refere principalmente ao PACE no valor total de R\$1.500,00 (hum mil e quinhentos) reais. Alegam que muitas vezes esse auxílio chega no fim do projeto.

Foi informado que o recurso só vai sair em dezembro. Nós já estamos comprando material, alguns alunos estão tirando do bolso o recurso hoje, mas, em dezembro termina o projeto de extensão. Tem um calendário com as atividades programadas, a gente está em parceria [...] então não dá pra chegar com o pessoal e dizer: olha, só em dezembro que a gente vai vir aqui. Se você não tem apoio institucional é muito difícil você tirar do bolso pra desenvolver toda a atividade, sendo que em dezembro você tem que entregar o relatório (Relato do DCM 5, 2018).

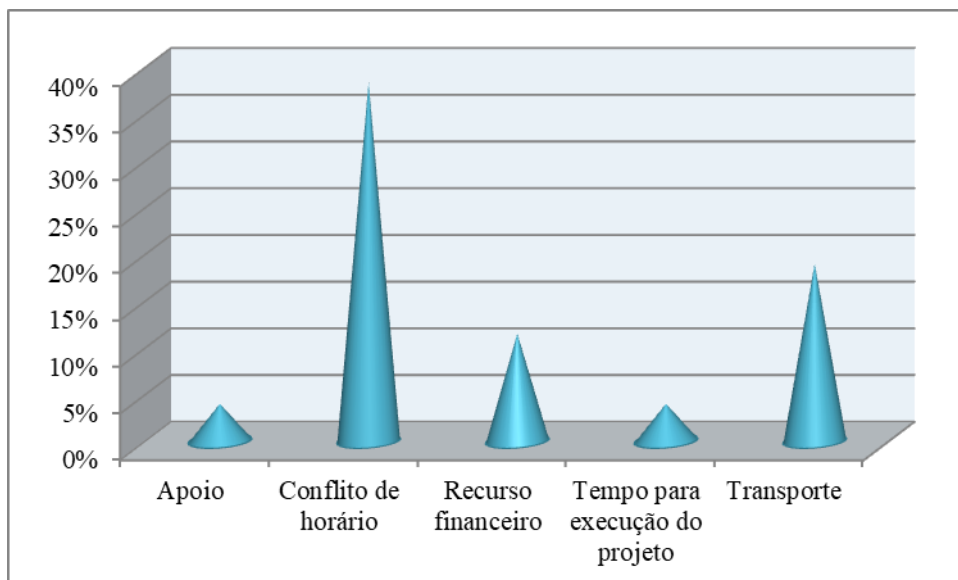
O atraso no repasse dos recursos prejudica a operacionalização da ação bem como alunos e professores que precisam dispor de esforço dobrado para cumprir os objetivos estabelecidos pelo projeto.

Outra dificuldade enfrentada pelos docentes é a carga horária tanto em Manaus quanto em Parintins, com 83% e 50% respectivamente, visto que há uma excessiva demanda de atividades quanto à ministração de disciplinas, participação em comissões, composição de bancas avaliativas, dentre outras. Com isso, acaba se tornando impossível a muitos docentes o desenvolvimento em conjunto das atividades que compõem o tripé universitário.

Como afirmam Tavares e Freitas (2016), conhecer o histórico, o conceito e a natureza da extensão é fundamental para possibilitar seu planejamento, execução e avaliação de maneira mais coerente. Da mesma forma, ao desvelar os limites da extensão na UFAM é possível repensar como tem sido construídas suas atividades na universidade.

Por isso é importante considerar a percepção dos alunos sobre as dificuldades para desenvolver ações de extensão. Em Parintins, os discentes entrevistados foram bem pontuais em suas respostas, diferente do que ocorreu no *campus* em Manaus.

Gráfico 8 – Dificuldades enfrentadas pelos alunos entrevistados em UFAM/PIN para participar de extensão.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

De acordo com o gráfico, 38,4% dos alunos entrevistados assinalaram que a maior dificuldade para fazer extensão diz respeito ao conflito de horário, tendo em vista que eles estão empenhados em outras atividades que podem estar relacionadas à pesquisa e, principalmente, ao ensino, por estarem matriculados em disciplinas.

Nesse sentido, vale ressaltar que a proposta defendida tanto pela FORPROEX quanto pela UFAM é de flexibilização curricular, com a previsão das ações extensionistas entre as atividades do projeto pedagógico. De fato, temos isso nos dois cursos, como dito anteriormente, já que tais ações estão contempladas como atividades complementares.

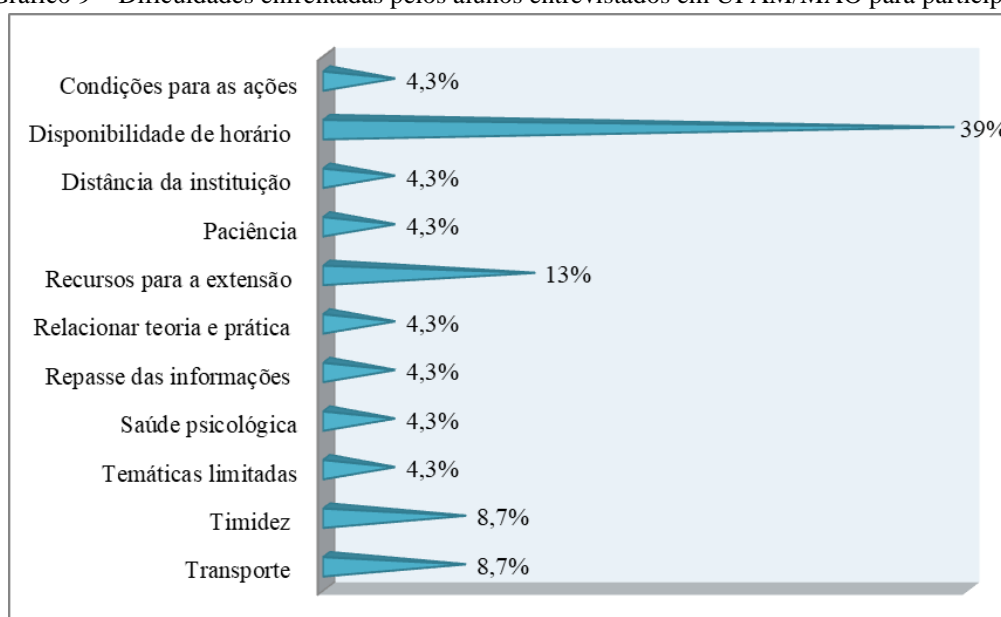
Nesse caso, não há um horário reservado para as atividades de extensão ou de pesquisa, por exemplo, dependendo sempre da disponibilidade dos alunos, sendo que os impasses em relação a conflitos de horário geralmente existirão, o que pode ser resolvido de acordo com a dinâmica de cada professor coordenador das ações.

Além disso, 19% dos alunos destacaram a falta de transporte próprio – bicicleta ou motocicleta, principais meios de transporte em Parintins onde não há a opção de transporte público – como uma das dificuldades para realizar as atividades de extensão e 11,5% dos alunos reconheceram o obstáculo no âmbito financeiro, tendo em vista a demora no repasse de recursos e o desafio em ter que contribuir para as ações com dinheiro próprio.

Sobre isso, a natureza e a competência de cada órgão responsável pela extensão se encontram definidas em documentos institucionais, contudo, a sua operacionalização tem demonstrado a dificuldade em captação de recursos e, principalmente, as limitações que os cortes nas universidades têm gerado nas ações de extensão.

Quanto ao campus em Manaus, os alunos também apontaram sobre as dificuldades em fazer extensão.

Gráfico 9 – Dificuldades enfrentadas pelos alunos entrevistados em UFAM/MAO para participar de extensão.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Da mesma forma, a que obteve maior resposta (39%) apontou a disponibilidade de horário como maior dificuldade para participar das atividades de extensão. Outro dado interessante é que neste caso os alunos também reconheceram os recursos para a extensão como um impasse para sua realização (13%). Tais dados vêm reafirmar cada vez mais os limites que têm recaído sobre a extensão universitária a partir do desmonte que tem atingido o ensino superior.

Além destas, os alunos citaram muitas outras dificuldades, mas algo que chamou nossa atenção foi quanto a relacionar teoria e prática. Apesar de ter sido citada apenas por 4,3%, é uma informação preocupante acerca da não apreensão dessa relação por meio das ações. As respostas que se referiram à questão psicológica e paciência como dificuldade para desenvolver extensão também foram uma surpresa para a pesquisa, o que nos leva a refletir sobre os limites dos acadêmicos que dispõem de inúmeras atividades além da extensão, estagiam ou trabalham, realizam ensino e pesquisa e outras atividades acadêmicas que sobrecarregam o aluno.

Ao identificar as manifestações dos sujeitos da pesquisa, temos a chance de olhar para a extensão de uma maneira diferente, colocando-nos sob a perspectiva de cada docente e discente que aceitou participar deste trabalho. Tais percepções são essenciais para visualizar como vêm sendo concretizadas as ações extensionistas e o quanto têm contribuído para a formação em Serviço Social.

Até aqui, vendo a partir da compreensão de cada sujeito, apesar de tantas limitações, podemos identificar muito mais potencialidades na extensão universitária para o Serviço Social. Segundo Tavares e Freitas (2016), a extensão é um processo educativo voltado ao aprendizado, além disso, consiste em um instrumento político-social, portanto, se concretizado, é de extrema relevância para a formação acadêmica.

Contudo, não basta identificar a visão dos sujeitos, é indispensável, analisar os relatórios finais de extensão que contêm informações preciosas sobre seu planejamento, execução e avaliação. Portanto, veremos no próximo capítulo o que mais esse espaço promove para a formação em Serviço Social.

CAPÍTULO III:

PAPEL DA EXTENSÃO PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFAM

3.1 Temáticas e estratégias recorrentes das ações de extensão nos cursos de Serviço Social da UFAM

O Serviço Social está envolvido com diversas áreas da sociedade. Ao pensarmos sobre a questão social¹⁹ como central no processo de formação e atuação profissional, suas diversas manifestações podem ser encontradas em inúmeros campos sócio-ocupacionais. Tal afirmativa requer que o processo de aprendizagem inclua o conhecimento sobre as diversas temáticas com as quais a profissão intervém, bem como metodologias que permitam lidar com as demandas que se apresentam à profissão.

A formação profissional, como consta nas diretrizes e é referendado pelo MEC, é generalista, e deve habilitar o discente a conhecer a atuação profissional tendo em vista os aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão que serão aptos a atuar em qualquer espaço sócio-ocupacional, devendo, por necessidade da própria atuação, aprofundar seus conhecimentos em determinada área.

Dentro desse processo de formação a extensão aparece como um espaço privilegiado onde é possível atuar sobre as diversas esferas da sociedade, o que atende, inclusive, ao que está estabelecido na Política Nacional de Extensão (PNEX) e que prevê áreas prioritárias de atuação que, na verdade, acabam sendo áreas onde são desenvolvidas as políticas públicas.

Essas áreas podem ser a preservação e sustentabilidade do meio ambiente; ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica; melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira; melhoria do atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso; melhoria do programa nacional de educação nas áreas da reforma agrária; promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino das artes; ampliação e fortalecimento das ações de democratização da ciência;

¹⁹ A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO e IAMAMOTO, 2014, p.77). A categoria questão social será explicada com maior profundidade no próximo item que traz especificamente sobre as expressões da questão social nos projetos de extensão.

formação de mão de obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e capacitação de gestores públicos.

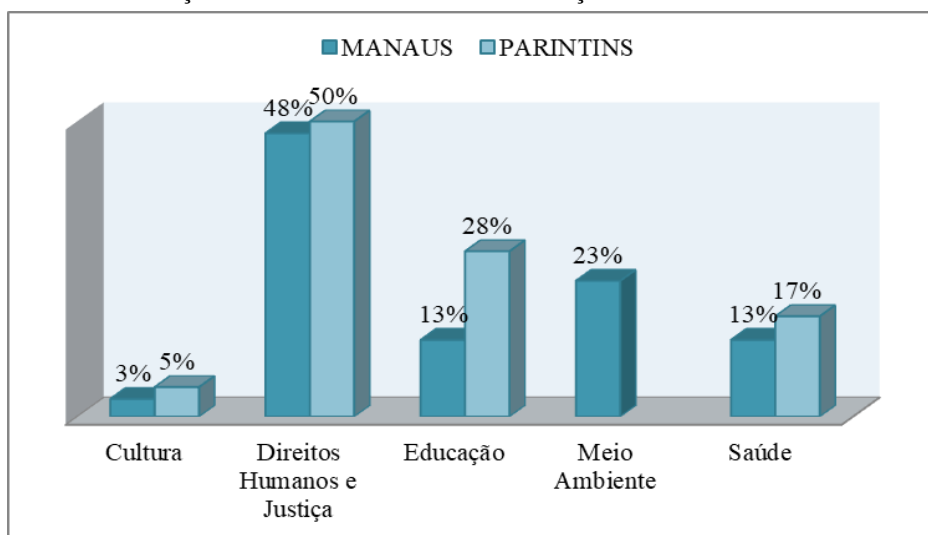
O envolvimento com diversas temáticas torna-se ainda mais importante para a formação, pois o aprendizado se constrói e reconstrói em múltiplas realidades e contextos diferentes, como afirma Tavares e Freitas (2016).

Assim, a extensão pode ser também uma jornada que leva os alunos a se aproximarem de âmbitos diversos, outros conhecimentos, corroborando com a visão de profissional generalista ao poder relacionar aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos em áreas distintas.

Portanto, é interessante trazer à tona as temáticas desenvolvidas pelos projetos a fim de compreender quais as áreas mais e menos discutidas aos discentes têm acesso devido às ações extensionistas.

A UFAM sintetizava em seus modelos para formulação dos relatórios finais dos projetos a seguinte classificação como áreas temáticas: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, saúde, tecnologia e produção, meio ambiente e trabalho. Com base nessa classificação, identificamos as principais nos relatórios analisados.

Gráfico 10 – Temáticas das ações de extensão nos cursos de Serviço Social da UFAM.



Fonte: Pesquisa documental, 2018.

Em Manaus e Parintins, a temática Direitos Humanos e Justiça representa praticamente metade das ações de extensão, o que nos leva a concluir que esse é um tema de interesse tanto para os professores quanto para os alunos, já que muitos relataram que as demandas identificadas pelos próprios discentes dão origem aos projetos.

Os projetos relacionados a esse tema envolvem discussões como, por exemplo, direitos sociais, família, orientação e assistência jurídica, previdência, direito da mulher e da criança e adolescente, dentre outros que se circunscrevem nesse eixo.

O Serviço Social, historicamente, possui uma íntima relação com a área sociojurídica, inclusive, com relação à criança e ao adolescente. Conforme Borgianni (2004) *apud* CFESS (2014), o termo ‘sociojurídico’ é recente, posto que sua iniciativa surgiu com a necessidade da Editora Cortez de publicar uma edição da Revista *Serviço Social & Sociedade* nº 67, de 2001, com artigos que versassem sobre a inserção profissional no Poder Judiciário e no sistema penitenciário.

A atuação do Serviço Social nesses campos de trabalho já se fazia presente, mediante a perspectiva de viabilização de direitos humanos, direitos reclamáveis e acesso a direitos via Judiciário e Penitenciário. Então, segundo a própria autora, buscava-se uma referência que era necessária em relação a esses espaços a fim de orientar a intervenção profissional.

Apesar dessa recente denominação, sabemos que este foi um dos primeiros campos de trabalho do assistente social. Nisto, vemos que até hoje se circunscreve como um espaço muito importante de intervenção profissional, da mesma forma, este é trabalhado no processo de formação do assistente social.

Vale ressaltar que os temas definidos são de acordo com a PNEX (FORPROEX, 2012) que dispõe sobre a classificação de temas a serem desenvolvidos na extensão. Além disso, a partir de 2014, a UFAM não punha mais em seu modelo de relatório final de extensão a opção em que o docente define a temática do seu projeto, o que demandou que fizéssemos a categorização dessas temáticas visto que isso não estava indicado nos relatórios.

A falta da temática meio ambiente em Parintins não significa o não envolvimento com as comunidades ribeirinhas do município, sendo que houve ações nesses lugares, porém se referiam a subtemas como previdência e assistência social, por exemplo.

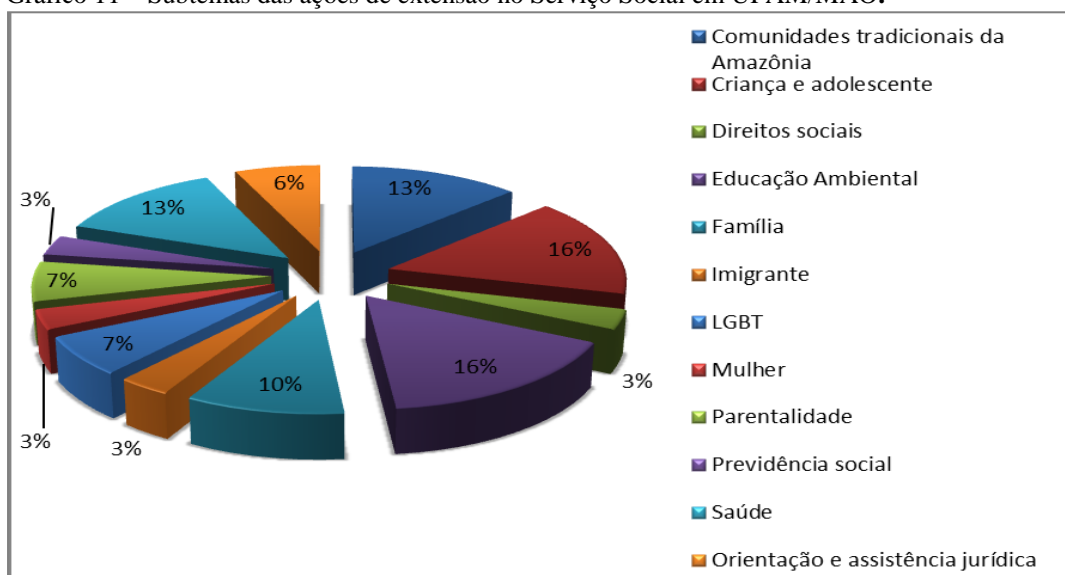
É inevitável em uma região rica em diversas etnias e comunidades tradicionais não levar em consideração os aspectos socioambientais, dimensão que o próprio município demanda. Segundo, Santos et al (2009), a implantação de grandes projetos com objetivos claros de atender aos grupos capitalistas na Amazônia trouxe inúmeras consequências, principalmente no que diz respeito ao alargamento das expressões da questão social.

Vale ressaltar que tais projetos econômicos não incluem, em sua maioria, ações de assistência social às populações que vivem em seu entorno, o que contribui para o problema da miséria e da pobreza, ironicamente, numa das regiões mais ricas do planeta.

Por isso, ao se debruçar sobre uma das múltiplas expressões da questão social, o aluno tem a oportunidade de conhecer a região em que vive para que possa favorecer no momento de sua atuação profissional o planejamento de políticas que correspondam à realidade local.

Sabemos que a extensão não possui um alcance tão amplo de modo a conhecer a Amazônia, porém, ela pode ser considerada como primeiro passo para despertar o interesse em determinadas temáticas e como intervir sobre elas. Para entender o que cada tema representa, julgamos necessário trazê-los de maneira mais específica.

Gráfico 11 – Subtemas das ações de extensão no Serviço Social em UFAM/MAO.



Fonte: Pesquisa documental, 2018.

Nesse gráfico podemos perceber áreas de atuação muito importantes para o Assistente Social dentre eles os que mais se destacam são criança e adolescente, educação ambiental, comunidades tradicionais da Amazônia e a discussão sobre Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT), fazem parte do contexto estudado e têm requerido uma intervenção sobre eles de maneira significativa.

Educação ambiental e comunidades tradicionais, por exemplo, são essenciais no âmbito da Amazônia, pois a mesma possui essa necessidade em conhecer a natureza e formas de preservá-la por ser uma região rica em recursos naturais. Além disso, conta com comunidades espalhadas ao longo dos rios que tem como uma de suas maiores dificuldades o acesso aos serviços sociais, sendo a extensão um meio de ter o conhecimento dessas informações, e ainda o compartilhamento de experiências.

Outro ponto relevante é a discussão sobre a população LGBT que tem ocupado espaço nas universidades, escolas e mídias sociais. Com a intenção de esclarecer dúvidas, diminuir o

preconceito e orientar a população, âmbitos como a extensão que possibilitem tais reflexões são importantíssimos na atualidade.

Desde 2015 ao analisar sobre a extensão na UFAM, verificamos que a temática criança e adolescente já estava presente e ainda hoje continua sendo demanda na realização de projetos.

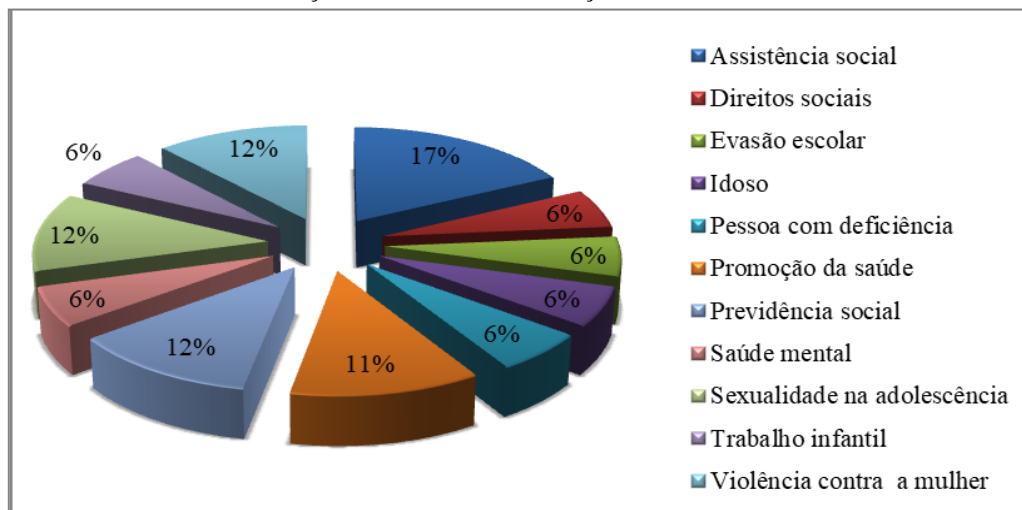
É interessante citar o subtema imigrante dentre os demais, apesar de representar apenas 3% até o ano de 2017, é de suma importância sua inclusão nas discussões dentro do curso de Serviço Social tendo em vista que a região Norte tem recebido, desde então, um número crescente de imigrantes em um curto período de tempo que advêm, principalmente, da Venezuela e seguem rumo a Manaus após passar pelo estado de Roraima.

Esse fluxo migratório despertou nos órgãos públicos a urgência na construção de políticas que atendam esse público específico e o assistente social nesse processo tem participação fundamental. Assim, contamos com uma diversidade de temáticas importantes para a universidade, a comunidade e a formação dos alunos. Entretanto, sentimos falta de outros subtemas como a assistência social e a educação escolar.

Interessante que, além dos projetos de extensão, podemos encontrar a discussão das temáticas destacadas por meio de disciplinas optativas oferecidas pelo curso, como Serviço Social na área da Criança e do Adolescente e outra disciplina na área da família, além de Questões Agrárias e Meio Ambiente na Amazônia. Vale salientar que como disciplinas optativas nem todos os alunos têm acesso no momento da sua oferta, portanto, além dessas disciplinas, a extensão se torna um meio para conhecer essas temáticas.

Em seguida temos os mesmos dados em relação ao *campus* de Parintins.

Gráfico 12 – Subtemas das ações de extensão no Serviço Social em UFAM/PIN.



Fonte: Pesquisa documental, 2018.

Aqui nos deparamos com subtemas diferentes em relação à Manaus, mas há igualmente uma diversidade de áreas em que as ações de extensão se dedicam. No caso do município de Parintins, tais demandas estão presentes nas escolas, onde é necessária a sensibilização de profissionais da educação e estudantes quanto ao trato com pessoas com deficiência, alunos da rede regular de ensino. Além disso, devido a casos de gravidez na adolescência, prostituição e vida sexual ativa precoce, a educação sexual também é uma demanda a ser trabalhada neste espaço.

A cidade possui um Centro de Atenção Psicossocial que promove a saúde mental e constantemente realiza atividades com apoio externo, inclusive, da universidade por meio da extensão, além de contar com profissionais da área de Serviço Social.

Zenaide (2013) reitera que o diálogo com diferentes sujeitos e necessidades exige a aproximação com diversos campos do conhecimento, fazendo com que da extensão universitária possam emergir novas configurações e possibilidades práticas de construção e aplicação de conhecimentos socialmente necessários.

Sobre isso, foram estabelecidas Diretrizes da Extensão na educação superior por meio da resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, dentre elas vemos a presença marcante da interação dialógica com a comunidade e produção e construção do conhecimento, como descrito a seguir.

Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior: I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social; II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular; III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior: I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável; II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade; III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação; VII - a atuação na produção e na construção

de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira (BRASIL, 2018, p. 2).

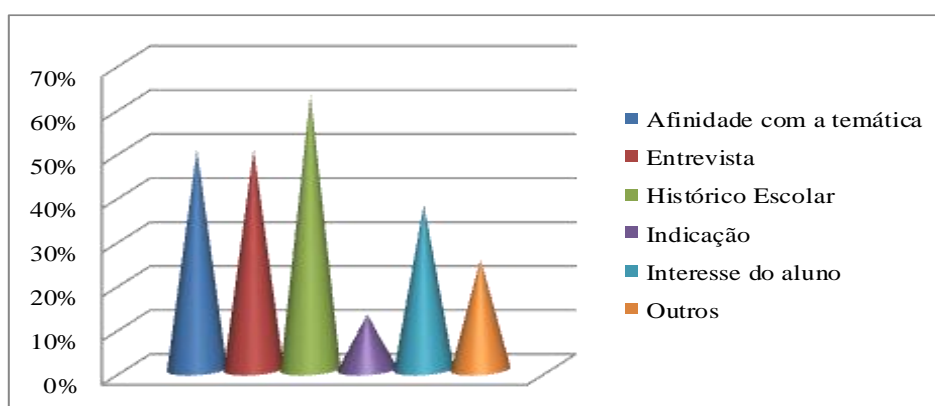
Ao refletirmos sobre essas diretrizes, o que se faz fundamental na sua operacionalização diz respeito às estratégias utilizadas para lidar com o público. Assim como são diversas as temáticas apresentadas, as estratégias devem estar coerentes ao contexto em que será realizada cada ação.

Segundo Bedim (2006), é importante que a extensão tenha a perspectiva de uma proposta diligente e participativa que possibilite o desenvolvimento de estudos, experimentações e ações coletivas sobre problemas sociais de maior relevância. Dessa forma, é possível oferecer respostas coerentes à população.

É necessário que a formação profissional oportunize a convivência com a comunidade e a intervenção, podendo o aluno se deparar nesse processo com o desenvolvimento de estratégias, metodologias e meios de abordagens que, somado ao conhecimento teórico-crítico, trazem um diferencial para a qualificação do discente como futuro assistente social.

Portanto, outra discussão necessária para que possamos apreender a formação profissional na extensão é conhecer acerca das principais metodologias utilizadas para a realização dos projetos. Nesse sentido, identificamos os meios utilizados para compor o quadro de alunos extensionistas.

Gráfico 13 – Estratégias utilizadas para selecionar alunos nos projetos de extensão do curso de Serviço Social na UFAM/PIN.



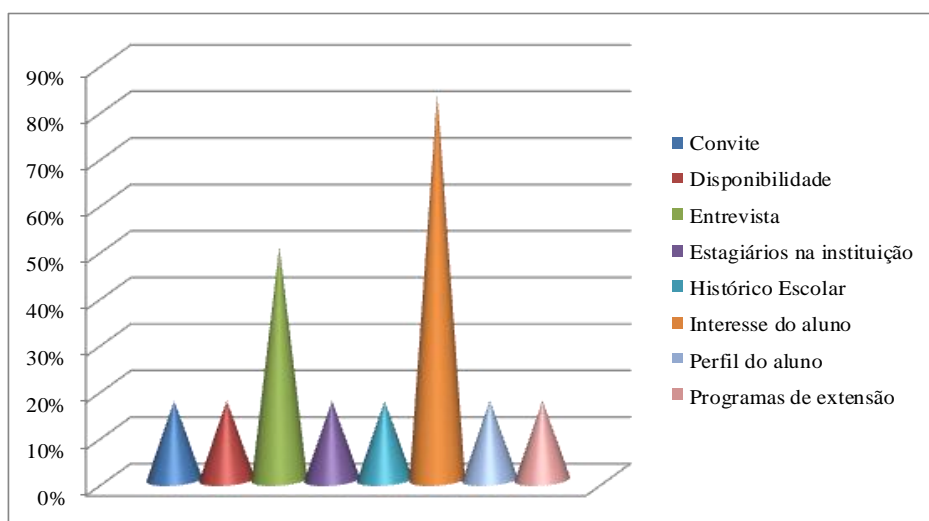
Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Podemos perceber que, em sua maioria, o histórico escolar é o recurso utilizado para selecionar os alunos extensionistas pelos professores na UFAM em Parintins, ou seja, por meio da média final de cada aluno, a partir desse dado é possível perceber o esforço e dedicação do mesmo. Contudo, a maioria dos professores entrevistados relataram utilizar, no

mínimo, dois meios de seleção dos acadêmicos. Portanto, temos no gráfico destaque para a entrevista e o interesse do aluno que também contam no momento da seleção.

Vale ressaltar que a extensão pode ser revertida como disciplina optativa ou obtenção de carga horária e atividades complementares, por isso é importante saber se esse aluno terá o comprometimento necessário para as ações sem se deter unicamente em seus benefícios.

Gráfico 14 – Estratégias utilizadas para selecionar alunos nos projetos de extensão do curso de Serviço Social na UFAM/MAO.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

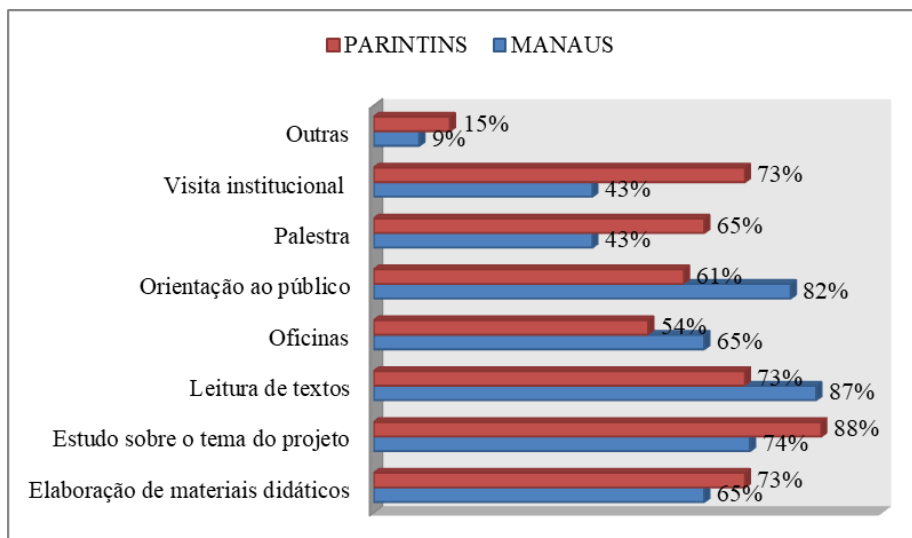
Em Manaus, o que prevalece é o interesse do aluno e a seleção por meio da entrevista, além das atividades em comum com o campus de Parintins, também temos a disponibilidade do aluno, o convite realizado pelo professor, se os alunos são estagiários na instituição a serem realizadas as ações de modo que facilite a interação com a instituição, o perfil do aluno e quando o mesmo já se encontra ativo em determinado programa de extensão.

Geralmente os alunos tem grande interesse em atividades de extensão, principalmente aqueles que estão nos períodos iniciais, como novos alunos buscam se envolver com atividades na universidade, além de estarem ansiosos para ter contato com a realidade.

Nesse sentido, é importante que a seleção de alunos seja realizada a fim de garantir que o processo de aprendizagem por meio da extensão seja aproveitado pelo aluno e que haja seriedade e compreensão na importância das intervenções com o público-alvo.

Mesmo assim, ao analisar as atividades desenvolvidas pelos alunos durante as ações, é possível notar uma diferenciação na participação dos alunos, conforme veremos em seguida.

Gráfico 15 – Atividades desenvolvidas pelos alunos nas ações extensionistas dos cursos de Serviço Social da UFAM.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Em Parintins, dos alunos entrevistados, 71% dos alunos julgaram sua participação como ótima nos projetos de extensão, enquanto que 29% julgaram como boa. Das respostas sobre as atividades desenvolvidas, a que foi citada com mais frequência pelos alunos foi o estudo sobre o tema do projeto que acaba sendo complementada pela leitura de textos referentes ao tema.

Em Manaus, as atividades realizadas pelos alunos durante a extensão se diferem da seguinte maneira. Quanto ao envolvimento nos projetos, 55% dos alunos julgaram sua participação como ótima e 45% como boa. Em sua maioria, por exemplo, os alunos fazem a leitura de textos, orientação ao público e estudos sobre o tema.

Ao explicitar sobre a metodologia dos projetos, os relatórios finais de extensão expressam, tanto em Manaus quanto em Parintins, a divisão de responsabilidades aos discentes, ficando cada grupo de alunos responsável pela construção de um determinado material pedagógico, apresentações, dentre outros.

Vale ressaltar que a realização dos projetos de extensão requer a utilização de técnicas alternativas como maneira de trabalhar com seu público alvo. Assim, segundo Antunes (2001) apud Rosa et al. (2004), é necessário que se tenha bastante ousadia, uma vez que tais técnicas devem ser antes de tudo absorvidas pelos ouvintes da proposta, eles devem se interessar pelo novo, por aquilo que ainda não está inteiramente descoberto. A partir daí, os recursos utilizados para as práticas educativas passam a funcionar como um mecanismo estimulador de criatividade. A metodologia e os recursos adotados também auxiliam no aprendizado, pois

direcionam a forma de operacionalização das ações e trazem elementos necessários para a reflexão.

Em relação às estratégias utilizadas para trabalhar com os alunos, os professores em Parintins e Manaus enumeraram as seguintes.

Tabela 6 – Estratégias utilizadas para trabalhar com os alunos durante as ações segundo os professores dos cursos de Serviço Social da UFAM.

ESTRATÉGIA	MANAUS	PARINTINS
Atendimento	16,6%	12,5%
Assessoria	-	12,5%
Avaliação das atividades	16,6%	25%
Capacitação e treinamento dos acadêmicos	16,6%	12,5%
Cursos	16,6%	25%
Dialogo com outras áreas	16,6%	-
Oficina	83%	75%
Grupo de estudo	33%	-
Metodologias ativas/dinâmicas	16,6%	-
Palestra	66,6%	62,5%
Planejamento	-	25%
Produção de materiais didáticos e dinâmicas (levando os alunos à reflexão)	16,6%	12,5%
Reunião	33%	37,5%
Roda de conversa	66,6%	37,5%
Discussão de Textos	33%	25%

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Ao analisarmos as informações contidas no quadro acima, temos nas ações extensionistas do curso de Serviço Social em Parintins, a presença de oficinas, palestras, reuniões e rodas de conversa como as principais estratégias utilizadas pelos professores.

Tais estratégias pedagógicas são comuns entre os projetos e despertam no aluno a habilidade de falar em público, por exemplo. Isso é essencial na medida em que tais metodologias incentivam os alunos a se debruçarem sobre os assuntos a serem discutidos.

Nesse sentido, podemos perceber que houve a capacitação dos alunos para determinada ação, seja por meio da discussão de textos, grupo de estudo ou rodas de conversa, por exemplo, como citado por alguns professores. Não podemos saber certamente da qualidade de cada ação, porém todas envolvem o aprimoramento do aluno para o desenvolvimento das ações a que se propõe o projeto de que é participante.

Já em Manaus contamos com oficinas, rodas de conversa e palestras como principais estratégias, são metodologias comumente usadas mas é importante esclarecer que é necessário dar criticidade a tais estratégias de modo que não sejam esvaziadas de conteúdos e possam de fato serem usadas para contribuir com a formação.

O modo como os cursos vêm trabalhando não se diferencia tanto. A partir do panorama das estratégias desenvolvidas, podemos perceber um alinhamento em relação ao

direcionamento dos acadêmicos no espaço de formação profissional, o que é positivo, posto que, tanto em Manaus como em Parintins, há a oportunidade de conhecer metodologias de ação que fazem parte do cotidiano profissional.

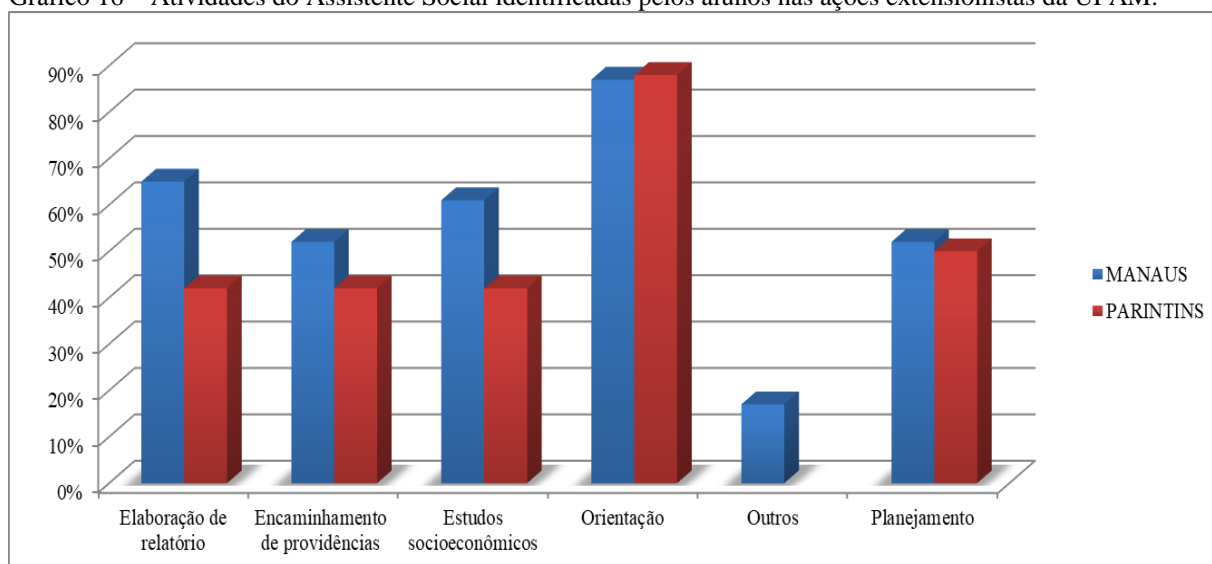
Outro destaque de extrema relevância no âmbito da extensão, é o conhecimento acerca das atividades para a atuação futura em Serviço Social. Vale ressaltar que, conforme Guerra et al. (2016), é preciso a construção de um perfil profissional que corresponda às demandas que se apresentam.

Desse modo, é de suma importância identificar se a extensão possibilita esse contato referente a atuação assistente social no processo de formação profissional. Em Parintins, 75% dos alunos afirmam terem percebido totalmente as atividades do assistente social, enquanto que 25% viram de maneira parcial.

Já no curso de Serviço Social da UFAM em Manaus, 73% dos alunos entrevistados afirmam que há totalmente a percepção das atividades do assistente social durante o desenvolvimento do projeto, 23% dos alunos concordaram parcialmente e 4% afirmaram que não existe tal relação.

Tais atividades elencadas pelos alunos foram categorizadas no seguinte gráfico.

Gráfico 16 – Atividades do Assistente Social identificadas pelos alunos nas ações extensionistas da UFAM.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Sobre as atividades que o aluno teve contato por meio da extensão, a orientação e o planejamento possuem lugar de destaque na percepção dos alunos tanto em Manaus quanto em Parintins. Tais dados reafirmam a importância da extensão para o amadurecimento intelectual

e técnico dos acadêmicos que têm a oportunidade de qualificar aspectos essenciais de sua vida profissional como futuros assistentes sociais.

Outras atividades destacadas nos municípios foram a orientação, a elaboração de relatórios e os estudos socioeconômicos. Todas são primordiais no cotidiano do assistente social. Por isso é um aspecto de grande relevância para a formação profissional, onde a extensão tem a possibilidade de ser um espaço para aprendizagem do Serviço Social em seus aspectos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativo.

3.2 As expressões da questão social nas ações extensionistas

A Formação em Serviço Social, orientada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, tem na questão social uma centralidade, posto que a profissão reconhece em seus documentos oficiais a questão social como a matéria prima sobre a qual o assistente social desenvolve suas ações. Portanto, não poderíamos deixar de analisar a sua relação com a extensão universitária sob a ótica dos cursos de Serviço Social.

Netto (2001) nos aponta que a denominação questão social surgiu para dar conta da pobreza extrema que se generalizava com os impactos da primeira onda industrializante, com início na Inglaterra, no século XVIII, denominado de pauperismo. Esse fenômeno na vida dos trabalhadores diz respeito ao estágio industrial-concorrencial do capitalismo, ou seja, caracterizado pela substituição de produtos manufaturados para os industrializados, mediante o desenvolvimento do sistema fabril de produção e da explosão demográfica nos grandes centros urbanos. “A pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42). Tal afirmação se estende para os dias atuais.

Segundo Iamamoto (2001), historicamente, a questão social tem a ver com o ingresso das classes operárias no cenário político mediante as lutas sociais pelos seus direitos, ao exigir respostas para as inúmeras problemáticas existentes, faz com que essas expressões extrapolem para a esfera pública.

Desse modo, ao pensarmos sobre a forma de enfrentamento dessas expressões, o modelo de Estado²⁰ que temos, conforme caracteriza a autora (IAMAMOTO, 2001, p. 37), se trata de

²⁰ Ao realizar uma análise sobre Estado para Marx, Coutinho (2011) afirma que este tem sua gênese nas relações sociais não podendo ser compreendido como uma entidade em si, na verdade, é um organismo que assegura e reproduz a divisão da sociedade em classes, sendo para Marx um Estado de classe.

[...] um estado que reduz suas intervenções no campo social e que apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e seletivos caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais. Cresce o Terceiro Setor. Aparece com força a defesa de alternativas privatistas para a questão social, envolvendo a família, as organizações sociais e a comunidade. [...] São propostas fundadas numa visão de política social apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade.

É justamente nesse espaço de contradição e relação de forças que o profissional de Serviço Social atua. Iamamoto (2001) nos remete ao lugar da questão social na arena de disputas entre projetos societários²¹, incluindo distintos interesses, concepções e propostas para conduzir políticas econômicas e sociais. Vale ressaltar que, no que se refere ao conceito estudado, não existem questões sociais, sendo a questão social fruto das contradições no sistema capitalista e dela se desdobram manifestações como consequências desse processo.

O Serviço Social, como profissão que surge a partir da necessidade de respostas a essas manifestações, possui um desafio tamanho em atuar em espaços ocupacionais dos mais diversos campos, que são arena de conflitos ideológicos e políticos. Ainda assim, é necessário que se busque estratégias para que as políticas sociais se tornem de fato campos de generalização de direitos. A reprodução ampliada da questão social é a reprodução das contradições. Nesse sentido, não há ganhos sem resistências e lutas. Por isso, Yazbek (2001) instiga os assistentes sociais a saírem de seu lugar de lentidão para construir e reinventar mediações capazes de articular a vida social da classe proletária ao acesso aos direitos e à cidadania.

A formação profissional é um processo indispensável para despertar nos futuros assistentes sociais o compromisso ideopolítico com as classes trabalhadoras na garantia de seus direitos. É fundamental que constantemente reflitamos sobre o processo de formação a fim de relacionar com os acontecimentos atuais e as necessidades apresentadas, buscando estratégias de intervenção em novas formas de manifestação da questão social.

Ao voltarmos o debate para a pesquisa em discussão, temos nos cursos de Serviço Social disciplinas que exploram essa temática. Primeiramente, a própria orientação da ABEPSS é de que nos núcleos de fundamentação sejam trabalhadas questões da vida social, trabalho, formação sócio-histórica do Brasil, Serviço Social, ou seja, estão relacionados e contribuem para a compreensão sobre questão social.

²¹ São projetos coletivos aqueles que possuem como característica principal propostas para o conjunto da sociedade, possuindo um alcance significativo como projetos de classe (NETTO, 1999).

O currículo requer fundamentações teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas que dão ao futuro assistente social as condições necessárias para uma atuação crítica e propositiva que, para além das obrigações burocráticas que são importantes, constitui-se com um compromisso da categoria profissional na busca pelo enfrentamento das expressões da questão social e suas mazelas.

Desse modo, a extensão universitária tem em sua natureza justamente a aproximação entre universidade e sociedade. Ao verificarmos a contribuição dessa atividade aos estudantes de Serviço Social, podemos dizer que pode oferecer uma troca de experiências e conhecimento científico e tradicional, também é responsável pelo contato desse aluno com a realidade social, com situações cotidianas expressas pela comunidade, público-alvo da intervenção. Por esse viés, acreditamos que seja possível a apreensão das expressões da questão social no momento em que o aluno passa a entender essas problemáticas a partir de um olhar com base em referências teóricas e políticas que fazem a diferença para a percepção da realidade em seu contexto macro e micro, ao perceber as especificidades apresentadas nos municípios.

Desse modo, é importante compreender o que esses alunos entendem sobre questão social e se apreendem sua relação com as situações que se apresentam a eles no campo da extensão. Não apenas isso, compreender como os professores articulam isso com as ações extensionistas, se articulam, e analisar se os relatórios finais de extensão carregam essa dimensão ao compartilhar os resultados das intervenções. Sobre a aproximação com essas expressões, trouxemos aquelas citadas pelos professores.

Tabela 7 – Expressões da questão social nos projetos de extensão segundo os docentes dos cursos de Serviço Social da UFAM.

EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL	MANAUS	PARINTINS
Conflitos familiares	16,6%	62,5%
Desagregação dos povos tradicionais	16,6%	-
Desemprego	33,3%	25%
Desigualdade social	-	25%
Discriminação de gênero	-	12,5%
Drogadição	-	12,5%
Evasão escolar	-	25%
Exclusão social	-	12,5%
Êxodo rural	16,6%	-
Falta de acesso a bens e serviços	16,6%	37,50%
Falta de acesso aos direitos sociais	50%	62,5%
Gravidez precoce	-	25%
Pobreza	-	62,5%
Poluição	-	25%
Prostituição	16,6%	-
Violência e Exploração sexual	66,6%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A violência e a exploração sexual são as expressões da questão social que mais se destacaram nos projetos. Vale ressaltar que, conforme o relato dos professores, muitas vezes a ação se voltava a outra temática, contudo surgiam demandas do próprio público como essa, por exemplo.

A falta de acesso aos direitos sociais é a outra manifestação da questão social referida pelos professores, principalmente quando se tratam de pessoas que moram em zonas rurais e demoram horas ou até mesmo um dia inteiro para ter acesso a um posto de saúde ou uma escola. Os docentes evidenciam a importância de conhecer essa realidade para buscar intervenções que respondam a essas necessidades e, assim, empoderar essas comunidades sobre seus direitos, formas de organização, movimentos sociais, dentre outros.

Destarte, segundo Iamamoto (2001), a questão social se refere à amplitude das desigualdades sociais e é fruto de um sistema capitalista que gera tais desigualdades. Suas expressões se encontram no bojo do fazer profissional e, conseqüentemente, em sua formação.

O que vem explícito pela ABEPSS (1996), por meio das diretrizes curriculares, é que a questão social é central ao Serviço Social, tendo em vista sua relação interventiva no âmbito de suas expressões, sendo o processo de trabalho da profissão mediatizada pelas configurações históricas e conjunturais da questão social, além de se identificar como profissão que tem como fundamento básico de sua existência a questão social.

Em Manaus, 67% dos alunos concordaram totalmente que sua experiência com a extensão permitiu o contato com as expressões da questão social, já 33% concordaram parcialmente. Enquanto que em Parintins 63% dos alunos concordaram totalmente e 37% parcialmente. Ao afirmarem isso, trouxeram quais foram as manifestações da questão social que tiveram contato.

Tabela 8 – Identificação das expressões da questão social na extensão universitária segundo os discentes da UFAM.

MANIFESTAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL	ALUNOS DE MANAUS	ALUNOS DE PARINTINS
Abandono	48%	38,4%
Alimentação inadequada	22%	15,4%
Desemprego	56,5%	42,3%
Pobreza	69,5%	57%
Poluição	26%	4%
Quebra de vínculos familiares	74%	42,3%
Vícios	22%	19%
Outros	26%	23%

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A maioria dos alunos dos dois *campi* entrevistados ressaltaram a pobreza como principal manifestação da questão social e também a quebra de vínculos familiares obteve destaque. Tal observação dos alunos faz sentido na medida em que percebemos que, de fato, de acordo com dados do IBGE, há índices de pobreza registrados nessas localidades.

Por exemplo, se pegarmos os censos do IBGE de 2016, vamos identificar que o salário médio mensal em Parintins era de 1,6 salários mínimos e em Manaus era de 3,0 e que a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de Manaus era de 24,1% comparada a 4,3% em Parintins.

O que pode nos indicar a presença de desemprego e fatores advindos dessa condição como o trabalho informal e precarizado, situação econômica instável, falta de acesso às necessidades básicas, meios ilícitos para ganhar dinheiro e outras consequências que podem ser geradas e têm sido cada vez mais constatadas frente ao contexto de precarização do trabalho.

Para melhor visualizar o contexto atual desses municípios, é válido apresentar também dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano que, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mede o progresso em longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde

Em relação ao Amazonas, segundo IBGE (2010), essa medida se expressa da seguinte forma.

Figura 4 – Índice de desenvolvimento de Manaus e Parintins em relação ao Estado do Amazonas.



Fonte: IBGE, 2010.

Vale ressaltar que, comparando com os municípios brasileiros, essa colocação diminui para 867º e 2953º, de Manaus e Parintins, respectivamente. Ao aproximar o olhar sobre a realidade, os alunos demonstram que, somado ao arcabouço teórico que se constrói ao longo

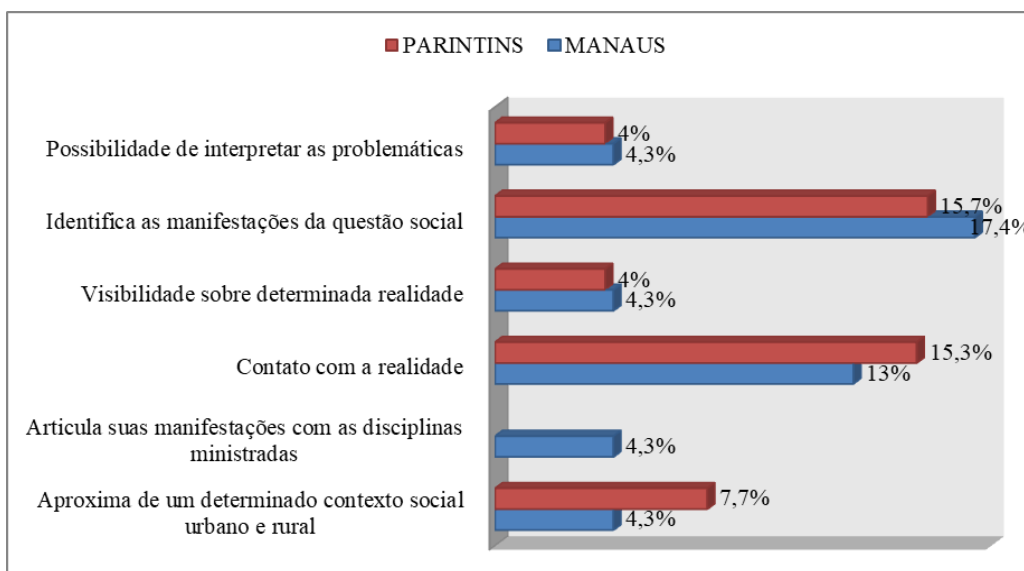
da formação, a extensão proporciona essa maturidade no sentido de desenvolver um olhar minucioso sobre a realidade.

Para entender melhor a conjuntura vivenciada no estado, vale ressaltar que, segundo Lacerda e Veronese (2017), a ocupação na região se deteve em dois principais objetivos: Integração econômica e ocupação territorial. O cumprimento desses objetivos geralmente não levou em consideração a manutenção e qualidade de vida da população nativa; essa dominação trouxe inúmeras consequências para a Amazônia, que até os dias atuais ainda sofre pela dominação dos países chamados desenvolvidos.

Portanto, o Assistente Social no Amazonas possui grandes desafios frente às expressões da questão social, se levamos em consideração que existem comunidades tradicionais muito distantes dos municípios e que possuem modos de vida diferentes e, por vezes, são de difícil alcance. Assim, é essencial conhecer essa realidade por meio dessa aproximação mediante ensino, pesquisa e extensão.

Como vimos, alunos e professores puderam identificar expressões da questão social nas atividades de extensão, revelando que é possível a relação entre ambas. É importante também entender como isso ocorreu durante o envolvimento com as ações, o que vem demonstrar o próximo gráfico.

Gráfico 17 – Modo que a extensão aproxima o discente das expressões da questão social segundo os docentes dos cursos de Serviço Social da UFAM.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A partir das respostas dos docentes em Manaus, a maneira como a extensão possibilita a relação com as expressões da questão social é a capacidade do aluno para identificar essas

manifestações a partir de um contexto social que traz consigo vários aspectos da vida social, onde é possível fazer uma análise, visualizar essas expressões, interpretar as problemáticas, articular essa realidade com as disciplinas ministradas e outros. Portanto, é imprescindível conhecer o espaço da extensão universitária a partir do olhar dos entrevistados. Essa possibilidade de aproximação com as expressões da questão social contribui significativamente para o exercício profissional futuro.

Segundo Piana (2009), a atuação profissional envolve a competência para propor, desenvolver e apresentar seus projetos, defender o campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais que extrapolem ações rotineiras e decifrem realidades, resultando em ações concretas aos usuários dos serviços sociais.

Suas ações vão desde a comunicação direta com a população até o nível do planejamento, portanto, saber reconhecer e detectar tais aspectos relacionados às manifestações da questão social é essencial para lidar com situações do cotidiano profissional.

A relação da extensão com as expressões da questão social pode promover um aprimoramento profissional bastante amplo que permite, como tantos outros pontos destacados pelos entrevistados, um olhar crítico propositivo sobre as formas de manifestação da questão social a partir das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão.

Além disso, esse contato desperta nos alunos o interesse em campos de atuação futura, inclusive, para desenvolver o estágio obrigatório. Nesse sentido, ao questionarmos na UFAM em Manaus, 86% dos alunos entrevistados manifestaram interesse em atuar em alguma área que tiveram contato por meio da extensão, enquanto que 14% não tiveram interesse, o que demonstra que, majoritariamente, a extensão tem despertado nos alunos uma aproximação com sua atuação profissional como futuro assistente social.

Em relação ao *campus* no município de Parintins, dos alunos entrevistados do curso de Serviço Social, 40% afirmaram terem despertado o interesse sobre alguma área que tiveram contato na extensão e 60% disseram que não tiveram interesse em atuar em nenhum campo específico relacionado aos projetos de extensão que desenvolveram.

Apesar desse número dividido, ao questionar sobre a oportunidade de aprendizado em assunto que não teve acesso por meio do ensino, os alunos apontaram o conhecimento de novos temas, portanto, apesar de não demonstrarem interesse em atuar em determinados campos, sabemos que houve a compreensão sobre os mesmos. É importante trazer quais as áreas de interesse identificadas pelos alunos em Manaus e Parintins.

Tabela 9 – Áreas de interesse de atuação dos discentes da UFAM a partir do contato com as expressões da questão social na extensão.

ÁREA DE INTERESSE	MANAUS	PARINTINS
Abandono	-	12,5%
Criança e adolescente	10,5%	12,5%
Desigualdade	-	25%
Docência	-	12,5%
Família	15,7%	25%
Idoso	15,8%	-
Saúde	10,5%	25%
Socioambiental	21%	-
Sociojurídico	26,3%	12,5%
Violência	5,2%	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Após o envolvimento em atividades de extensão, os alunos citaram diversas áreas com as quais tiveram contato e gostariam de atuar posteriormente. Podemos verificar uma diversidade de interesse por parte dos alunos na medida em que os números não se diferenciam muito entre si.

Dentre elas, em Manaus houve destaque para o sociojurídico. Vale ressaltar que um dos Programas de Extensão diz respeito a um Polo de Conciliação e Resolução de Conflitos de Família e que também se configura como campo de estágio para os alunos, pois possui parceria com o Tribunal de justiça do Amazonas e dispõe de assistentes sociais, psicólogos e Juiz. No próprio campo também são desenvolvidos PACE.

No campus de Parintins também identificamos diferentes áreas, contudo, vale salientar três áreas de interesse que obtiveram a mesma porcentagem de 25% cada. São elas: Desigualdade, família e saúde. A primeira delas na verdade está presente em todos os âmbitos de atuação profissional, posto que advém de relações desiguais de classes, acesso aos serviços sociais limitados, distribuição desigual da riqueza social e outros que permeiam o cotidiano de intervenção do assistente social. Família também perpassa todas as esferas de atuação do profissional e é um tema essencial para o reconhecimento dos tipos de famílias existentes. Em seguida, a saúde, na verdade, obteve destaque ao longo das reflexões sobre a extensão em Parintins e, como parte da seguridade social, demonstrou ser uma área que vem sendo de interesse por parte dos discentes e professores.

Podemos ver que não há uma homogeneidade em relação aos interesses dos alunos, o que é positivo tendo em vista que por meio das ações extensionistas é possível inferir que ao se envolver em temáticas diversificadas o aluno visualiza espaços de atuação, as especificidades de uma realidade, além de auxiliar na escolha futura do campo de estágio e, inclusive, temas no trabalho de conclusão de curso.

Por fim, é frente às expressões da questão social que o Serviço Social atua, sendo necessária sua apreensão no processo de formação profissional, portanto, é indispensável que o ensino traga o conhecimento sobre isso, bem como a pesquisa ao incentivar que o curso possa extrapolar seu alcance a partir de estudos que provoquem o amadurecimento de ideias e o interesse dos acadêmicos e professores.

Sendo a extensão um elo que permite a visualização de novos objetos de pesquisa, oferece um espaço que pode relacionar teoria e prática, apreender sobre categorias imprescindíveis para uma análise completa da realidade e contato com as demandas e comunidades, reconhecendo suas particularidades. A partir de todo esse estudo, é importante refletir sobre o quanto a extensão tem ou não espaço para promover a formação profissional em Serviço Social e se tal promoção é realizada.

3.3 Políticas e demandas sociais nos projetos extensionistas

O Serviço Social é uma profissão que trabalha com a garantia de direitos por meio das políticas sociais, assim, é clara a importância de compreender o Serviço Social como parte indispensável para efetivação de direitos e políticas, mediante o que é orientado pelo projeto ético-político da profissão. Cabe ao Assistente Social, no processo de implementação dos programas e políticas sociais, contribuir para uma democratização de fato dos critérios de elegibilidade de inclusão, devendo mobilizar a sua capacidade ético-política e profissional a fim de caminhar em prol da justiça e equidade, como ilustram Paiva e Sales (2012).

Behring e Boschetti (2011) afirmam que as políticas sociais, bem como outros meios de proteção social, são desdobramentos, respostas e formas de enfrentamento às múltiplas expressões da questão social no capitalismo, que tem seu fundamento nas relações de exploração sobre o trabalho. Também podem ser consideradas, segundo Carvalho (2007, p. 75), como “um conjunto de diretrizes, orientações, critérios e ações que permitem a preservação e a elevação do bem estar social, procurando que os benefícios do desenvolvimento alcancem a todas as classes sociais com a maior equidade possível”.

A demanda social, que se encontra alinhada às políticas sociais, se refere a uma área em que a sociedade exige por uma intervenção mediante ações do governo. Nesse caso, temos, por exemplo, a educação como uma demanda social, dentre outros.

Montaño (2011) argumenta que toda profissão se legitima e se constitui a partir de respostas para as inúmeras necessidades que determinam um conjunto de demandas sociais. O autor contribui com duas ações que o Serviço Social deve buscar para ultrapassar uma prática

rotineira: captar novas demandas ou demandas emergentes, assim como novas determinações à prática profissional e se qualificar para dar respostas.

O assistente social, conforme o Código de Ética da Profissão, deve garantir os direitos civis, sociais e políticos dos indivíduos com vistas à ampliação e consolidação da cidadania, assim, é fundamental conhecer a importância dos direitos e políticas sociais para o exercício profissional do assistente social bem como aos usuários. O Art. 4º da Lei de Regulamentação estabelece competências do Assistente Social. Dentre elas, é válido ressaltar:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; (BRASIL, 1993, s/p).

Com isso, é clara a atuação do assistente social como socializador desses direitos à população. A relevância de se conhecer tais direitos decorre da necessidade de passar ao usuário segurança, informação e clareza acerca de determinada política como uma garantia legal. O Serviço Social se apresenta como uma peça essencial para o processo de institucionalização das políticas públicas, tanto para a afirmação da lógica da garantia dos direitos sociais, como para a consolidação do projeto ético-político da profissão (MIOTO E NOGUEIRA, 2013).

Destarte, ao falarmos sobre Extensão Universitária, nos referimos a um espaço que possui uma ação formativa, um local de encontros entre pesquisadores docentes e discentes, servidores, profissionais, gestores e de troca de saberes e experiência com a sociedade, além disso, se trata de um espaço com um diálogo que pode ser interdisciplinar, com diferentes configurações educativas e que envolve os múltiplos segmentos da sociedade civil (ZENAIDE, 2013).

Portanto, ao nos depararmos com as definições acima, inferimos que a extensão possui potencialidades para a discussão sobre políticas e demandas sociais tendo nesse processo de socialização de conhecimentos, um espaço importante para o contato com reflexões sobre esses temas o que é indispensável para formar futuros assistentes sociais.

Ao refletir sobre um dos objetivos da pesquisa de identificar políticas e demandas sociais na extensão, foi possível analisar os relatórios do curso de Serviço Social em Manaus

no período de 2012 a 2017, coordenados por professores graduados em Serviço Social, e definir alguns âmbitos da política social que perpassam os projetos desenvolvidos, como demonstram os seguintes dados.

Tabela 10 – Políticas sociais identificadas nos relatórios de extensão do curso de Serviço Social em UFAM/MAO.

POLÍTICA SOCIAL	PORCENTAGEM
Assistência ao imigrante	3%
Assistência estudantil	3%
Assistência Social	3%
Atendimento às vítimas de violência sexual	6,4%
Cidadania	6,4%
Conciliação e mediação	13%
Educação	6,4%
Educação ambiental	16%
Família	3%
Política eleitoral	6,4%
Políticas para as mulheres	3%
Políticas para o produtor rural	3%
Política socioambiental	16%
Previdência Social	3%
Saúde	16%

Fonte: Pesquisa documental, 2018.

Em conformidade com as principais temáticas, temos Saúde, Política socioambiental e educação ambiental, representando 16% cada. Reiteramos, portanto, a relevância de tais políticas para a região amazônica, sendo estas mais recorrentes nos relatórios de extensão, conseqüentemente, em sua intervenção, além de ser bastante comum entre os professores do curso.

Tal discussão nos remete à própria área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM, ao qual este trabalho é parte, e que abrange o Serviço Social, as Políticas Públicas, e a discussão sobre trabalho e sustentabilidade na Amazônia, visando a produção de conhecimento sobre a questão social na região. Ele está vinculado ao Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS) da UFAM.

As próprias especificidades da região chamam atenção para essa área que perpassa diversos segmentos de atuação sendo imprescindível seu conhecimento por parte dos profissionais. As políticas foram identificadas da forma com que apareciam nos relatórios, seja explícita ou implicitamente por meio dos direcionamentos dado às ações e nas informações sobre definição, objetivos e metodologia dos relatórios tabulados. Igualmente analisamos os relatórios de extensão coordenados pelos professores do curso de Serviço Social em Parintins.

Tabela 11 – Políticas sociais identificadas nos relatórios de extensão do curso de Serviço Social em UFAM/PIN.

POLÍTICA SOCIAL	PORCENTAGEM
Criança e adolescente	6%
Educação	11,7%
Idoso	11,7%
Pessoa com deficiência	17,6%
Previdência Social	6%
Proteção à mulher	11,7%
Saúde	6%
Seguridade Social	35%

Fonte: Pesquisa documental, 2018.

Os dados nos revelam que a seguridade social tem sido desenvolvida com maior frequência, sobre isso é importante lembrar que a pobreza foi um aspecto apontado pelos sujeitos e, conseqüentemente, exige a intervenção de políticas como, principalmente, aquelas relacionadas à seguridade.

Outro dado que chama atenção são as ações voltadas para a pessoa com deficiência, que se apresentou como uma necessidade nas escolas em Parintins, com o intuito de trazer mais autonomia a esses alunos e menos preconceito no âmbito escolar. Além disso, identificamos que há também uma diversidade de políticas identificadas que são indispensáveis para garantia do exercício dos direitos bem como para potencializar a formação em Serviço Social mediante seu conhecimento.

Para entender melhor como tais políticas são alvo de reflexão ao longo do projeto, e se são, identificamos que em Manaus 100% dos professores entrevistados afirmaram que incentivam a discussão de políticas sociais durante o projeto, principalmente aquelas relacionadas às ações, sendo os meios usados para incentivar essas discussões os seguintes:

Tabela 12 – Meios para o incentivo da discussão sobre políticas sociais com os alunos na extensão segundo os docentes do curso de Serviço Social da UFAM/MAO.

MEIOS DE INCENTIVO	PORCENTAGEM
Curso de formação com os alunos	17%
Leitura sobre o tema	17%
Trabalho com o objeto de ação que compõe a política	17%
Roda de conversa	17%
Palestra	17%
Oficina	17%
Estudo de caso	17%
Debates	17%
Estabelecimento de parcerias	17%
Apresentação da proposta	17%

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Ao tratarmos sobre o *campus* no interior, os professores apresentaram diversos meios de incentivar essa discussão, sendo os principais: leituras, debates, reflexões, inclusive com o estabelecimento de parcerias no sentido de conhecer o âmbito institucional onde serão feitas as ações e poder visualizar como determinada política funciona.

Vale ressaltar que a realização dos projetos de extensão requer a utilização de técnicas alternativas como maneira de trabalhar com seu público alvo. Dessa forma, segundo Antunes (2001) apud Rosa et al. (2004), é necessário que se tenha bastante ousadia, uma vez que tais técnicas devem ser antes de tudo absorvidas pelos ouvintes da proposta, eles devem se interessar pelo novo, por aquilo que ainda não está inteiramente descoberto. A partir daí, os recursos utilizados para as práticas educativas passam a funcionar como um mecanismo estimulador de criatividade.

Nesse sentido, os recursos utilizados bem como metodologias e estratégias acabam direcionando a forma de operacionalização das ações e estas é que possibilitam melhor abertura em trazer elementos para reflexão.

Em relação ao *campus* de Parintins, segundo as repostas dos docentes, a discussão sobre as políticas sociais é intrínseca ao andamento do projeto, desde o planejamento até a execução, como disposto no quadro.

Tabela 13 – Meios para o incentivo da discussão sobre Políticas Sociais com os alunos no curso de Serviço Social em UFAM/PIN segundo os docentes.

MEIOS DE INCENTIVO	PORCENTAGEM
Reuniões	12,5%
Debate de textos	37,5%
Estudos sobre a temática	12,5%
Roda de conversa	12,5%
Formação/nivelamento (alunos com períodos diferentes)	12,5%
Reflexão sobre as políticas para aplicação do projeto	12,5%
Mineira crítica	12,5%
Refletindo sobre limites, dificuldades e defesa das políticas	12,5%
Preparação de materiais	12,5%
Relaciona o projeto com as disciplinas	12,5%
Leitura das políticas	12,5%

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Os principais mecanismos para envolver o aluno nesse debate são a reflexão sobre textos acerca do tema específico do projeto, porém também foram citados outros mecanismos para discussão de políticas sociais as quais o professor desenvolve e, por vezes, ao mesmo tempo, o que nos demonstra uma preocupação em promover espaços de discussão com esses alunos.

Algo que chama atenção é quanto à preparação de materiais pedagógicos para as intervenções se configurarem como uma forma de contemplar as políticas na extensão. Isso se dá porque na medida em que o aluno desenvolve materiais como folders, slides, cartilhas, dinâmicas e outros, tem a necessidade de pesquisar e estudar sobre os assuntos, incluindo questões relacionadas ao tema.

É importante entender que extensão não está ligada apenas ao momento de intervenção, ela contempla a pesquisa, estudo, reflexão, metodologia, planejamento, ou seja, aprendizados essenciais para o aluno.

Além disso, verificamos também sobre a relação das políticas e demandas sociais com os projetos de extensão. Sobre isso, em Parintins, 80% dos professores entrevistados concordam totalmente que ela existe, enquanto que 20% concordam parcialmente. Suas justificativas foram expressas no próximo quadro.

Tabela 14 – Relação da extensão com as políticas e demandas sociais segundo os docentes do curso de Serviço Social na UFAM/PIN.

OPINIÃO DOS PROFESSORES	PORCENTAGEM
Depende de como o projeto é coordenado	12,5%
A extensão dá essa possibilidade	25%
Parecerias com instituições – Secretarias e programas sociais	25%
Contribui para a política	12,5%
Demandas sociais a partir das instituições	12,5%
Demandas sociais a partir de projetos de intervenção de estágio	12,5%
A política nos respalda	12,5%

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Em sua maioria, os professores percebem totalmente essa relação e afirmam que a extensão universitária traz essa possibilidade por meio da parceria com outras instituições – secretarias e programas sociais – por exemplo. Essa interlocução entre a universidade e as instituições é muito importante, pois promove maior qualidade às intervenções, podendo qualificar a atuação tanto do profissional que está em campo quanto dos docentes, promovendo uma análise ampla de determinada política e estratégias de atuação.

Em relação aqueles que concordam parcialmente, afirmaram que as demandas sociais são percebidas através das próprias instituições de serviços sociais locais ou por meio do estágio, partindo de um projeto de intervenção.

Argumentaram também que a política é responsável por respaldar o projeto na medida em que serve como um guia para as ações realizadas, contudo, atualmente se encontram fragilizadas e o espaço da extensão não é suficiente para responder às demandas de uma maneira geral.

Esse não seria de fato o papel da extensão mas é importante ressaltar que uma das diretrizes da extensão inclui gerar impacto e transformação social, o que não é algo simples, mas somado a esforços que extrapolam os limites da universidade, ao contarmos com o apoio das instituições sociais e de formação, é possível formar cidadãos que tenham conhecimento acerca do contexto em que vivem, seja ele social, econômico, histórico e outros.

Já em Manaus, 90% dos professores concordam totalmente com essa relação e 10% concordam parcialmente. Segue um quadro com a opinião dos professores sobre a extensão relacionada às políticas e demandas sociais.

Tabela 15 – Relação da extensão com as políticas e demandas sociais segundo os docentes do curso de Serviço Social na UFAM/MAO.

OPINIÃO DOS PROFESSORES	PORCENTAGEM
Articulação de lutas globais sobre direitos humanos e políticas sociais	17%
As intervenções têm as políticas como base	17%
Compartilhar informações sobre as políticas	17%
Conhecimento das instituições correspondentes	17%
Estabelecimento de parcerias	17%
Falta uma maior dimensão para essa relação e a apresentação das demandas pelas instituições	17%
O projeto é pautado a partir de políticas existentes	33%
O conhecimento gerado pode qualificar as políticas	17%
Possibilita acesso à informação sobre políticas e demandas sociais	17%

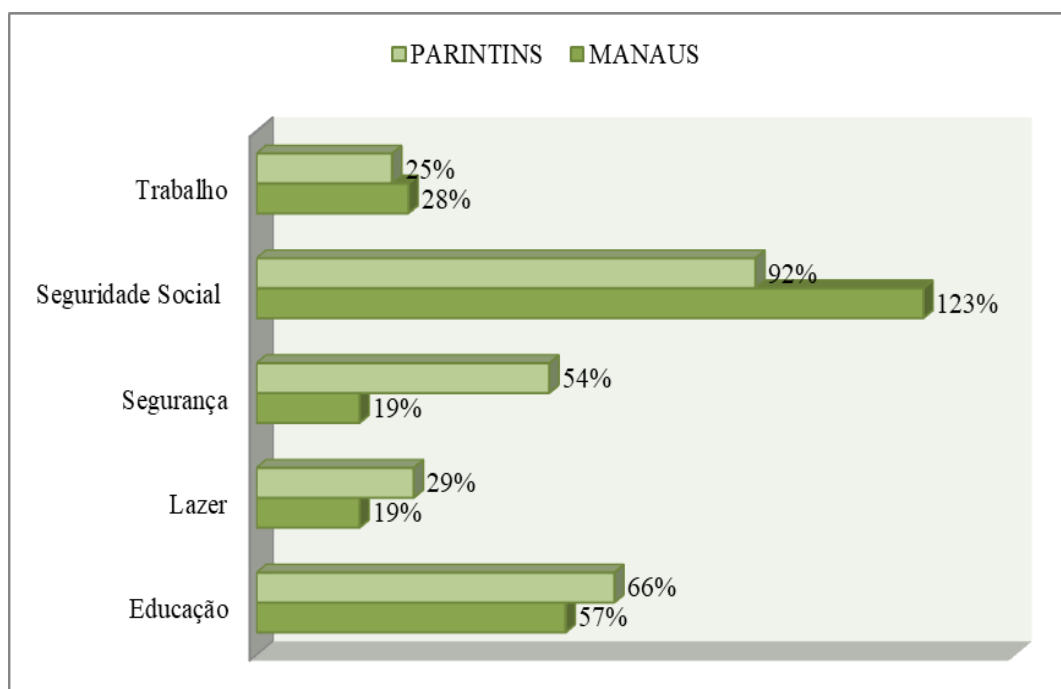
Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Uma novidade identificada nas falas dos docentes em Manaus é que a extensão relacionada às políticas e demandas sociais pode gerar conhecimentos importantes que qualifiquem determinada política quando pensamos que os estudos feitos sobre uma realidade, o planejamento e os resultados alcançados auxiliam na reflexão sobre a realidade em que ela atua.

É interessante perceber também que essa relação pode abranger não só aspectos particulares como também, a articulação lutas globais mediante o conhecimento sobre direitos e políticas sociais bem como a interlocução de ideias e saberes.

Além da apreensão dos professores, verificamos o posicionamento dos alunos frente a discussão sobre as políticas sociais nos projetos de extensão. Todos os alunos do curso em Parintins identificaram no projeto/programa de extensão que participou a discussão/envolvimento de alguma Política Social, sendo elas as seguintes:

Gráfico 18 – Políticas sociais identificadas pelos alunos entrevistados na extensão universitária em UFAM.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Em Parintins, segundo os discentes, as políticas mais trabalhadas foram Educação com 66%, Segurança com 54% e Seguridade Social com 92% das opiniões. O que vem ratificando os resultados apresentados ao longo do texto. Assim como em Parintins, em Manaus vamos ter a prevalência da Seguridade Social com 123%, Educação com 57%, O que nos faz perceber um direcionamento parecido quanto às políticas sociais desenvolvidas.

Tais dados nos revelam que, apesar de serem municípios diferentes, as políticas identificadas nos projetos não possuem tanta disparidade o que nos leva a concluir que ambos os cursos têm caminhado em uma direção que favoreça a formação e as respostas as necessidades.

Apesar de já termos mencionado a importância do debate das políticas, ao questionar sobre a discussão de políticas sociais no projeto/programa de extensão em que o aluno participou, 54% classificaram como ótima, 33% como boa e 13% como sendo a discussão regular. Enquanto que em Manaus 64% dos alunos entrevistados classificaram a discussão como ótima, 18% como boa, 14% como regular e ruim com 4%.

Dentre aqueles que consideram ótima ou boa, podemos inferir que essa foi uma experiência que favoreceu um aprendizado, que gerou uma relação com a rede socioassistencial e incentivou na busca de informações sobre o funcionamento dos serviços.

Quanto aqueles que apontam como regular, podemos perceber que ou não ficou claro essa relação ou realmente essa discussão foi pouco incentivada ou não houve.

Ainda assim, 100% dos entrevistados concordaram que é importante que as atividades de extensão contemplem as políticas sociais, e justificaram sua opinião como nas seguintes falas:

“Porque é a partir dos projetos que são identificados os problemas e com isso é possível criar políticas públicas para que esses problemas sejam minimizados” (Relato Discente PIN nº 24).

“Pois uma irá contribuir com a outra, aprimorando as políticas sociais para que todos tenham acesso às mesmas” (Relato Discente PIN nº 22).

A extensão também está ligada a uma função pedagógica de socializar informações para os usuários, almejando empoderá-los, então promover o conhecimento das políticas sociais considero fundamental (Relato Discente MAO nº21).

A profissão tem um contato muito grande no planejamento, criação e execução das políticas sociais, vivenciar isso na extensão é primordial (Relato Discente MAO nº20).

Como podemos ver, o conhecimento dos alunos sobre esse assunto leva a reflexão sobre novas formas de enfrentamento da questão social na medida em que o acesso a essas realidades pode auxiliar no seu aprimoramento, na aprendizagem sobre planejamento, metodologias e estratégias. Ao vivenciar essas experiências na extensão é unânime na fala dos alunos a relevância para sua formação.

A importância de usar o espaço da extensão para debater e conhecer políticas e demandas sociais está, como afirma Gonçalves e Damasceno (2016), na possibilidade de apropriação dos referenciais teóricos e metodológicos e capacidade técnico-operativa de atuação posto que somente assim poderão ser superados os inúmeros equívocos e desafios para compreender a profissão e contribuir para sua consolidação.

Com o intuito de responder aos objetivos da pesquisa, buscamos também identificar quais as principais demandas apresentadas aos projetos de extensão do curso de Serviço Social.

Vale ressaltar a necessidade de sua apreensão no processo de formação profissional visto que, de acordo com a ABEPSS (1996), a demanda social constitui o próprio processo de trabalho do assistente social, além de ser sua apreensão um dos princípios da formação a fim de desenvolver respostas profissionais que contribuam para o enfrentamento da questão social.

Tabela 16 – Demandas sociais apresentadas nos relatórios finais de extensão do curso de Serviço Social em UFAM/MAO.

DEMANDA	QUANT. (%)
Acesso à Justiça e informação sobre direitos	27%
Ações socioeducativas sobre família e direito de cidadania	6%
Conhecimento sobre direito da mulher, gênero, sexualidade e protagonismo social LGBT	6%
Conhecimento da saúde como direito e como serviço	3%
Conservação do meio ambiente	12%
Debate e reflexão com os jovens sobre a escolha profissional e política	9%
Evasão escolar	3%
Fortalecimento sociopolítico das associações de produtores rurais e proteção dos conhecimentos dos povos tradicionais	9%
Necessidade de fortalecer a formação profissional em Serviço Social	3%
Visibilidade á rede de atendimento às vítimas de violência sexual	12%

Fonte: Pesquisa de campo 2018.

Quanto às demandas identificadas nos relatórios finais, obteve destaque a demanda de acesso à Justiça e informação sobre direitos, o que reafirma os principais eixos temáticos nos projetos de extensão, onde direitos humanos e justiça obteve destaque.

Outra demanda identificada foi a conservação do meio ambiente, o que reflete mais uma vez a necessidade da região em que a universidade esta localizada, vale ressaltar que essa demanda se deu principalmente em escolas e no âmbito rural, dois aspectos imprescindíveis para uma intervenção nesse sentido. Temos, por exemplo, o grupo de pesquisa INTER-AÇÃO da UFAM/MAO como um dos responsáveis por esse cuidado com os conhecimentos na Amazônia.

Tabela 17 – Demandas sociais apresentadas nos relatórios finais de extensão do curso de Serviço Social em UFAM/PIN.

DEMANDA	PORCENTAGEM
Informações de acesso às políticas de Seguridade Social	48%
Cuidados para a pessoa com transtorno mental	6%
Debate e a reflexão sobre o trabalho infanto-juvenil	6%
Desenvolvimento de autonomia e potencialidades dos alunos com deficiência	6%
Evasão Escolar	6%
Humanização do atendimento às mulheres vítimas de violência sexual	12%
Discussão sobre sexualidade na adolescência	12%
Valorização dos idosos	12%

Fonte: Pesquisa documental, 2018.

Desde as temáticas, nós vimos a presença constante da Seguridade Social em Parintins, algumas demandas identificadas como, por exemplo, as ações com os trabalhadores e, inclusive, com jovens para o conhecimento dos seus direitos previdenciários nos esclarecem isso. Em seguida, a promoção de saúde a jovens e idosos, sendo este último uma

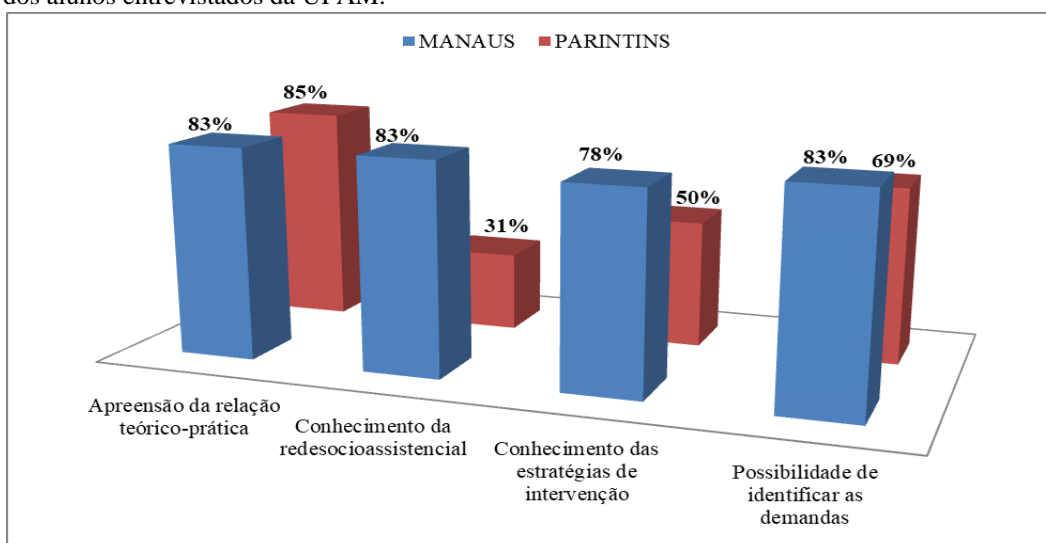
temática importante para a valorização desse segmento, que foi até uma das demandas dos projetos. É importante destacar que, ao nos referirmos às respostas a essas demandas por meio da extensão, estamos falando de intervenções pontuais que visam gerar conhecimento ou prestar algum serviço, geralmente voltados para a socialização de informações.

Atualmente, conforme Carneiro (2007), os usuários têm sido vistos pelos agentes do setor público como aqueles que “não sabem” ou que “não têm”, o que acaba fortalecendo uma posição de subalternidade e baixa estima por parte dos usuários das políticas. Nesse sentido, para desenvolver estratégias sustentáveis e efetivas por meio da extensão, é necessário “alterar tais condições limitadoras, investir no acesso a informações sobre seus direitos às pessoas, no desenvolvimento de sua autonomia, competências e capacidades de autodesenvolvimento” (CARNEIRO, 2007, p. 78).

Mesmo os relatórios de extensão apresentando as demandas que buscaram corresponder, é necessário que se busque conhecer se no momento da execução da extensão os alunos visualizaram essas demandas. Ao questionar aos discentes entrevistados em Parintins se a experiência na extensão favoreceu o conhecimento das demandas sociais, 61% concordaram totalmente e 39% concordaram parcialmente.

Em relação aos alunos entrevistados em Manaus ao serem questionados se sua experiência na extensão favoreceu o conhecimento das demandas sociais, 64% concordaram totalmente e os 36% restantes concordam parcialmente. Assim, identificaram alguns dos aprendizados que a relação da extensão com as demandas trouxeram para a sua formação. Suas respostas foram organizadas no gráfico a seguir.

Gráfico 19 – Aprendizados que o contato com as demandas sociais por meio da extensão trouxe para a formação dos alunos entrevistados da UFAM.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Sobre isso, o PPC (UFAM, 2012) do curso de Serviço Social em Parintins incorporou o que dizem as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) ao afirmar que a formação deve viabilizar o desenvolvimento de competências e habilidades, visando identificar demandas presentes na sociedade e formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.

Esses são conhecimentos indispensáveis para compor o arcabouço técnico-operativo do assistente social que, a partir das referências teóricas, tem a capacidade de atuar frente às demandas sociais.

As análises desveladas nos mostram um espaço amplo da extensão universitária, onde é possível alcançar um número de pessoas significativo, contribuir com movimentos sociais, estar a par das demandas e reais necessidades da comunidade, dar ao aluno e ao docente a possibilidade de submergir num espaço de relação teórico-prática, de aprendizado e troca de experiências.

CONCLUSÃO

Para chegarmos à conclusão deste trabalho, a caminhada foi árdua e longa, contudo valeu a pena cada fase da pesquisa para responder aos objetivos propostos sobre a extensão como espaço de formação profissional.

Qualquer pesquisa é repleta de desafios, no caso desse tema, uma das maiores dificuldades primeiramente foi o acesso aos documentos que eram os principais para realizar o trabalho como os relatórios finais de extensão e os relatos dos sujeitos entrevistados. Subentende-se que os relatórios de extensão devem ser de domínio público, contudo, contamos com a demora na resposta da Pró-Reitoria de Extensão para acesso aos dados, sendo ainda necessária uma autorização assinada por cada coordenador dos projetos para acessar os relatórios.

O recolhimento dessas assinaturas dificultou a pesquisa na medida em que nem todos os professores se encontravam na universidade, estando alguns de licença e outros que eram substitutos não compunham mais o quadro docente.

Se por um lado, houve essa dificuldade, por outro houve receptividade dos professores e alunos, tanto em Manaus quanto em Parintins. Fazer uma pesquisa em dois municípios também é algo que gera um desgaste, pois foi necessário o deslocamento para Parintins, o que não tornou viável retornar a um dos municípios, devido a essa distância, em caso de haver necessidade de maiores informações.

Entretanto, julgamos que era importante posto que o único espaço público é a Universidade Federal do Amazonas que oferece os cursos de Serviço Social em dois *campi*, então foi importante que ambos tivessem espaço na pesquisa.

Isso foi essencial na medida em que ressaltamos ao longo do trabalho a defesa que o Serviço Social faz em relação ao tripé ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, ao olhar para os projetos pedagógicos dos cursos percebemos que ambos fazem referência a indissociabilidade do tripé universitária, o que é significativo posto que possibilita ao aluno um aprendizado diferenciado.

No momento de pesquisa bibliográfica foi clara a falta de literaturas que versassem sobre extensão e formação em Serviço Social, geralmente contamos com relatos de experiência na área. Assim, foi possível constatar a pertinência deste trabalho ao poder se configurar como modelo para pesquisas futuras e despertar o interesse e significado da extensão universitária para o processo de formação profissional.

Objetivamos nesta pesquisa analisar se a extensão se configura como espaço de formação profissional e, a partir dos resultados obtidos, verificamos que sim, pois ela permite a apreensão de conhecimentos referentes ao Serviço Social quando nos voltamos aos diversos temas vivenciados por alunos e professores, expressões da questão social, metodologias e estratégias para realizar as ações, o contato com a realidade e outros que evidenciaram as potencialidades da extensão universitária nesse processo formativo.

Contudo, também é um espaço onde muitas dificuldades são vivenciadas como o acesso aos recursos para realização das atividades, o excesso da carga horária dos professores que acaba impossibilitando seu envolvimento com a extensão, a supervalorização da pesquisa em relação a extensão e, principalmente, o contexto atual de corte de gastos que limita ainda mais o investimento em ações extensionistas.

Tendo em vista que a Política Nacional de Extensão prevê que as políticas sociais sejam trabalhadas nesse espaço de formação e nosso primeiro objetivo específico que era caracterizar as políticas e demandas sociais contempladas nos projetos, tal caracterização foi possível quanto à leitura dos relatórios de extensão, essa busca foi mais trabalhosa, pois não trazia de maneira clara essa identificação o que nos levou a comparar conceitos, ações, objetivos e descrição das atividades com as políticas sociais, enquanto houve maior facilidade para perceber as principais demandas.

Também foi possível apreender as importâncias das políticas sociais na extensão mediante as opiniões dos sujeitos, nesse sentido alunos e professores concordaram que a extensão deve contemplar esse tema na medida em que é de suma importância para o cotidiano do assistente social.

Nesse espaço, percebemos também a aproximação que os discentes têm com as diferentes expressões da questão social permitido pela vivência nos projetos, das quais se destacaram a pobreza, o desemprego, exploração sexual, quebra de vínculos familiares, dentre outras citadas pelos discentes e docentes e que trouxeram reflexões valiosas acerca dos debates de uma contrarreforma nesses municípios.

A identificação dessas diferentes expressões atende a um dos nossos objetivos específicos que era investigar se a extensão permite aos estudantes um aprofundamento sobre as expressões da questão social.

Por fim, ao averiguar como docentes e discentes concebem a extensão universitária no processo de formação profissional, percebemos a importância e interesse dado a esse espaço pelos professores e alunos. A definição de extensão nos cursos de Serviço Social da UFAM

em Manaus e Parintins está basicamente ligada ao seu contato com a realidade social, na possibilidade de relacionar teoria e prática, no aprendizado e produção de conhecimento.

Ao final é possível reiterar que a extensão é um importante espaço de formação profissional para o Serviço Social e que precisa ser potencializado. Entretanto, não podemos desconsiderar que esse também tem sido um espaço de ataques.

Ataques advindos dos cortes dos gastos públicos que restringem a realização desses projetos e, mais ainda, num contexto marcado pela sobrecarga dos professores, pela intensificação e precarização do trabalho e a falta de tempo e das condições para o desenvolvimento de mais projetos. O que, por consequência, pode impossibilitar os discentes da vivência nesse espaço de formação tão importante para o curso.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Serviço Social**, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 15 jan 2019.

ABEPSS. Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. São Luis, 2008.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez, 1995.

ANDES-SN. Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira. **Cadernos da ANDES**, Juiz de Fora, n. 2, 1982.

BACHA, Roberta Helena Fiorotto Rodrigues. **Extensão universitária no Brasil: o caso da universidade de São Paulo**. XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Fortaleza, 2006.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti. **Metodologia do trabalho científico: normas para a construção de trabalhos acadêmicos**. Manaus: EDUA, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2006.

BEDIM, Juçara Gonçalves Lima. **Uma proposta de metodologias participativas na extensão universitária: o ensino de idiomas como uma vertente instrumental**. Dissertação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acesso em: 20 dez 2015.

BRASIL. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 18 out 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.235**, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107. Acesso em: 12 jan 2018.

BRASIL. Lei n.9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em: 20 dez 2015.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o **Programa Universidade para Todos – PROUNI**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 13 fev. 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Extensão**, 2001. Disponível em: https://portal.ufpa.br/images/docs/Trasnparencia_publica/legislacao/Planonacionaldeextensao_universitaria.pdf. Acesso em: 30 mar 2017.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e daí outras providências. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em 20 março 2019.

CABRAL, Nara Grivot. **Saberes em extensão universitária: contradições, tensões, desafios e desassossegos**. 2012. Dissertação (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/49409/000836465.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2018.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Havia uma ética no meio do caminho? A afirmação da necessária centralidade da ética na formação profissional dos assistentes sociais**. 2006. 332 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Políticas sociais de inclusão social, autonomia e empoderamento: reflexões exploratórias. **Rev. Serviço Social & Sociedade** nº 89, 2007.

CARRIJO, Inês Luci Machado; MORAES FILHO, Waldenor Barros. Extensão na UFU: algumas dificuldades e perspectivas. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v.2, n.2, p.20-29, nov.2000.

CARVALHO, Ailton Mota de. Políticas sociais: afinal do que se trata? Revista do **PPGPS / UENF. Campos dos Goytacazes, v.1 , n.3**, set-dez/2007, p. 73-86

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Financiamento do Ensino Superior no Brasil: novos e antigos mecanismos de privatização do fundo público. In: SALVADOR, Evilasio et.al. (ORGS.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

CFESS. **Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico subsídios para reflexão**. Brasília (DF), 2014.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo y política: La dualidad de poderes y otros ensayos**. Paula Vidal Molina (Traductora). 1º edicion. Santiago: LOM Ediciones; 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DAMASIO, Aline Medeiro. **O projeto social como resposta à Questão Social**. 4. SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 80 anos de Serviço Social: tendências e desafios. Belo Horizonte, 2016.

ELLIOT, Anthony. Tradução: MIGLIACCI, Paulo. Para sociólogo, economia do século 21 forjou um novo tipo de individualismo. **Ilustríssima, Folha de São Paulo, 31/12/2017**. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/12/1946843-sociedade-do-sec-21-nos-incita-a-mudar-rapido-e-torna-identidade-descartavel.shtml>. Acesso em: 02 abr. 2018.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar, Curitiba, n. 28**, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

FORPROEX. **I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS**, 1987, Brasília. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 03 nov. 2018.

FORPROEX. Política Nacional De Extensão Universitária, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 28 abril 2018.

FREIRE, Paulo. Tradução: OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Extensão ou Comunicação?** 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FRIGOTTO, Gaudênio. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GARCIA, Joana. Política social e Serviço Social – contextos distintos, desafios semelhantes. **Serviço Social & Sociedade** nº 86, 2006.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos; DAMASCENO, Heide de Jesus. Políticas sociais, serviço social e exercício. **Temporalis, Brasília (DF)**, ano 16, n. 32, jul./dez. 2016.

GOOGLE. **Mapa do Amazonas**. Disponível em: <http://www.viagemdeferias.com/mapa/amazonas/>. Acesso em: 12 fev 2019.

GUERRA, Yolanda. A Pós-Graduação Em Serviço Social No Brasil: Um Patrimônio A Ser Preservado. **Temporalis, Brasília (DF)**, ano 11, n.22, p.125-158, jul./dez. 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis, Brasília**, ano 2, n. 3, p. 41-49. jan./jun. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 25. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, 41 ed., Cortez, 2014.

IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/parintins/pesquisa/37/30255?localidade1=130260&localidade2=13&tipo=ranking>. Acesso em 4 março 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília, Inep, 2017. Disponível: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

LACERDA, Luiz Felipe Barboza; VERONESE, Marília Veríssimo. A questão social e o contexto amazônico. **Cadernos do Ceas, Salvador/Recife**, n. 240, p. 43-70, jan./abr., 2017.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Arthur Roquete de. et. al. Educação Superior no Século XXI e a Reforma Universitária Brasileira. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.13, n.47**, p. 127-148, abr./jun. 2005.

MACIEL, Alderlândia Da Silva. **O Princípio Da Indissociabilidade Entre Ensino, Pesquisa E Extensão: Um Balanço Do Período 1988-2008**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **RBPAAE – v.27, n.2**, p. 205-221, maio/ago. 2011.

MESQUITA, Edineide Jenize. **Crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária**. Tese. Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

MÉSZAROS. István. **A educação para além do Capital**. Tradução: Isa Tavares. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIOTO, Regina Celia Tamasso e NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional**. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro e ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 41** maio/ago. 2009.

MONDINI, Vanessa Edy Dagnoni e DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza. Entendendo A Classificação Das IES No Brasil. **V Coloquio Internacional sobre Gestion Universitária em America del Sur**, Mar del Plata, 2005.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTENEGRO, Rita de Cássia. **A Criação da Escola de Serviço Social de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1986.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-49. jan./jun. 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1 – Brasília: Cead/ABEPSS/CFESS, 1999.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira. Serviço Social no Brasil: referenciais aos 80 anos. In: E SILVA, Maria Liduína de Oliveira (ORG.). **Serviço Social no Brasil: Histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

PAIVA, Beatriz Augusto de Sales e SALES, Mione Apolinario. A nova ética profissional: Práxis e Princípios. In: BONETTI, Dilsea Adeodata. (Org.) **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2012.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces – Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 5-23, jul./nov. 2013.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. São Paulo: Xamã, 2008.

_____. Expansão dos cursos públicos de Serviço Social entre os anos de 2003 e 2016: desafios para a formação profissional. **R. Katál**. v. 21, n. 1. Florianópolis, 2018.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PINTO, Marina Barbosa. Condições sócio-ocupacionais do trabalho docente e a formação profissional. **Serv. Soc. Soc., São Paulo**, n. 120, p. 662-676, out./dez, 2014.

PRATES, Jane Cruz. A pesquisa e a extensão no processo de ensino-aprendizagem da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 16, n. 1, p. 01 - 08, jan./jul. 2017.

RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. Revisitando a história – 1980 – 1995: A extensão universitária na perspectiva do fórum nacional de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. **Revista portuguesa de educação**, año/vol. 16, número002. Universidade do Minho Braga, Portugal, 2003, p. 135 – 175. Disponível em: http://antiga.uffs.edu.br/wp/wp-content/uploads/2010/06/Revisitando_ahist%C3%B3ria-1980-a-1995-a-extens%C3%A3o-universit%C3%A1ria-na-perspectiva-do-F%C3%B3rum-Nacional-dos-Pr%C3%B3-Reitores-de-Extens%C3%A3o-das-Universidades-P%C3%BAblicas-Brasileiras.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

ROSA, Rebeca dos Santos Duarte et. al. Recursos Didático-Pedagógicos na Promoção da Educação Popular em Saúde. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, 2004.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; FILHO, Rodrigo de Souza; BACKX, Sheila. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil**. Tese (doutorado) – UFRJ/Escola de Serviço Social/Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2006. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=35442. Acesso em: 15 dez 2018.

SANTOS, Marcos Pereira dos. Ensino, pesquisa e extensão na universidade brasileira contemporânea: elucidações conceituais e articulações na prática educacional. **Revista Científica do Instituto IDEIA – issn 2525-5975 / rj / nº 01**: abril – setembro, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação).

SILVA, Carolina Flexa da; ARNAUD, Fernanda Iracema Moura e GOMES, Vera Lúcia Batista. **Neoliberalismo no Brasil, emenda constitucional n. 95/2016 e políticas sociais públicas: os desafios postos ao trabalho profissional dos assistentes sociais**. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas: UFMA, 2017.

SILVA, Cláudia Neves da. A Presença de Postulados Tomistas na Gênese do Serviço Social. **Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 24**, p. 87-100, set. 2003.

SILVA, Márcia Perales Mendes. **Serviço Social: da formação acadêmica ao exercício profissional**. Manaus: EDUA, 2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Coord.). **O Serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Soraya Petla e QUIMELLI, Gisele A. de Sá. A extensão universitária como espaço De formação profissional do assistente Social e a efetivação dos princípios do Projeto ético-político. **Emancipação, 6(1)**: 279-296, 2006.

TAVARES, Cristiane Andrade Regis; FREITAS, Katia Siqueira de. **Extensão Universitária: O patinho feio da academia?** Jundiaí, Paco Editorial, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Política de Extensão**. Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 008/2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Edital 002/2013 – PROEXTI**. Disponível em: <http://anexosproexti.ufam.edu.br/wp-content/uploads/2013/06/Edital-n%C2%BA-002.2013-PROEXTI.pdf>. Acesso em: 7 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Edital 001/2018** – PROEXTI. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1r9yb9Z2Xe-sax1GHDGAcUqHiIsAqmNCK/view>. Acesso em: 7 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Lei Orçamentária Anual, 2012**. Disponível em: http://www.proplan.ufam.edu.br/Arquivos_DO/LOA/LOA%202012%20FUA.pdf. Acesso em: 14 de fev de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Lei Orçamentária Anual, 2017**. Disponível em: http://www.proplan.ufam.edu.br/Arquivos_DO/LOA/LOA%202016%20FUA.pdf. Acesso em: 1 fev 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL** – PDI 2006-2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Projeto pedagógico do curso de Serviço Social, 2009** (mimeo).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Projeto pedagógico do curso de Serviço Social, 2012** (mimeo).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Projeto pedagógico do curso de Serviço Social, 2019** (mimeo).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS.. **Relatório de Gestão 2016, 2017**. Disponível em: http://www.proplan.ufam.edu.br/RG_2016_Vers%C3%A3o_04-05-2017%20Final.pdf. Acesso em 12 jan 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Relatório de Gestão consolidado 2009 a 2017. Disponível em:** <https://drive.google.com/file/d/1QlyBZ1maZxKDcf6oe-uYMm6B4Dqh8JSm/view>. Acesso em: 03 de jun de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Resolução da Câmara de Extensão e Interiorização (CEI) nº 001/2006**. Institui a Programa Atividade Curricular de Extensão. Disponível em: <http://proexti.ufam.edu.br/images/stories/Resolucoes/CEI/resoluo%20n%20001.2006%20-%20cei%20instituo%20do%20pace.pdf>. Acesso em 18 maio 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Resolução da Câmara de Extensão e Interiorização (CEI) nº 001/2012**. Regulamentação dos Programas de Extensão Universitária da UFAM. Disponível em:

<http://proexti.ufam.edu.br/attachments/article/80/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-001.2012-CEI.pdf>. Acesso em: 18 maio 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 018/2007**. Define a realização e participação dos discentes em atividades acadêmico-científico-culturais. Disponível em: http://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/897/1/RESOLU%C3%87%C3%83O%20018_2007_CEG_ATIVIDADES%20COMPLEMENTARES.pdf. Acesso em: 23 de set de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 025/2000**. Altera a Resolução nº 06/99 – CEG/CONSEP. Disponível em: <http://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0252000sep.pdf>. Acesso em: 17 de fev de 2019.

UFBA. **O que significa recursos de custeio e recursos de capital?** Portal da transparência da UFBA. Disponível em: <https://transparencia.ufba.br/o-que-significa-recursos-de-custeio-e-recursos-de-capital>. Acesso em: 10 set 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis, Brasília, ano 2, n. 3**, p. 41-49. jan./jun. 2001.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. A extensão e os desafios da educação em Direitos Humanos. In: SILVA, Aida Maria Monteiro (org.). **Educação Superior: espaço de formação em Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2013 (Coleção Educação em Direitos Humanos).

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
FORMULÁRIO

Pesquisa: **Extensão Como Espaço De Formação Profissional Nos Cursos De Serviço Social Em Manaus E Parintins** (a ser aplicado aos docentes)

Formulário de Pesquisa nº _____

Local de Aplicação da Pesquisa: _____

1. IDENTIFICAÇÃO DO (A) PROFESSOR

1.1 Nome: _____

1.2 Tempo de atuação: _____

1.3 Projeto/programa de extensão vinculado:

1.4 Área Temática:

- () Comunicação () Cultura () Direitos Humanos e Justiça () Educação
() Saúde () Tecnologia e Produção () Meio Ambiente () Trabalho

2. PERCEPÇÃO GERAL SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

2.1 Como você entende a extensão pra formação profissional?

2.2 Quais foram as principais atividades desenvolvidas no projeto mencionado acima?

2.3 Como foi o seu envolvimento no projeto?

2.4 Quais temáticas ou assuntos você só teve acesso em função da participação em ações de extensão?

2.5 Você acredita que participar do programa de extensão permitiu experiências diferentes daquelas vividas no processo de ensino?

- () Sim () Não

Porquê? _____

2.6 Você consegue identificar a relação entre ensino, pesquisa e extensão no curso de Serviço Social da UFAM?

() Sim, totalmente () Sim, parcialmente () Não

Justifique: _____

3. CONTATO COM AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

3.1 Sua experiência com a extensão permitiu o contato com as expressões da questão social?

() Sim, totalmente () Sim, parcialmente () Não

3.2 Quais foram as principais expressões da questão social que você identificou?

3.3 Isso enriqueceu ainda mais sua formação profissional?

() Sim, totalmente () Sim, parcialmente () Não

Porque? _____

3.4 Você conseguiu, a partir do contato com o público, perceber algumas das competências do assistente social frente a essas expressões?

() Sim, totalmente () Sim, parcialmente () Não

Justifique _____

Quais competências? _____

4. DIREITOS, POLÍTICAS E DEMANDAS SOCIAIS

4.1 Quais direitos foram trabalhados com o público alvo do projeto/programa de extensão que você participou?

() Saúde () Educação () Habitação () Previdência () Lazer () Assistência Social

4.2 Como você classifica a discussão sobre direitos sociais no projeto/programa de extensão em que participou?

() Ótima () Boa () Regular () Insuficiente

4.3 É importante que as atividades de extensão contemplem as políticas sociais?

() Sim () Não

Por quê? _____

4.4 Qual o público-alvo do programa/projeto que participa/participou?

() Adultos () Criança e adolescente () Idoso () Comunidade ribeirinha

() Comunidade indígena () LGBT () Outros: _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

QUESTIONÁRIO

Pesquisa: **SERVIÇO SOCIAL PARA ALÉM DA SALA DE AULA**: Extensão universitária como espaço de formação profissional na Universidade Federal do Amazonas (a ser aplicado aos discentes)

Questionário de Pesquisa nº _____

Local de Aplicação da Pesquisa: _____

1. IDENTIFICAÇÃO DO (A) DISCENTE

1.1 Nome: _____

1.2 Período: () 1º () 2º () 3º () 4º () 5º () 6º () 7º () 8º

1.3 Projeto/programa de extensão vinculado:

1.4 Coordenador: _____

1.5 Temática do projeto/programa: _____

2. PERCEPÇÃO GERAL SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

2.1 Para você, o que é extensão universitária?

2.2 De que modo a extensão contribuiu para a sua formação?

2.3 Como foi o seu envolvimento no projeto?

() Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente

2.3.1 Identifique as atividades que desenvolveu:

() Leitura de textos () Estudo sobre o tema do projeto () Palestra

() Elaboração de materiais didáticos () Oficinas () Visita institucional

() Orientação ao público () Outras: _____

2.4 Você acredita que participar do programa de extensão permitiu experiências diferentes daquelas vividas no processo de ensino (sala de aula)?

() Sim () Não

Por quê? _____

2.5 Quais temáticas ou assuntos você só teve acesso em função da participação em ações de extensão? () Idoso () Criança e Adolescente () Sustentabilidade () LGBT

() Família () Previdência Social () Saúde () Assistência Social

() Violência () Educação () Sociojurídico () Outros: _____

2.6 Quais destas atividades você já realizou na UFAM?

() Monitoria () Pesquisa () Extensão () Mobilidade/intercâmbio

() Organização de eventos () Outros: _____

2.7 Você consegue identificar a relação entre ensino, pesquisa e extensão no curso de Serviço Social da UFAM?

() Sim, totalmente () Sim, parcialmente () Não

Justifique: _____

2.8 Quais as dificuldades enfrentadas por você para participar de extensão?

3. CONTATO COM AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

3.1 Para você, o que é questão social?

3.2 Sua experiência com a extensão permitiu o contato com as expressões da questão social?

() Sim, totalmente () Sim, parcialmente () Não

Caso a resposta seja afirmativa, identifique com quais expressões teve contato em razão do projeto de extensão:

() Pobreza () Desemprego () Abandono () Alimentação inadequada

() Poluição () Quebra de vínculos familiares () Vícios

() Outros: _____

3.3 O contato com as expressões da questão social na extensão despertou em você o interesse de atuação em alguma dessas áreas?

() Não () Sim, qual? _____

3.4 Você conseguiu perceber algumas das atividades/atribuições do assistente social a partir desse contato?

() Sim, totalmente () Sim, parcialmente () Não

3.4.1 Caso a resposta seja afirmativa, identifique quais atividades/atribuições:

() Orientação () Visita institucional () Visita domiciliar

() Planejamento () Elaboração de relatório () Estudos socioeconômicos

() Encaminhar providências () Outros: _____

4. POLÍTICAS E DEMANDAS SOCIAIS

4.1 Você identificou no projeto/programa de extensão que participou a discussão/envolvimento de alguma Política Social?

() Não () Sim. Qual?

() Saúde () Educação () Seguridade Social () Segurança

() Lazer () Trabalho () Outros: _____

4.2 Como você classifica a discussão sobre as políticas no projeto/programa de extensão em que participou? () Ótima () Boa () Regular () Insuficiente

4.3 É importante que as atividades de extensão contemplem as políticas sociais?

() Sim () Não

Por quê? _____

4.4 A experiência na extensão favoreceu o conhecimento das demandas sociais?

() Sim, totalmente () Sim, parcialmente () Não

4.5 Quais os aprendizados que o contato com as demandas sociais trouxe para sua formação?

- apreensão da relação teórico-prática possibilidade de identificar as demandas
 conhecimento das estratégias de intervenção
 conhecimento da redesocioassistencial nenhuma
 Outros: _____

4.6 Descreva como foi a sua participação no projeto/programa de extensão e em que contribuiu para a sua formação.



UFAM

**INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE
NA AMAZÔNIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa “**SERVIÇO SOCIAL PARA ALÉM DA SALA DE AULA**: Extensão universitária como espaço de formação profissional na Universidade Federal do Amazonas”, que está subordinada à pesquisa maior “Formação Profissional do Assistente Social no Estado do Amazonas”, sob orientação da Professora Doutora Roberta Ferreira Coelho de Andrade, da Pesquisadora responsável Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha, a qual tem como objetivo geral: Analisar a extensão universitária como espaço de formação profissional nos cursos de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas de Manaus e Parintins.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista dirigida ou não por formulário/questionário/roteiro com perguntas referentes a extensão universitária e projetos dos quais participou. Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são incomodo ou possível constrangimento em responder algumas perguntas, entretanto, será feito o máximo para garantir minimizar esses riscos. Se você aceitar participar, estará contribuindo para analisar a formação profissional a fim de buscar melhoras no andamento desse processo formativo.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer informação, o (a) senhor (a) pode entrar em contato com a pesquisadora responsável pelo telefone 3305-4578 ou pessoalmente no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, situado à Avenida General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 – Coroado ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/ AM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do participante

Data: ___/___/___

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Formação Profissional do Assistente Social no Estado do Amazonas

Pesquisador: Roberta Ferreira Coelho de Andrade

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 58316216.0.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.703.258

Apresentação do Projeto:

Resumo: Este projeto se propõe a analisar a formação profissional do assistente social no Estado do Amazonas. Para tanto, recorrerá à pesquisa bibliográfica, documental e de campo para mapear os cursos existentes, avaliar seus projetos pedagógicos, identificar suas estratégias de favorecimento da relação entre teoria e prática, verificar os meios adotados para promover uma formação generalista que, ao mesmo tempo, contemple as especificidades dos diferentes campos sócio-ocupacionais em que atuam os assistentes sociais. Os instrumentais a serem utilizados serão questionários a serem aplicados aos acadêmicos, formulários a serem adotados junto aos egressos e supervisores de campo e roteiro de entrevista para guiar o processo de coleta de dados junto aos coordenadores de campo. Acredita-se que um projeto com esta proporção tende a trazer importantíssimas contribuições ao Serviço Social amazonense e brasileiro, porque a análise por ele conduzida pode ser adotada para nortear a construção de estratégias que potencializem a formação profissional.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar a formação profissional do assistente social no Estado do Amazonas. **Objetivo Secundário:** - Mapear os cursos de graduação em Serviço Social existentes no Estado do Amazonas e seus egressos; - Avaliar os projetos pedagógicos das escolas de Serviço Social em

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 1.703.258

funcionamento no Estado do Amazonas à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Serviço Social;- Identificar as alternativas em pós-graduação adotadas pelos egressos dos cursos de Serviço Social;- Averiguar as estratégias adotadas pelos cursos de graduação em Serviço Social para trabalhar a perspectiva de formação de profissionais generalistas e, ao mesmo instante, aptos a atuar nos diferentes espaços sócio-ocupacionais;- Entender como os cursos de Serviço Social trabalham a relação teoria e prática.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Os riscos decorrentes de sua participação nessa pesquisa podem ser: desconforto, constrangimento em algum momento da entrevista, ou a perda de anonimato, sendo que trabalharemos para que tais riscos sejam minimizados, utilizando a identificação por meio de números, de modo que sua identidade não seja revelada, e uma abordagem que não será invasiva à sua intimidade, sendo apenas correspondente ao tema da formação profissional em Serviço Social. Caso ocorra algum risco, o (a) pesquisador (a) se compromete a encerrar a abordagem, ou, conforme se comprove, ressarcir possíveis despesas oriundas desse processo.

Benefícios: * A pesquisa poderá trazer contribuições para os setores interessados no estudo do ensino superior no Brasil e, principalmente, para a categoria dos assistentes sociais, partindo da formação atualmente oferecida no Estado do Amazonas, sobre a qual existem poucos estudos, buscando trazer ao conhecimento essa realidade, além de oferecer subsídios para as reflexões profissionais e acadêmicas sobre a formação profissional em Serviço Social. * Consideramos que esta pesquisa trará contribuições importantes à categoria profissional, bem como suas entidades representativas, principalmente pela possibilidade de amadurecimento na discussão e debates sobre a formação de novos profissionais assistentes sociais em Manaus.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Metodologia Proposta: A pesquisa será desenvolvida na abordagem quantiquantitativa, a qual não se preocupa apenas em quantificar, mas "aprofundar-se no mundo dos significados das ações e relações humanas" (MINAYO, 2003, p. 21). Com base nos objetivos da pesquisa, ela pode ser classificada como exploratória, visto possibilitar ao pesquisador a descoberta de enfoques, percepções e terminologias novas, bem como a sucessiva aproximação com a temática e uma maior familiaridade com o objeto a ser investigado. Pode ainda ser entendida como analítica, na medida em que se propõe a tratar com profundidade e amplitude o tema em questão. Considerando que uma análise sobre formação profissional não pode se dar de modo unilateral,

Endereço: Rua Teresina, 4950		
Bairro: Adrianópolis	CEP: 69.057-070	
UF: AM	Município: MANAUS	
Telefone: (92)3305-5130	Fax: (92)3305-5130	E-mail: cep@ufam.edu.br



adotamos a abordagem dialético-crítica para orientar esta pesquisa, na medida em que este se sustenta na perspectiva de totalidade e trabalha com diferentes olhares sobre o fenômeno social, já que considera que existem múltiplas determinações para um dado fenômeno. A pesquisa terá como lócus o Estado do Amazonas, situado na região norte do Brasil. Manaus (capital) e Parintins são os únicos municípios que possuem cursos presenciais. Os municípios de Parintins, Coari, Itacoatiara e Tabatinga têm cursos na modalidade a distância. No caso de Manaus, há 9 cursos presenciais, sendo 1 de natureza pública e 8 de natureza privada. Obtivemos autorização para pesquisa em 6 instituições. No caso do interior do Estado, será realizada a pesquisa em Parintins, Coari e Itacoatiara, envolvendo duas instituições, já que não obtivemos autorização para a terceira. Os sujeitos da pesquisa serão organizados em blocos. O primeiro diz respeito aos coordenadores, professores e tutores de sala dos cursos de graduação em Serviço Social, no intuito de conhecer os projetos pedagógicos dos cursos e as estratégias adotadas para sua consecução. O segundo composto por discentes e egressos dos cursos, no propósito de obter uma avaliação da formação recebida, suas fortalezas e limitações. A pesquisa será estruturada em fases, de modo a facilitar a organização do trabalho investigativo. A primeira fase consistirá na pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base no material já elaborado relacionado à temática a ser pesquisada como artigos, livros, publicações, dissertações e teses. Na segunda fase a pesquisa será documental, que consistirá na leitura de diversos documentos disponíveis nas instituições de ensino superior existentes no Estado do Amazonas, dentre os quais os projetos pedagógicos. A terceira fase será a revisão dos instrumentais de pesquisa que permitirão o alcance dos objetivos propostos. A investigação será realizada por meio de entrevista estruturada, com aplicação de formulário aos professores, tutores, coordenadores e egressos, o que nos possibilitará uma profundidade no diálogo entre o pesquisador e o entrevistado. Além disso, contaremos também com um questionário, a ser aplicado aos alunos. Aplicaremos um Pré-teste do questionário, do formulário e do roteiro de entrevista para verificarmos se as perguntas estão compreensíveis, podendo estas, sofrer algumas modificações. A quarta fase será destinada à pesquisa de campo, que compreenderá dois momentos, sendo o primeiro a aplicação dos questionários, formulários e dos roteiros de entrevista e o segundo abordará a técnica de observação participante. A quinta fase será o momento para reunir as informações obtidas nas entrevistas e instrumentais adotados, e analisar os dados. Espera-se a partir dos dados empíricos e dos dados documentais poder fazer uma significativa análise acerca da formação profissional do assistente social no estado do Amazonas.

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 1.703.258

A sexta fase, a partir dos dados já analisados, será o momento de redigir o relatório final da pesquisa a ser apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com devolução às instituições participantes. Critério de Inclusão: - Instituições de Ensino: serão incluídas somente as instituições que emitam

autorização para a participação na pesquisa;- Professores:serão incluídos apenas os bacharéis em Serviço Social que ministrem disciplinas nos cursos de Serviço Social investigados;- Coordenadores: serão incluídos os coordenadores dos cursos de Serviço Social com formação específica em Serviço Social;- Tutores: serão incluídos os tutores de sala, que sejam bacharéis em Serviço Social e que acompanhem os discentes em cursos de Serviço Social a distância;- Egressos: serão incluídos assistentes sociais, com registro no Conselho Regional de Serviço Social 15ª Região, que tenham concluído a graduação nos últimos 10 anos e que concordem em participar da pesquisa;- Discentes: serão incluídos alunos que tenham 18 anos completos, que estejam cursando a partir do 5º período do Curso de Serviço Social e que estejam regularmente matriculados no período de aplicação da pesquisa. Critério de Exclusão: - Instituições de Ensino: serão excluídas as instituições que não permitam o desenvolvimento da pesquisa; - Professores:serão excluídos os professores com formação em áreas distintas do Serviço, ainda que, porventura, possam ministrar disciplinas específicas de Serviço Social; - Coordenadores: serão excluídos os coordenadores dos cursos de Serviço Social que não possuam formação em Serviço Social; - Tutores: serão excluídos os tutores de sala, que não tenham formação em Serviço Social, mesmo que acompanhem os discentes em cursos de Serviço Social a distância; - Egressos: serão excluídos os egressos formados nos últimos 10 anos que não tenham registro no Conselho Regional de Serviço Social 15ª Região; - Discentes: serão excluídos os alunos que tenham idade inferior a 18 anos, que estejam cursando até o 4º período do Curso de Serviço Social e que não estejam matriculados no período de aplicação da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1.Folha de rosto: ADEQUADA
- 2.Instituição Proponente: ADEQUADA
- 3.Riscos(NO CORPO DO PROJETO): ADEQUADOS
- 4.Critérios de inclusão: ADEQUADOS
- 5.Critérios de exclusão: ADEQUADOS
- 6.Termos de Cooperação: ADEQUADOS
- 7.Instrumentos de Pesquisa: ADEQUADOS

Endereço: Rua Teresina, 4950	
Bairro: Adrianópolis	CEP: 69.057-070
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-5130	Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 1.703.258

8.Orçamento: ADEQUADO

9.TCLE: ADEQUADO

10.Local da Pesquisa: INFORMADO

11.Metodologia: ADEQUADA

12.Fonte Financiadora: Comprovada

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Em razão do exposto, somos de parecer favorável que o projeto seja APROVADO, pois o pesquisador cumpriu as determinações da Res. 486/2012.

É o parecer

Obs.: A pesquisadora deverá obrigatoriamente inserir no TCLE: Está assegurado o direito à indenização e cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da mesma. RES CNS nº 486/2012 - IV.3.h., IV.4.C., e V.7.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_688119.pdf	23/08/2016 09:37:20		Aceito
Declaração do Patrocinador	Comprovante_Vinculo_CNPq.pdf	23/08/2016 09:36:03	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Cronograma	Cronograma_reformuladoCEP_2aversao.pdf	23/08/2016 09:30:53	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CNPq_versao2.pdf	23/08/2016 09:29:43	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto_carimbo.pdf	23/08/2016 09:24:09	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoEtyanne.pdf	15/07/2016 21:10:44	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoEdielle.pdf	15/07/2016 21:10:31	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 1.703.258

Outros	Formularioprofessores_capital.pdf	15/07/2016 20:56:58	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Outros	Questionario_alunos.pdf	15/07/2016 20:55:42	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Outros	Formulariotutores.pdf	15/07/2016 20:55:13	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Outros	Formularioprofessores_parintins.pdf	15/07/2016 20:53:11	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Outros	Formulariocoordenadores_parintins.pdf	15/07/2016 20:51:25	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Outros	Formulariocoordenadores_capital.pdf	15/07/2016 20:51:07	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Outros	Formulario_egressos.pdf	15/07/2016 20:50:41	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_enviado_ao_cnpq_em_2014.pdf	15/07/2016 20:49:46	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	NiltonLins_posgraduacao.pdf	15/07/2016 20:47:05	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	UFAMParintins_termocooperacao.pdf	01/07/2016 19:23:34	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	UnoparCoari_anuencia.pdf	01/07/2016 19:17:00	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	UFAM_terminoanuencia.jpg	01/07/2016 19:14:58	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	UfamParintins_declaracao.pdf	01/07/2016 19:14:07	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	UfamParintins_anuencia.pdf	01/07/2016 19:13:57	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	UNOPARITACOATIARA_terminoanuencia.pdf	01/07/2016 19:10:07	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	NiltonLins_terminoanuencia.pdf	01/07/2016 19:07:41	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	MarthaFalcao_termocooperacao.pdf	01/07/2016 19:07:26	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	MarthaFalcao_terminoanuencia.pdf	01/07/2016 19:07:01	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br

Continuação do Parecer: 1.703.258

Declaração de Instituição e Infraestrutura	FSDB_termoanuencia.jpg	01/07/2016 19:04:58	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Estacio_termocooperacao.pdf	01/07/2016 19:04:34	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Estacio_termoanuencia.pdf	01/07/2016 19:03:57	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ESBAM_termoanuencia.pdf	01/07/2016 19:02:59	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CRESS_termocooperacao.pdf	01/07/2016 19:02:48	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CRESS_termoanuencia.pdf	01/07/2016 19:02:23	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	NiltonLins_declaracao.pdf	01/07/2016 19:00:00	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	MarthaFalcao_declaracao.pdf	01/07/2016 18:59:47	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	FSDB_declaracoes.pdf	01/07/2016 18:59:26	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Estacio_declaracao.pdf	01/07/2016 18:59:10	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ESBAM_declaracao.pdf	01/07/2016 18:58:58	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CRESS_declaracao2a.pdf	01/07/2016 18:58:38	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CRESS_declaracao2.pdf	01/07/2016 18:58:25	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CRESS_declaracao.pdf	01/07/2016 18:58:08	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Teresina, 4950
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)3305-5130 Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 1.703.258

MANAUS, 30 de Agosto de 2016

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
UF: AM Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-5130 Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br